

**O Crescimento Económico da China: implicações na
região da Ásia-Pacífico**

Hugo Miguel Andrade Martins Gravanita

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais, Especialização em Estudos Políticos de Área**

Departamento de Estudos Políticos

Outubro de 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Carla Isabel Patrício Fernandes, Professora Colaboradora do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Resumo

O Crescimento Económico da China: Implicações na região da Ásia-Pacífico

Hugo Miguel Andrade Martins Gravanita

Palavras-Chave: Crescimento económico, esfera de influência, relações económicas, pontos de tensão, alteração do sistema internacional.

Nos últimos 30 anos a República Popular da China tem vindo a realizar um fantástico processo de desenvolvimento e crescimento económico. Graças às reformas iniciadas por Deng Xiaoping no final da década de 70 do século passado o gigante comunista conseguiu passar de um país pobre e isolado para uma potência mundial e, desde 2011, a segunda economia mundial.

Esta ascensão económica tem sido acompanhada por um regresso da China à linha da frente da política nacional. Por um lado, isto é a consequência do óbvio aumento de necessidades da economia chinesa, por outro, é uma tentativa de recuperar o estatuto que o Império Milenar havia perdido com o “Século de Humilhação”. A primeira consequência desta nova realidade é um aumento da desconfiança dos seus vizinhos para com a RPC, particularmente aqueles que historicamente pertenceram à esfera de influência chinesa.

E à medida que o poder chinês aumenta entra em rota de colisão com os interesses de outra superpotência presente na região, os EUA. O poder hegemónico mundial está presente na região desde o fim da Segunda Guerra Mundial e dispõe de uma extensa rede de alianças e interesses que acabam inevitavelmente por restringir a acção da China. Cabe às duas maiores economias mundiais decidirem de que maneira se irão relacionar no futuro e como adequarão o sistema internacional a uma nova realidade.

Abstract

China's Economic Growth: Implications in the Asia-Pacific region

Hugo Miguel Andrade Martins Gravanita

Keyword: Economic growth, sphere of influence, economic relations, points of tension, changes in the international system.

For the last 30 years the People's Republic of China has gone through a fantastic process of economic development and growth. Thanks to the reforms started by Deng Xiaoping in the late 70s of the last century the communist giant went from a poor and isolated country to being a world power and, since 2011, the world's second economy.

This economic rise has been accompanied by a return of China to the forefront of national politics. On the one hand this is the obvious result of increased needs of the Chinese economy, on the other it's an attempt to regain the status that the Millennial Empire had lost during the "Century of Humiliation". The first result of this new reality is a growing distrust of their neighbors with the PRC, particularly those that historically belonged to the sphere of Chinese influence.

And as the Chinese power increases it comes into collision with the interests of another superpower in this region, the U.S. The global hegemonic power is present in the region since the end of World War II and has an extensive network of alliances and interests that will inevitably restrict the Chinese actions. It is up to the two largest economies in the world to decide how they will relate in the future and how they will prepare the international system to a new reality.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a colaboração e incentivo de uma série de pessoas. Em primeiro lugar aos meus pais. Um agradecimento à minha orientadora, professora Carla Fernandes, pelos conselhos concedidos durante a elaboração do trabalho e pelo tempo disponibilizado. Por último aos meus amigos e colegas, particularmente aos que passaram horas comigo entre livros e pesquisa e que disponibilizaram os seus conhecimentos e tempo na elaboração e discussão deste tema.

Índice	
Introdução	1
Capítulo 1: Objecto e Metodologia	4
1.1 Pertinência do tema.....	4
1.2 Objectivos	5
1.3 Hipóteses.....	6
1.4 Enquadramento Teórico e Metodológico	6
1.5 Estrutura.....	8
Capítulo 2: O Crescimento Económico da China.....	10
2.1 Declínio e “Humilhação”	11
2.2 Comunismo	18
2.3 As Reformas de Deng Xiaoping	23
2.4 Jiang, Hu e a (re)emergência	27
2.5 Superpotência?.....	32
Capítulo 3: Esfera de Influência	37
3.1- Coreias	40
3.2- Japão	44
3.3- Taiwan	48
3.4- ASEAN.....	52
Capítulo 4: As relações com os EUA	59
4.1- História do relacionamento.....	60
4.1.1- O Império Milenar e o “Império da Liberdade”	60
4.1.2- República, Anarquia, Guerra(s) e Revolução	62
4.1.3- Inimigos Ideológicos.....	64
4.1.4- O <i>Rapprochement</i>	67
4.1.5- De Deng à <i>Chimerica</i>	72
4.2 – Pontos de Tensão	77
4.2.1 – Coreias.....	78
4.2.2 – Taiwan.....	81
4.2.3 – Liberdade de Navegação	82
4.2.4 – Disputas comerciais.....	85
Conclusão	88
Bibliografia.....	94
Anexos.....	101

Lista de Abreviaturas

ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático

EUA – Estados Unidos da América

PCC – Partido Comunista da China

PIB – Produto Interno Bruto

ONU – Organização das Nações Unidas

RCS – República da Coreia do Sul

RPC – República Popular da China

RPCN – República Popular da Coreia do Norte

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Económica Exclusiva

Introdução

Nos últimos 30 anos, a República Popular da China tem realizado uma fantástica ascensão económica, sem paralelo na história. Em média o seu PIB cresceu perto de 10% ao ano neste período e mais de 500 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza (Banco Mundial, 2012), transformando-se na segunda maior economia global. Estes resultados foram conseguidos graças à sua gigantesca população (cerca de 1.3 mil milhões de habitantes)¹, ao seu vasto território e a um modelo político próprio: uma curiosa conjugação de autoritarismo e capitalismo.

Durante séculos a China foi governada por uma série de dinastias imperiais e dominava toda a região da Ásia-Pacífico sem qualquer rival significativo. A situação foi profundamente alterada com a chegada das potências ocidentais, que apesar da sua inferioridade em recursos humanos e territoriais haviam ultrapassado a China nos mais diversos níveis e acabariam por dominá-la. À humilhação estrangeira seguiu-se uma república nacionalista caótica e a instauração de um gigantesco Estado comunista, fundado em redor da figura de Mao Tsé-Tung. Este lançou o país numa série de revoluções internas para estabelecer o seu controlo sobre o país, mas acabou por transformar o “Reino do Meio” (*zhongguo*) num país domesticamente pobre e internacionalmente isolado. A solução para o fim do declínio chinês só surgiria com o sucessor de Mao. Deng Xiaoping tinha uma visão concreta para o país e uma forte determinação guiada por um realismo pragmático (Brzezinski, 2012).

Usando cuidadosamente uma linguagem maoista e colocando sempre as questões económicas à frente das políticas, Deng lançou a China no caminho para se tornar um gigante económico. Como resultado, é hoje o maior exportador mundial e o motor do crescimento económico mundial. Dito de outra forma. “Em termos marxistas, a China tornou-se num importante elo na cadeia do capitalismo global” (Deng & Zheng, 2008, p.127). Ao mesmo tempo a sua meteórica ascensão económica legitimou a acção do PCC e permitiu que este se mantivesse no poder, ignorando o optimismo liberal que determinava que o capitalismo chinês tinha necessariamente de gerar uma democracia liberal (Raposo, 2010, p.208). O país é pois liderado por “leninistas de mercado mais sintonizados com os valores de Gordon Gekko do que os de Mao” (Evans, 2011, p.92).

¹ Colocando em perspectiva, a China detém um quinto da humanidade.

À medida que a China tem vindo a crescer economicamente, também tem recuperado parte do seu estatuto internacional. E se a sua presença se faz sentir na América, na Europa e na África, ela é particularmente visível e marcante na Ásia. Como qualquer país em ascensão a China aumenta o seu poder e necessidades à medida que cresce, mas contrariamente às restantes potências modernas, a China não está a desenhar uma nova área de domínio, está apenas a regressar à sua antiga esfera de influência.

Para a liderança chinesa, contudo, a estabilidade interna é o objectivo fundamental de qualquer política. As suas ambições não podem continuar a ser perseguidas através de revoluções, mas “por via do desenvolvimento económico concedido pela Globalização e pela total participação na economia global” (Zhang, 2008, p.159). Como Zbigniew Brzezinski (2009) observa, a China pode ser “economicamente nacionalista, mas é acima de tudo um poder fundamentalmente cauteloso”. Desta forma os laços comerciais e diplomáticos passaram a arma primordial do arsenal chinês, enquanto as suas forças armadas garantem os seus interesses vitais: Taiwan, o Tibete e o Mar do Sul da China (Nye, 2010). Uma estratégia que se baseia no princípio de que os laços comerciais criam uma rede de dependências mútuas, acabando por tornar qualquer conflito impraticável, e dando ao poder económico mais forte (China) a capacidade de influenciar pacificamente a região. Tal foi feito com sucesso na Europa do pós-2ª Guerra, mas a sua aplicabilidade à Ásia actual é muito mais discutível. A elevada diversidade de culturas e regimes, o passado conflituoso e as rápidas transformações provocadas pelo crescimento económico levantam sérias dúvidas sobre o futuro da região (Ikenberry & Mastanduno, 2003).

Para complicar ainda mais os planos da liderança chinesa a região não se encontra exactamente desprovida de superpotências. O Japão já vai para a sua segunda década de estagnação, mas continua a ser um adversário a ter em conta. A Índia, tal como a China, está em rápida ascensão económica e quer transformar isso em poder concreto. Mas acima de tudo, os EUA continuam a ser o poder hegemónico mundial e têm vários interesses por toda a região da Ásia-Pacífico, começando logo por uma rede de alianças que se estende do Japão até à Austrália. Se o objectivo da China é manter a estabilidade do ambiente internacional, “deve antes de mais manter uma relação cooperativa com os EUA” (Ross, 2002).

Será sem dúvida do resultado desta relação que sairá a nova ordem da Ásia-Pacífico, com implicações para todo o mundo. E, teoricamente o relacionamento devia

ser fácil. A China é um poder continental, enquanto os EUA são um poder marítimo². Os rivais tradicionais da China são o Japão e a Rússia, tendo os EUA destruído o império do primeiro na Segunda Grande Guerra e “combatido” o outro por mais de quarenta anos durante a Guerra Fria. O relacionamento da China com os EUA podia ser perfeitamente definido pelo “princípio de que o vizinho do meu vizinho é meu aliado” (Brzezinski, 1998, p.151). Para a América também não há dúvida que seria mais fácil aliar-se à China e aproveitar o crescimento económico desta, em vez de ter que confrontar um poder em ascensão ao mesmo tempo que lida com a maior crise económica dos últimos 70 anos. Contudo, os norte-americanos são “herdeiros de uma série de compromissos estratégicos assumidos quando a capacidade da nação para influenciar os assuntos mundiais parecia estar muito mais assegurada” (Kennedy, 1997, p.581). Os factores políticos criados no final da Segunda Guerra Mundial e expandidos durante a Guerra Fria suplantaram a pura geoestratégia e levaram os EUA a aliar-se a rivais directos da China (Japão, Coreia, Taiwan, durante algum tempo o Vietname), condicionando fortemente a sua acção no presente.

Encontramo-nos perante uma situação verdadeiramente paradoxal, na qual as duas maiores economias mundiais parecem estar em rota de colisão apesar das claras vantagens de manterem uma relação estável. Quando no início dos anos 70 Richard Nixon se preparava para a sua famosa deslocação à China comentou que se alguém colocasse os “800 milhões de chineses a trabalhar sob um sistema decente” eles acabariam por “dominar o mundo” (Kissinger, 2011, p. 264). O sistema que a RPC adoptou após 1978 foi inspirado pelas reformas dos seus vizinhos e aproveitou ao máximo a ordem internacional que os EUA haviam desenhado. Podemos mesmo afirmar que “a China foi a primeira grande economia a emergir no mundo criado pela *pax americana*” (Cunha, 2012, p. 22). O gigante comunista não domina o mundo, nem é sequer hegemónico na sua região, mas alterou sem dúvida a balança de poderes. Cabe-lhe agora escolher se desafia a superpotência mundial e se muda de forma significativa o sistema no qual ascendeu.

² Geopoliticamente os EUA fizeram do seu continente uma ilha, estendendo-se de costa a costa e tendo a Norte um vizinho pacifista e a Sul outro demasiado dividido internamente para causar qualquer desafio sério.

Capítulo 1: Objecto e Metodologia

1.1 Pertinência do tema

A República Popular da China tem vindo a afirmar-se nas últimas décadas como uma potência em ascensão no cenário global. É hoje a segunda maior economia mundial - atrás dos EUA- com um crescimento aparentemente imparável (em 2010, em plena crise mundial, cresceu acima dos 10%)³. Possui armamento nuclear, forças armadas em rápida modernização e expansão, sendo o Estado mais populoso do globo e detentora de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A (re)emergência de um país com tais características, numa região cuja ordem internacional “tem mais semelhanças com da Europa do séc. XIX do que com a do Atlântico Norte do séc. XXI” (Kissinger, 2003, p.101), obrigará certamente a um repensar das prioridades externas por parte de todos os países e a um reajustamento das esferas de influência dos principais poderes regionais.

No mais optimista dos cenários a China fará, como o seu governo argumenta, uma “ascensão pacífica”, sem guerras ou imposição de valores, tentando concretizar o seu “destino nacional” com o retomar da importância e glória do Império do Meio. Boas notícias para os estados europeus, americanos e africanos, mas não tanto para os asiáticos. Um eventual regresso à sua antiga esfera de influência – a área onde o Poder militar, político, económico e cultural de um país é dominante - implica que a autoridade da RPC se estenda da Ásia Central ao Japão, do Sul da Sibéria às ilhas da Indonésia. Tal não é visto em Pequim como uma agressão por parte da China. Para alguns autores chineses o conceito de esfera de influência (*shili fanwei*) não tem qualquer relação com Hegemonia e é perfeitamente aceitável que os grandes poderes definam as suas respectivas esferas, de forma a prevenir e resolver conflitos. (Li, 2009, p. 192).

Actualmente este cenário já se concretizou parcialmente. O colapso da URSS acabou com a competição sino-soviética sobre a Coreia do Norte, deixou a Mongólia exposta à influência militar e económica da China e criou três novos Estados na Ásia Central⁴ que se encontram numa situação semelhante (Ross, 2002).

³Ver Anexo 3.

⁴ Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão.

No entanto, no lado oposto ainda existe uma super-potência presente. Partindo do Paralelo 38, percorrendo todo o Pacífico até às Filipinas e reentrando no continente pela antiga Indochina, estende-se uma rede de alianças entre americanos e asiáticos, desenhada para conter a ameaça soviética do passado, mas hoje com “membros” mais preocupados com a (re)emergência da China. Ao mesmo tempo, o Sudeste asiático encontra-se unido numa organização económica, a ASEAN, cuja formação foi historicamente marcada pela procura de independência face ao comunismo e à influência chinesa, sendo constituída por uma curiosa mistura de tradicionais aliados e inimigos regionais, simultaneamente, dos EUA e da China.

Encontramo-nos perante uma região que poderá sofrer um abalo geopolítico como não se via desde o final da Segunda Guerra Mundial e da descolonização europeia. Uma potência em rápida ascensão, face a outra em declínio⁵, que procura alargar o seu poder (económico, militar, cultural...) sobre um elevado número de países, historicamente adversos à sua influência. É um tema que irá sem dúvida marcar os próximos anos e ao qual temos dedicado parte da nossa investigação académica ao longo dos diversos ciclos de ensino.

Assim, partimos para este estudo com a seguinte pergunta de investigação: *De que forma é que o crescimento económico chinês tem vindo a alterar a balança de poderes da região da Ásia-Pacífico?*

Daqui derivam uma série de perguntas secundárias: Quão significativo foi o crescimento da China, particularmente numa região em rápido desenvolvimento? Como é que esse crescimento económico afectou os vizinhos da RPC? Será ele suficiente para colocar em causa a ordem regional criada pelos EUA?

1.2 Objectivos

De acordo com a pergunta de investigação a que tentamos dar resposta, pretendemos centrar o nosso estudo nos seguintes objectivos:

1 - Analisar o crescimento da economia chinesa, particularmente desde a implementação das reformas de Deng Xiaoping e a abertura da China no final da década de 70 do século passado;

⁵ Se a maioria dos autores discorda actualmente do declínio absoluto dos EUA, poucos argumentarão contra um significativo declínio relativo.

2 - Avaliar o impacto que a (re)emergência da China tem sobre os seus vizinhos, focando-nos naqueles que partilham consigo o Oceano Pacífico e pertencem historicamente à esfera de influência chinesa (as duas Coreias, o Japão, Taiwan e os membros da ASEAN);

3 - Identificar e analisar os pontos de tensão que o crescimento chinês cria a nível regional junto dos EUA, a super-potência mundial.

1.3 Hipóteses

De modo a melhor guiar o nosso trabalho avançamos com hipóteses teóricas a serem exploradas no decurso deste estudo.

1 - A China pretende recuperar o estatuto de principal potência na Ásia através da criação de laços económicos que condicionem os seus vizinhos.

2 – A liderança chinesa conseguiu criar uma alternativa credível à influência norte-americana na região.

3 - A experiência histórica dos diversos países da Ásia-Pacífico é o maior obstáculo à “ascensão chinesa”, condicionando ao mesmo tempo a criação de qualquer instrumento contra esta.

4 - A rede de alianças entre americanos e asiáticos condiciona fortemente as relações sino-americanas e restringe qualquer alteração das esferas de influência regionais.

1.4 Enquadramento Teórico

No plano teórico tentaremos ter sempre em atenção os contributos teóricos que explicam a ascensão e a queda de potências, bem como as tradições chinesas e americanas na criação e condução das suas políticas externas (com foco na região em

análise), e as hipóteses teóricas já avançadas por alguns autores (Henry Kissinger, Niall Ferguson) em relação ao futuro da China, da sua economia e das suas relações externas.

Apesar do nosso trabalho se focar nas relações regionais como elas existem no presente, abordaremos o seu futuro através de algumas perspectivas teóricas. Na pluralidade dos casos recorreremos a teses e autores Realistas, maioritariamente anglo-saxónicos. Não consideramos que tal limite a nossa visão, uma vez que, para a análise da sociedade internacional recorreremos simultaneamente a autores realistas clássicos como Kissinger e autores neo-realistas como Zakaria, mas também a liberais como Taylor Fravel e Joseph Nye (Peou, 2010).

Já na análise da ascensão chinesa utilizamos tanto autores da escola Excepcionalista, como David Kang, como da escola Pragmática, de Robert Ross e David Shambaugh, entre outros (Evans, 2011). Os autores da primeira escola defendem que o conceito da “Ascensão Pacífica” é passível de ser concretizado graças às características excepcionais da China e da região (cultura, geopolítica), por oposição à ideia de uma “Ásia europeia”, ou seja, a ideia de que o passado conflituoso da Europa é o futuro da Ásia (Evans, 2011, p.91). Tomando um caminho que pode ser apelidado como mais moderado, os membros da escola Pragmática, ou da “Coexistência Competitiva”, rejeitam simultaneamente o puro pessimismo realista ocidental e o excepcionalismo optimista asiático. Para estes autores, a hegemonia americana, a existência de uma política de balança de poderes entre chineses e americanos, e o desenvolvimento de organismo multilaterais na região, levaram à criação de “um padrão de ordem, mais próximo da interdependência complexa do que do puro realismo” (Evans, 2011, p.95). Desta forma, ao longo do nosso trabalho teremos sempre presentes as ideias da “bipolaridade regional” e do imperativo da “estabilidade internacional” na política externa chinesa, defendidos por Robert Ross (2002).

1.5 Enquadramento Metodológico

Em relação à metodologia procederemos principalmente a um estudo descritivo, abordando os factores mais importantes que conduziram à transformação da RPC, bem como as alterações que tal provocou junto dos restantes países com interesses regionais. Em alguns pontos do nosso trabalho será ainda necessário realizarmos uma análise explanatória, utilizando teses de diversos autores, de maneira a melhor compreendermos

(1) a forma como a China, uma das mais antigas civilizações do mundo, se deixou atrasar em relação aos estados ocidentais, e (2) as teses realistas sobre o confronto de poderes.

Centramos, assim, a nossa pesquisa em fontes documentais escritas e dados estatísticos para analisar o crescimento chinês e perceber como este se tem alastrado aos restantes países da região. A obtenção de dados será feita através primeiramente dos organismos governamentais de cada país (ministérios do comércio, finanças, relações externas...), embora em alguns casos recorramos a dados fornecidos por diversos autores. Para o terceiro objectivo deste estudo (e em parte para o segundo) iremos basear-nos em bibliografia crítica que considerarmos oportuna.

A nível de limitação temporal decidimos terminar o nosso estudo no final de 2011. Desta forma é-nos possível recorrer à ideia do Pivot Asiático avançado pela administração Obama, ao mesmo tempo que ganhamos alguma distância em relação às eleições americanas e à transição de poder dentro do PCC, susceptíveis de causar alterações no comportamento actual dos dois países entre si e na sua relação com os restantes poderes regionais.

1.6 Estrutura

Dividimos o nosso trabalho em quatro capítulos, seguidos pela conclusão e referências bibliográficas.

O primeiro capítulo fornece o enquadramento teórico e metodológico que seguiremos durante o resto do trabalho, bem como as razões que nos levaram a escolher este tema como trabalho de pesquisa.

O segundo capítulo aborda o crescimento económico da China. Apesar de centrarmos o nosso estudo no período após as reformas de Deng Xiaoping, a história da China obriga-nos a recuar muito para lá dos anos 70, de forma a melhor enquadrarmos a actual situação do país. Assim começamos por analisar os motivos que levaram à estagnação do império chinês e à sua submissão pelas potências europeias, terminando com o caos da República e a implantação do maior regime comunista do mundo. De seguida tratamos das primeiras décadas da RPC. No terceiro ponto deste capítulo analisamos as reformas postas em prática a partir de 1978 e a forma como estas alteraram a China. Os dois últimos subcapítulos tratam dos sucessores de Deng, das

suas políticas, e da forma como nos últimos anos eles têm preparado o país para uma nova realidade política.

O terceiro capítulo aborda as relações da China com vários países que se encontram na orla do Pacífico e faziam parte da sua tradicional esfera de influência imperial. Por esta razão ao longo do nosso trabalho o conceito de Ásia-Pacífico será utilizado de forma mais restrita que o normal. No nosso estudo ele servirá para designar as duas coreias, o Japão, Taiwan e os membros da ASEAN⁶. Em cada um destes casos analisaremos as relações históricas com a China e a forma como estas têm vindo a ser alteradas desde o início das reformas de Deng, particularmente através dos laços económicos.

O quarto capítulo analisa a relação da RPC com os EUA. Devido ao peso que ambos os países detêm a nível mundial, mas principalmente regional, decidimos fazer uma retrospectiva mais aprofundada do relacionamento histórico, para melhor compreendermos o estado actual da relação e tentar prever melhor como ela se poderá desenrolar no futuro próximo. Da mesma maneira também voltamos a abordar alguns dos temas do capítulo anterior, principalmente em relação à situação das coreias e de Taiwan, tentando observar os problemas de uma nova perspectiva. Neste sub-capítulo optamos por deixar de fora (ou melhor, não damos tanto destaque) o Japão, visto considerarmos que, além de ser uma potência por direito próprio, a sua situação é, em muitos aspectos, similar à da Coreia do Sul, mas não apresenta tantos problemas no presente e estará sempre dependente do que acontecer na Península Coreana.

Por último apresentamos as conclusões retiradas da nossa investigação, esperando ter atingido os objectivos a que nos propusemos e ter contribuído para futuras investigações que possamos realizar nesta área.

⁶ Tradicionalmente este conceito engloba ainda países como a Austrália, a Nova Zelândia e diversos estados ou micro-estados insulares ao longo do Pacífico, podendo ainda ser somados alguns países do Sul da Ásia.

Capítulo 2: O Crescimento Económico da China

Durante a maior parte da sua história a China foi o que se pode considerar um grande poder (*Taguo*), e uma das, se não mesmo a, mais desenvolvida civilização mundial. Nas palavras do historiador Paul Kennedy, “de todas as civilizações dos tempos pré-modernos nenhuma parecia mais avançada, nenhuma se sentia mais superior que a China” (Kennedy, 1997, p.30).

Uma geografia extremamente favorável possibilitou aos Han expandirem-se ao longo do rio Amarelo, dando-lhes acesso a grandes extensões territoriais, que por sua vez lhes forneciam elevadas produções agrícolas e, por conseguinte, uma das maiores populações mundiais. Uma numerosa classe burocrática, baseada nos ideais do Confucionismo e da meritocracia, estava encarregue da administração do território chinês, fazendo-o via um vasto sistema de canais, ligando os seus grandes rios e centros populacionais. Era também por esta via de comunicação que circulavam as mercadorias chinesas: arroz das zonas rurais para alimentar as cidades; sedas, porcelanas, chás e especiarias para a Rota da Seda, em troca dos quais recebiam ouro e prata, metais em escassez na China.

Os fluxos comerciais, apoiados na existência de papel-moeda, estimulavam o crescimento de mercados e das cidades, muito maiores que as suas congéneres europeias. O mesmo era verdade para as bibliotecas chinesas, muito graças à existência de impressoras desde o século XI. Nessa mesma época existia já uma enorme indústria metalúrgica – apoiada pela existência de um exército com mais de um milhão de homens - responsável pela produção de cerca de 120 mil toneladas de ferro por ano, um valor que só seria alcançado pelo Reino Unido com a Revolução Industrial, sete séculos mais tarde (Kennedy, 1997).

No primeiro quartel do séc. XV, quando a expansão europeia não ia além da conquista portuguesa de Ceuta⁷, a dinastia Ming (1368-1644) governava desde a Manchúria Exterior ao Vietname, e financiava simultaneamente as renovações do Grande Canal, a mudança da capital de Nanquim para Pequim (com a construção da Cidade Proibida) e as expedições do eunuco Zheng He⁸. No final do mesmo século, o

⁷ E a descoberta acidental da Madeira em 1420.

⁸ Descendente de uma família muçulmana ao serviço da dinastia Yuan (Mongol), o futuro almirante foi capturado pela dinastia Ming aos 11 anos e, de acordo com a tradição, castrado. Foi então enviado para a corte onde acabou por se tornar conselheiro do futuro imperador Yongle. Entre 1405 e 1433 realizou sete

Papa Alexandre VI dividiu o mundo entre portugueses e espanhóis, através do Tratado de Tordesilhas. Os reinos ibéricos eram responsáveis por cerca de 2,2% do PIB mundial e 1,8% da população, enquanto a China detinha “somente” um quarto da riqueza do globo e 23,5% da sua população (Maddison, 2006).

2.1 Declínio e “Humilhação”

É unânime entre historiadores o facto de a China sempre se ter encontrado entre as mais avançadas civilizações ao longo da história da humanidade⁹. Muito mais debatidas são as questões sobre o seu declínio e as razões que levaram um vasto império a submeter-se à vontade de pequenos Estados situados no outro lado do Mundo.

Já em 1748, Charles de Secondat, Barão de Montesquieu, atribuía a culpa à tirania do imperador, que para ele derivava do facto da China possuir uma população excepcionalmente volumosa, que por sua vez se devia ao clima da Ásia. A falta de uma zona temperada, ao contrário do que ocorria na Europa, fazia com que os Estados melhor colocados conseguissem crescer e conquistar os restantes, criando vastos impérios e escravizando as suas populações (Ferguson, 2011, p.20).

Em 1776, Adam Smith observava na sua *magnum opus* o facto da China, apesar de ser “um dos países mais férteis, melhor cultivados, mais produtivos e mais populosos do mundo [...] muito mais rico que qualquer parte da Europa” (Smith, 2007, p. 47), apresentar um nível de desenvolvimento igual ao presenciado por Marco Pólo a quando da sua visita no século XIII. Para o escocês, o país encontrava-se há muito num estado imutável por não ter conseguido “encorajar o comércio externo”, dando primazia à agricultura. Segundo o pai do Capitalismo isto ocorreu (e à sua época continuava a ocorrer) devido ao elevado número de chineses que possuíam terras e à importância que as receitas que destas derivavam tinham para os cofres dos líderes chineses. Assim, nem os trabalhadores, nem as elites tinham grandes vantagens em deslocar parte do seu investimento (de capital ou trabalho) para outras actividades. O resultado foi o

expedições pelo Sudeste asiático, Península Arábica e costa Oriental africana, recolhendo tributos para o imperador de “tudo sob o céu”. A sua armada era constituída por cerca de 300 navios e 28 mil homens. Uma pequena parte dos cerca de 1350 navios à disposição da marinha Ming.

⁹ Francis Fukuyama defende mesmo que foi a China a inventora do Estado moderno, durante a Dinastia Qin, 221 a.C. – 206 a.C. (Fukuyama, 2012)

abandono do comércio externo para os estrangeiros¹⁰ e, conseqüentemente, um fraco desenvolvimento da produção manufatureira. Tivessem os chineses decidido investir nestas duas áreas, argumentava Smith, e “a extensão do império chinês, o vasto número de habitantes, a variedade do clima, e conseqüentemente das produções nas suas diferentes províncias, e a fácil comunicabilidade” tornariam o mercado interno por si só capaz de sustentar uma elevada produtividade (Smith, 2007, p. 440).

Paul Kennedy, responsável pelo mais conhecido livro sobre potências mundiais, atribuía o declínio da China ao retraimento efectuado pela dinastia Ming para fazer face às invasões mongóis a Norte, aos elevados custos das expedições marítimas e militares que decorriam a Sul, mas principalmente, para satisfazer a enorme classe burocrática que administrava o império. “A acumulação de capital privado, a prática de comprar barato e vender caro, a ostentação do mercador *nouveau riche*” eram tão ofensivas para a elite confucionista como para as massas trabalhadoras (Kennedy, 1997, p. 34). Os administradores do império eram escolhidos com base num rigoroso exame dos seus conhecimentos sobre os clássicos do Confucionismo – com os seus mais de 431 mil caracteres –, faziam carreira ao serviço do estado chinês e deles dependia a estabilidade deste. O risco, o individualismo e o lucro associados à actividade comercial eram absolutamente contrários aos princípios e à moral da elite governante¹¹.

Presentemente, e tendo o benefício de uma maior retrospectiva histórica, bem como de um melhor conhecimento da história e cultura chinesa, o historiador Niall Ferguson identificou um conjunto de ideias, instituições e comportamentos que sintetizam as razões por detrás da ascensão do Ocidente e do “atraso” do resto do mundo: Competição, Ciência, Direitos de Propriedade, Medicina, Sociedade de Consumo e Ética de Trabalho¹². No caso específico do Império do Meio, o professor de Harvard aponta a falta de um ambiente competitivo como principal responsável pela estagnação que levou a China a ser ultrapassada e dominada pelo Ocidente. Enquanto a Europa se encontrava fragmentada devido a uma vasta diversidade geográfica, o império chinês encontrava-se unido por vastas planícies e três grandes rios que corriam

¹⁰ E mesmo este extremamente limitado a algumas cidades e a alguns produtos.

¹¹ Desde os tempos da dinastia Zhou (1046-256 a.C.) que a sociedade chinesa tinha sido estruturada, no mínimo na teoria, com base nas “4 Ocupações”. A classe burocrática (*shi*) estava no topo da sociedade, seguida pelos agricultores (*nong*), os artesãos (*gong*) e com os mercadores e comerciantes (*shang*) na base.

¹² Utilizando a linguagem computadorizada dos nossos dias, Ferguson define-as como “as 6 Aplicações”.

no mesmo sentido¹³. Assim, se a China podia ser invadida e conquistada por hordas de cavaleiros mongóis, a Europa conseguia ficar fragmentada e simultaneamente resistir às investidas da Ásia Central. Não havendo qualquer poder Pan-europeu que reunisse todos os governantes do Velho Continente num mesmo objectivo¹⁴, era-lhes possível competirem entre si em busca de vantagens territoriais e económicas. (Ferguson, 2011). Não houve ninguém que impedisse ingleses e franceses de se digladiarem durante mais de um século em vez de auxiliarem directamente os países ibéricos, da mesma forma que ninguém obstruiu a expansão marítima destes a favor da defesa do Leste da Europa contra os Turcos. Inversamente, o poder centralizado que existia na China, na pessoa do imperador, permitia que milhões de pessoas e todos os recursos do país fossem deslocados de acordo com as necessidades do momento para a construção do sistema de canais, de uma nova capital ou, o melhor e mais conhecido exemplo, da Grande Muralha. Ao mesmo tempo, enquanto as rivalidades na Europa entre ingleses, franceses e alemães se traduziam em grandes avanços militares, ou entre as cidades italianas em avanços económicos e culturais; a China pouco poderia ganhar ao interagir com mongóis nómadas ou piratas japoneses. Como Kissinger observa, durante vários milénios de civilização chinesa, a China nunca foi obrigada a lidar com outros países ou civilizações que fossem comparáveis em escala ou sofisticação (Kissinger, 2011).

Todos estes factores, mais ou menos interligados, acabaram por criar aquilo que Samuel Huntington cunhou como “A Grande Divergência”¹⁵. E, esta é, sem dúvida a expressão que melhor descreve o declínio chinês. Ao contrário da maioria das civilizações, o Império do Meio não caiu, nem foi conquistado, apenas divergiu dos restantes poderes mundiais. A quando do primeiro contacto com a Europa moderna no início do século XVI¹⁶, a China encontrava-se num estado de desenvolvimento superior em quase todas as áreas mas, como já referimos, tinha estagnado. Pouco mais de um século depois, os Europeus estavam ocupados a definir impérios e rotas comerciais pelos quatro cantos do mundo enquanto a dinastia Ming estava ocupada a lutar pela própria vida.

¹³ O rios *Yangtze*, Amarelo e das Pérolas fluem de Oeste para Este e são respectivamente o 3º, 6º e 53º maiores cursos de água doce do mundo. O maior rio da Europa, o Danúbio, é apenas o 30º maior do mundo e com apenas mais cerca de 600 kms que o rio das Pérolas passa actualmente por 8 países.

¹⁴ As Cruzadas terão representado o maior momento de unidade continental, sobre a alçada do Papa, mas mesmo aí os soldados eram atraídos por recompensas financeiras ou espirituais e não por comando imperial.

¹⁵ Numa perspectiva mais eurocêntrica, Eric Jones prefere referir-se ao “Milagre Europeu”.

¹⁶ Em 1513, o português Jorge Álvares desembarcou na ilha de Lintin.

Uma conjugação verdadeiramente caótica de maus anos agrícolas, responsáveis por grandes fomes, epidemias e uma grave crise financeira e monetária abriu as portas a revoltas internas em grande escala e a incursões externas. Em 1644, Pequim caiu para um exército de camponeses rebeldes, e pouco depois, os Manchus atravessaram a Grande Muralha e começaram a conquistar o império dividido. Entre 1580 e 1650, a população chinesa diminuiu entre 35 a 40% (Ferguson, 2011). No início do séc. XVIII, com cerca de 138 milhões de habitantes e a dinastia Qing (1644-1912) bem cimentada, o império tinha perdido 22 milhões de almas no último século e os seus 28,8% da população mundial haviam caído para “meros” 22,9 (Maddison, 2006). Já os impérios europeus, e mesmo, o Japão e a Índia, faziam o trajecto inverso.

A nova dinastia usou o aparelho burocrático previamente estabelecido e as tradições dos Han para atingir a unidade do império, e infelizmente, o isolacionismo foi mantido, com a excepção do comércio realizado via Macau. Isto apesar das claras vantagens económicas demonstradas pelos mercadores chineses, com o final das restrições às actividades costeiras em 1684, tendo conseguido afastar a concorrência europeia e asiática no território continental e dominado os mercados da Birmânia, Camboja, Ayutthaya e Vietname. Os Qing foram forçados a desenvolver a marinha para poderem combater os piratas japoneses e as forças Ming residuais que se haviam refugiado em Taiwan, mas não fizeram qualquer aposta em navios comerciais e chegaram mesmo a quebrar os acordos que haviam feito com os holandeses¹⁷. No início da segunda metade do séc. XVIII, a pressão dos próprios comerciantes chineses levou o governo a adoptar o “Sistema de Cantão”, com todo o comércio com os europeus – e mais tarde, também com os americanos – a ser limitado à cidade que lhe dava nome. Os estrangeiros estavam impedidos de comunicar com membros da administração chinesa e deviam realizar todas as trocas comerciais com uma única guilda de mercadores, o Cohong, que por sua vez, devia garantir o bom comportamento dos estrangeiros e pagar ao imperador pelo monopólio que detinham (Cohen, 2000). No final do século, com o comércio de sedas, porcelana e chá em ascensão apesar das limitações, o império britânico resolveu avançar para negociações com o império chinês, apenas para ver todos os seus pedidos rejeitados. A missão diplomática liderada por George Macartney era composta por médicos, cirurgiões, pintores, músicos, mecânicos, relojoeiros,

¹⁷ Os Qing haviam prometido um estatuto comercial especial aos holandeses em troca de apoio na remoção das tropas lealistas Ming nas fortalezas ao longo da costa, mas no final do conflito retrocederam na sua decisão alegando fraco desempenho da parte dos europeus.

metalúrgicos, e como presentes para o imperador trazia consigo peças de artilharia, relógios, uma carruagem, peças de porcelana inglesa, retractos dos monarcas britânicos, telescópios, um planetário e um balão de ar quente. Tudo isto foi aceite como “tributo ao imperador da China”, recebido graciosamente como prova de que o monarca britânico “tinha o desejo humilde de ter parte nos benefícios da civilização [chinesa]” e posto imediatamente de lado como sendo “objectos estranhos e caros”. Para os governantes chineses o império britânico “não tinha nada a oferecer que a China quisesse, e a China já tinha dado à Grã-Bretanha tudo aquilo que os seus regulamentos divinos permitiam” (Kissinger, 2011, p. 42). Macartney saiu da presença do imperador sem ter alcançado qualquer um dos objectivos pelos quais tinha sido enviado e, no entanto, foi o representante britânico mais bem-sucedido. Em 1816 a missão de Lord Amherst terminou em confrontos físicos à porta da sala do trono devido a questões protocolares. Já em 1834, a comitiva de Lord Napier não passou de Cantão, primeiro devido a mais um impasse protocolar e, mais tarde, devido à doença e morte do representante europeu. Contudo, antes de ceder à malária, Napier teve tempo para reportar a existência de uma pequena ilha com um excelente porto natural, Hong Kong.

As restrições impostas ao comércio externo acabaram por gerar grandes défices para as nações europeias, particularmente para o Reino Unido, devido à crescente importação de chá. Mas, a “nação de merceeiros” rapidamente arranjou uma solução para este pequeno problema financeiro. O tráfico de ópio da Índia para a China garantia aos comerciantes ocidentais uma moeda de troca directa pelos produtos chineses, diminuindo a dependência inglesa da prata europeia e mexicana, e acabou mesmo por gerar lucros na colónia britânica, até aí um survedor de dinheiro. Contudo, o consumo do estupefaciente disparou de tal forma que, em 1839, o governo chinês foi obrigado a torná-lo ilegal e a impedir a sua distribuição, fechando a área comercial de Cantão. A resposta britânica mostrou aos chineses a maior e mais perigosa “Divergência” entre o seu império e os impérios ocidentais. Uma pequena força expedicionária, enviada de Singapura, arrasou todas as defesas costeiras chinesas, bloqueou os principais portos do país, fechou as saídas dos rios Pérola e Yangtze, e conquistou, entre outros pontos, as cidades de Zhoushan, Ningbo, Cantão e Xangai. Com navios de guerra prontos a atacar Nanquim o governo chinês foi obrigado a capitular. De acordo com os termos de paz, presentes no Tratado de Nanquim (1842), o império britânico foi indemnizado pelos prejuízos causados aos seus comerciantes e pelos custos da guerra, o comércio de ópio voltou a ser permitido, Hong Kong passou a domínio inglês, cinco portos chineses

foram abertos ao comércio ocidental e o Reino Unido garantiu o direito de manter uma representação permanente em cada um destes. Havia assim sido criado o primeiro dos Tratados Desiguais. No ano seguinte, um novo tratado acordou as tarifas a aplicar aos produtos britânicos, concedeu ao Reino Unido o estatuto de Nação Mais Favorecida e aos seus cidadãos e direito de extraterritorialidade.

Uma a uma, todas as potências ocidentais (e também o Japão) dirigiram-se à China para exigir os mesmos direitos que haviam sido concedidos aos britânicos, e a todas elas os Qing acederam. Entre 1856 e 1860, a Segunda Guerra do Ópio voltou a demonstrar as desigualdades entre o Ocidente e a China, e no final, seguiu-se mais um conjunto de Tratados Desiguais. As elites chinesas podiam racionalizar as cedências perante os estrangeiros como um mal menor ou uma forma de jogar bárbaros contra bárbaros¹⁸, mas a população sentia-se humilhada.

Em 1898, o descontentamento geral da população chinesa ganhou forma na Rebelião dos Boxers, uma violenta campanha contra os estrangeiros e tudo o que estes haviam imposto à China. As delegações diplomáticas em Pequim foram atacadas; missionários e cristãos chineses foram massacrados; linhas telegráficas, escolas ocidentais e caminhos-de-ferro foram destruídos. A resposta foi dada na forma da Aliança das Oito Nações¹⁹, o envio de uma força de 20 mil soldados e consequente supressão dos revoltosos e das forças imperiais que a eles se haviam juntado, terminando com a ocupação e destruição parcial da capital chinesa. Como compensação pelos danos e despesa causados aos países ocidentais, a China foi forçada a assinar o Protocolo Boxer (1901), ficando obrigada, entre outras coisas, a pagar uma indemnização e a conceder mais direitos de ocupação aos estrangeiros²⁰. Apesar de pesados, os custos da revolta podiam ter sido bem piores. Enquanto decorria a campanha contra os Boxers, o Secretário de Estado norte-americano John Hay enviou às restantes chancelarias da coligação um pedido para que fossem emitidas declarações formais reconhecendo a integridade territorial chinesa, de forma a garantir o livre comércio. Como nenhuma das potências queria ceder perante as restantes, nenhum

¹⁸ Uma tática diplomática chinesa que concedia os mesmos privilégios, ou privilégios antagónicos, a diferentes forças estrangeiras, para que estas se confrontassem e destruíssem. Foi desta forma que a China lidou durante séculos com os seus problemas fronteiriços. No séc. XIX esta provou ser ainda actual ao colocar a Rússia em rota de colisão com o Japão após cedências chinesas na Coreia e na Manchúria.

¹⁹ Alemanha, Áustria-Hungria, Estados- Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

²⁰ Incluindo um estatuto especial para as áreas ocupadas pelas missões diplomáticas em Pequim. Os chineses foram proibidos de residir nestas zonas e os países ocidentais passaram a poder guarnecê-las com as tropas que achassem necessárias.

compromisso foi formalmente acordado, acabando por se estabelecer apenas um acordo de princípios.

A independência chinesa foi assim mantida (com grande custo e em parte graças a um dos “bárbaros invasores”), mas para a população “uma dinastia incapaz de prevenir repetidas marchas sobre a capital chinesa... havia claramente perdido o Mandato do Céu” (Kissinger, 2011, p. 87). Durante a década que se seguiu as revoltas civis e o descontentamento militar aumentaram, as reformas imperiais fracassaram e surgiram diversos grupos revolucionários e nacionalistas. Em Fevereiro de 1912 a última dinastia chinesa caiu, com a abdicação do imperador Puyi, e a República da China foi proclamada.

No início do século XX uma República era algo raro na Europa, sinónimo de grande sucesso e, simultaneamente, de fracasso nas Américas, e completamente inaudito na Ásia²¹. A China passou directamente de um sistema imperial milenar para uma espécie de laboratório político, onde os princípios do Confucionismo se misturavam pela primeira vez com os ideais liberais, importados desde o outro lado do Mundo. O resultado foi um estado de caos. Os republicanos viram-se forçados a passar o poder para Yuan Shikai, o comandante do maior exército do país, de forma a impedir uma possível guerra civil. As províncias do Sul revoltaram-se e foram esmagadas. Os governadores civis foram substituídos por comandantes militares. O país afundou-se numa crise económica, forçando os republicanos a pedir um empréstimo ao estrangeiro.

A Primeira Guerra Mundial estendeu-se à China através da disputa de esferas de influência no país. Sendo a potência geograficamente melhor posicionada, o Japão entrou neste conflito para se apoderar dos territórios alemães na Ásia-Pacífico e tal incluía as possessões germânicas na China. Tendo estas sido tomadas entre Agosto e Novembro de 1914, e aproveitando o caos no continente europeu, os nipónicos rapidamente se viraram para o governo chinês, apresentando-lhe uma série de exigências territoriais, políticas e económicas que “tornariam a China num protectorado japonês, para ser explorado da mesma forma que o Japão explorava a Coreia” (Cohen, 2000). Devido a pressões internacionais o governo nipónico acabou por abdicar de parte dos territórios em disputa, mas viu todas as aquisições feitas às custas da Alemanha

²¹ Uma república tinha sido estabelecida em 1895 em Taiwan, após esta se declarar independente da China continental, mas em menos de cinco meses uma invasão japonesa pôs um fim à experiência. Em 1899 as Filipinas também proclamaram uma república, dois anos depois os EUA ocuparam o arquipélago. Nenhum dos dois regimes foi reconhecido internacionalmente.

serem confirmadas em Versalhes (1919), apesar da China ter entrado na guerra ao lado dos Aliados. Em resposta, uma nova onda de protestos varreu a frágil república.

Em Julho de 1921, em Xangai, 53 representantes de diversos movimentos comunistas chineses fundaram o Partido Comunista da China. Em 1923, com o alto patrocínio da URSS, o PCC uniu-se ao Kuomintang de forma a criarem uma frente unida contra os diversos “Senhores da Guerra” e as potências estrangeiras. Contudo, quando Chiang Kai-shek assumiu a liderança do país (1928) voltou-se contra os membros mais à esquerda do partido, perseguiu e eliminou vários comunistas, dando início à Guerra Civil Chinesa. No fim de 1931, os comunistas encetaram diversas revoltas nas zonas rurais e estabeleceram a República Soviética da China, ao mesmo tempo que a onda de nacionalismo apoiada por Kai-shek forneceu a Tóquio o cenário perfeito para invadir a Manchúria. Uma nova campanha anti-comunista foi lançada em 1934, forçando os revolucionários a abandonarem as suas bases, dando início à “Longa Marcha”, durante a qual Mao Tse-Tung viria a assumir a liderança do PCC.

O início da Segunda Guerra Sino-japonesa (1937) uniu as duas forças políticas chinesas num esforço comum para derrotar os nipónicos, mas assim que estes se renderam aos Aliados, em Setembro de 1945, as hostilidades foram retomadas. Os nacionalistas dominavam as cidades, enquanto os comunistas controlavam as áreas rurais. No final, o apoio indirecto da União Soviética, a disciplina das guerrilhas maoistas e a eficaz administração dos territórios por elas conquistadas provaram ser o bastante para derrotar o Kuomintang. No dia 1 de Outubro de 1949, com os nacionalistas em retirada total na direcção de Taiwan, Mao proclamava a República Popular da China na Praça de Tiananmen.

2.2 Comunismo

O primeiro objectivo do PCC ao assumir o poder foi recuperar a economia chinesa para os níveis de 1949. Para tal o débil capitalismo chinês foi trocado pela direcção central comunista. O sistema bancário foi nacionalizado e centralizado sobre a direcção do Banco Popular da China. Os sistemas monetários e financeiros foram unificados. Indústrias e empresas privadas passaram a empresas estatais, com cada local de trabalho com mais de três membros do partido a ter que criar uma filial do PCC e os que tinham mais de 50 trabalhadores a ter que ser regulados por um comité

revolucionário²². Departamentos comerciais foram criados para regular os mercados. As propriedades de nacionais estrangeiros foram confiscadas. Uma reforma agrária redistribuiu cerca de 45% dos terrenos aráveis, retirando-os a grandes proprietários e entregando-os a famílias com pouca ou nenhuma terra.

De forma a “facilitar” a centralização económica foram conduzidas purgas a nível nacional contra elementos da classe média, pequenos proprietários, intelectuais e activistas políticos não-comunistas. Mais de um milhão de chineses foram executados e 2.5 milhões foram presos em campos de “reeducação”. Apesar do terror interno e da participação chinesa na Guerra da Coreia (1950), em 1952, a economia tinha regressado aos valores pré-guerra civil. Com uma base económica estabelecida, Mao decidiu avançar para um modelo económico “soviético”.

Seguindo o mesmo esquema utilizado pela URSS, e com a assistência desta, o governo chinês estabeleceu um Plano Quinquenal (1953-57). Este deu primazia à indústria pesada, principalmente à de produção militar. Perto de 700 projectos industriais foram executados, 156 dos quais com ajuda soviética²³. Simultaneamente foi lançado o plano de colectivização da agricultura. Os milhões de chineses que tinham recebido terrenos poucos anos antes foram forçados a entregá-los às autoridades e integrados em colectivos agrícolas dirigidos por membros do PCC, ficando apenas com pequenos lotes privados. Em 1957, a colectivização estava completa e 800 mil colectivos tinham sido criados, cada um com 600 a 700 pessoas, representando cerca de 93.5% dos agregados familiares rurais. A produção industrial chinesa tinha crescido 19% ao ano, enquanto o rendimento médio nacional aumentou 9% ao mesmo ritmo.

Os resultados do Plano foram encarados de forma tão positiva pelo regime chinês que, nesse mesmo ano, quando numa reunião de líderes comunistas em Moscovo Nikita Khrushchev anunciou que a economia da URSS ultrapassaria a dos EUA em quinze anos, Mao improvisou um discurso prometendo que a China ultrapassaria o Reino Unido em produção de aço no mesmo período.

O Segundo Plano Quinquenal (1958-62) acabou por ser profundamente alterado por Mao, para que a China conseguisse cumprir as suas expectativas. Numa reunião partidária em Janeiro de 1958, o Grande Timoneiro apresentou o plano que baptizou

²² Um controlo muito mais apertado que aquele que existia na URSS, onde só se estabeleciam comités em empresas com mais de 300 trabalhadores.

²³ Estes incluíam 44 indústrias militares, 20 indústrias metalúrgicas, 7 indústrias químicas, 24 dedicadas a processamento mecânico, 52 indústria energética, e 3 dedicadas à farmacêutica.

como “Grande Salto em Frente”, assim designado pelo rápido crescimento económico previsto.

Quando no final de Julho desse mesmo ano Khrushchev visitou Pequim, Mao garantiu-lhe que a China atingiria um regime Comunista pleno antes da URSS. O resultado foi bem diferente, indo para lá de desastroso.

Desde o início que os objectivos do plano haviam sido colocados a um nível inatingível. O valor da produção agrícola, por exemplo, devia crescer 270% em apenas 5 anos, enquanto a produção de aço deveria aumentar 18% em 3 anos. E os métodos utilizados para alcançar estes objectivos acabaram por dificultar ainda mais a tarefa da população chinesa. Com uma severa falta de capital e matérias-primas que permitissem um rápido desenvolvimento económico, os comunistas apostaram no maior recurso nacional, a sua vasta população. Um milhão de camponeses foram transferidos dos campos para a produção metalúrgica e a eles juntaram-se professores, estudantes e funcionários públicos, sem qualquer formação para tal.

Simultaneamente, o PCC decidiu avançar para a formação de Comunas do Povo, uma versão mais “avançada” dos colectivos agrícolas, para um Estado mais avançado no caminho para o Comunismo. O governo chinês tomou posse de todos os terrenos, casas e gado que ainda se encontravam nas mãos de privados, passando a controlar todas as actividades administrativas e produtivas nas áreas rurais. Dentro das comunas os salários e o dinheiro foram abolidos em favor de pontos de trabalho. Todos os aspectos da vida privada foram abolidos.

No final do ano, 98% da população rural tinha sido dividida pelas 25 mil comunas criadas, com uma média de 5 mil famílias em cada²⁴. De forma a facilitar as reformas Mao lançou ao mesmo tempo uma campanha anti-direita, visada para a identificação, detenção e reeducação (ou purga) de elementos de Direita, contrarrevolucionários e, no geral, qualquer opositor aos planos governamentais. Os juízes e advogados foram recolocados noutras profissões e o aparelho judicial entregue a membros do PCC e da polícia.

O medo causado por esta perseguição, auxiliado por trabalhadores mal preparados para as tarefas que lhes foram incutidas e más decisões governamentais geraram um sério problema. A produção agrícola diminuiu 22,8% em 3 anos, mas os administradores das comunas falsificavam os números que enviavam para Pequim

²⁴ As maiores comunas tinham 20 mil famílias.

receosos do que lhes poderia acontecer por não atingirem as cotas e os administradores centrais, por sua vez, redistribuíam as colheitas pelas cidades ou exportavam-nas para a URSS em troca de maquinaria e armamento. O resultado foi uma gigantesca fome nas áreas rurais entre 1959 e 1961 que levou à morte de entre 20 a 42 milhões de chineses. O governo comunista ocultou as mortes e chegou mesmo a recusar alimentos oferecidos pelos EUA. A população chinesa em geral viu o seu nível de vida recuar 4.9% em cada ano.

Perante o desastre Mao abandonou discretamente o lugar de Presidente da RPC²⁵, entregando-o a Liu Shaoqi e encarregando este de, juntamente com Deng Xiaoping, elaborar um plano de recuperação económica. De imediato os investimentos na construção de infra-estruturas foram reduzidos em favor de investimentos na agricultura, de forma a parar a fome.

Em poucos anos foi possível estabilizar os diversos sectores da economia e voltar a crescer. Comparando com 1960, a produção agrícola de 1965 tinha crescido 42,2% e a indústria leve 27,5%, enquanto a indústria pesada recuou 37,2%. A taxa de poupança diminuiu e o consumo e o nível de vida das populações rurais e urbanas aumentou 25,7%. Aproveitando o clima de reformas, Zhou Enlai, Primeiro-Ministro desde a fundação da RPC, apresentou em 1963 um plano designado por “As Quatro Modernizações”²⁶, visando o estabelecimento de novas bases sólidas para a economia chinesa. Contudo, a recuperação económica, feita à custa de uma deriva da ideologia formal do PCC, fez Mao Tse-Tung sentir o poder sobre o partido (e logo, sobre o país) fugir-lhe das mãos, o que seria inaceitável. E se da primeira vez Mao atingira o poder com uma revolução, seria com uma nova revolução que voltaria a controlar os destinos da China.

Em 1966, através de uma série de documentos oficiais, Mao atacou os elementos reformadores do partido, classificando-os de revisionistas. Estava assim lançada a Grande Revolução Cultural Proletária. Durante a década que se seguiu, milícias formadas por jovens, autoproclamados Guardas Vermelhos, percorreram o país atacando todos os símbolos do passado Confucionista e qualquer indivíduo que fosse identificado como perigoso para o pensamento comunista. Monumentos, cemitérios e locais de culto foram destruídos, políticos foram purgados e presos ou enviados para partes remotas do país. O mesmo aconteceu a professores e burocratas. Os membros

²⁵ Manteve contudo o seu lugar de Presidente do PCC.

²⁶ A aposta seria feita na modernização da agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia.

reformistas do PCC foram afastados do poder e, os mais sortudos, exilados para partes remotas do país. Os sindicatos foram proibidos. As embaixadas estrangeiras e o seu pessoal foram atacados, enquanto as missões chinesas no exterior foram chamadas de volta para que os seus líderes fossem reeducados. Os anos da Revolução Cultural foram os mais tumultuosos e desastrosos desde a fundação da RPC, e são por isso vistos como o maior revês para o partido, a nação e os seus habitantes, sendo conhecidos como “Os Dez Anos Caóticos” ou a “Calamidade de Dez Anos” (Li & Fumin, 2010, p.27). *Eppur si muove*. Os Planos criados para este período (3º e 4º) foram relativamente bem-sucedidos, particularmente tendo em conta o estado de quase guerra civil em que o país se encontrava. Nos dois Planos os objectivos produtivos estipulados foram alcançados e, com excepção de 1967 e 1968, a produção agrícola e industrial alcançaram sempre um crescimento positivo. Num nível puramente económico, a Revolução Cultural “apenas” foi realmente prejudicial a longo prazo. A instabilidade política impediu que fossem tomadas importantes medidas para reformar a fraca estrutura económica do país, enquanto a instabilidade social “inutilizou” toda uma geração²⁷.

Em 1968, Mao ordenou ao exército que colocasse um ponto final no caos instalado no país, dando início ao fim da sua própria revolução. Um ano depois a maioria dos Guardas Vermelhos tinha sido eliminada e o líder chinês declarou que a Revolução tinha terminado, embora a instabilidade continuasse presente por todo o país. Em 1970, o Grande Timoneiro afastou o general Lin Biao da liderança do exército e designou o seu sucessor, de forma a manter o controlo absoluto sobre toda a situação. Mao era assim, simultaneamente, o instigador e o apaziguador, o revolucionário e o poder instituído. Aos poucos a ordem foi sendo restabelecida, e passou o próprio PCC a ser o novo campo de batalha ideológico, com diferentes facções a tentarem impor-se na linha de sucessão de Mao Zedong.

O maior problema para a estabilidade chinesa, e para o crescimento económico do país, não era pois uma falta de recursos (humanos e materiais) ou de ideias. O verdadeiro problema era mesmo o excesso de ideologia, patente na liderança do PCC. Para que a China pudesse atingir todo o seu potencial era necessário uma profunda mudança de mentalidades. A partir de 1972, a liderança chinesa começou a reatar os laços diplomáticos que haviam sido quebrados com a revolução comunista, primeiro

²⁷ Durante a Revolução Cultural professores e alunos abandonaram as escolas, uns como vítimas de perseguições, outros como membros revolucionários. Livros classificados como perigosos foram queimados. Camponeses iletrados passaram a ser a vanguarda revolucionária, incumbidos de reeducar os dissidentes. A isto há que somar os milhões de mortos.

com os EUA (como analisaremos em maior pormenor no capítulo 3), seguidos pelo Japão e depois com os diferentes países europeus. Esta alteração no comportamento de Pequim ficou a dever-se contudo ao perigo crescente do isolacionismo e muito pouco à vontade de mudar de paradigma. Prova disso era a contínua prisão domiciliária de Deng Xiaoping²⁸. Uma alteração significativa só poderia ocorrer com uma alteração de lideranças. A primeira destas surgiu com a morte de Zhou Enlai em Janeiro de 1976. Mas apenas uma mudança na cabeça do partido viria a transformar verdadeiramente a China.

2.3 As Reformas de Deng Xiaoping

A morte de Mao Tse-Tung, a 9 de Setembro de 1976, abriu a porta a uma luta pelo poder dentro do PCC. A liderança formal do partido e do país encontrava-se nas mãos de Hua Guofeng²⁹, o sucessor escolhido pelo próprio Mao, mas era disputada pelo “Gangue dos Quatro”, liderado por Jiang Qing; e por membros reformadores do PCC, representados por Deng Xiaoping. Uma aliança de conveniência entre ambas as alas do partido permitiu acabar rapidamente com a ameaça do “Gangue” e através de diversas manobras políticas e nomeações de apoiantes para cargos de relevo, Deng acabou por afastar Hua da liderança do PCC e, por conseguinte, da China. No Outono de 1978, a ala “Prática” do partido comunista³⁰ já dominava as principais instâncias de poder do país, e o próprio Deng foi reinstituído como membro do Comité Permanente do Politburo do PCC e Vice-Presidente da Comissão Militar Central. Na 3ª Sessão Plenária do 11º Comité Central, que decorreu em Pequim entre 18 e 23 de Dezembro desse mesmo ano, a Revolução Cultural e o próprio Hua Guofeng foram abertamente criticados, pondo um fim definitivo à era maoista. Na mesma sessão foram lançadas as primeiras reformas económicas que transformariam o país numa potência económica. As bases destas eram claras: abertura à iniciativa privada e diminuição do controlo estatal e partidário. O maior Estado socialista do mundo abria as portas à economia de mercado.

²⁸ O “líder” dos reformistas fora preso entre 1967-73 e durante mais um ano entre 1976-77.

²⁹ Nascido Su Zhu, acabou por adoptar um *nom de guerre* quando se juntou ao movimento comunista chinês. Após as purgas políticas, e as mortes, de Lin Biao e Zhou Enlai coube-lhe suceder a Mao, de forma a preservar o legado revolucionário.

³⁰ Assim conhecida devido aos seus dois slogans: “Procurar a Verdade através de factos” e “Ter a Verdade como único critério da Prática”.

Seguindo uma lógica simples, foi dada primazia às reformas rurais de modo a estimular a produção agrícola, fonte primordial geradora de riqueza, ocupação laboral da larga maioria da população chinesa da altura e, quando enfraquecida, causa de milhões de mortes. Como Deng Xiaoping afirmou:

“...temos antes de mais de resolver os problemas das zonas rurais. Oitenta por cento da população vive em áreas rurais, e a estabilidade da China depende da estabilidade dessas áreas. Independentemente do quão bem-sucedido formos no nosso trabalho nas cidades, não significará muito sem uma base estável nas zonas rurais.”
(Xiaoping, 1984)

As Comunas Rurais criadas por Mao durante o Grande Salto em Frente foram desmanteladas e um sistema menos centralizado foi posto em prática, dando aos agricultores e aos representantes locais maior autonomia. Cada agregado familiar passou a deter “propriedade privada” para usar como quisesse, podendo produzir uma cota superior à que lhe era exigida e consumir ou vender os excedentes. Por sua vez as cotas estatais foram reduzidas drasticamente, aumentando de forma substancial o incentivo à produção.

O mesmo foi feito nas cidades e na indústria, embora a um ritmo mais lento, de forma a evitar o risco de inflação. Seguindo directrizes previamente defendidas por Deng antes da Revolução Cultural, como os “77 Artigos sobre a Indústria”, o controlo governamental sobre as empresas diminuiu, bem como as cotas de produção exigidas. Foi permitida a criação de pequenas empresas privadas (com um máximo de sete funcionários) e tanto estas como as estatais passaram a poder produzir bens fora do âmbito da economia planificada. As empresas foram autorizadas a oferecer bónus aos funcionários com maiores níveis de produtividade. Os sindicatos foram restabelecidos e em 1982, já contavam com mais de 75 milhões de afiliados. Nesse mesmo ano foi aprovada nova legislação sobre a direcção das empresas e indústrias estatais concedendo aos administradores mais autonomia em áreas como os planos de produção e venda, a formação dos trabalhadores, o seu tratamento disciplinar, remunerações e promoções, bem como em relação à adopção de inovações técnicas. As decisões eram tomadas por uma equipa de técnicos a quem podiam ser exigidas responsabilidades. Em 1988 é promulgada nova legislação a reforçar o poder da administração face aos comités políticos.

O sistema bancário também foi reformado, com o Banco Popular da China a delegar parte das suas funções em novas entidades. Em 1979, foram criados o Banco da China e o Banco Agrícola da China. Em 1983, foi a vez do Banco Industrial e Comercial da China e do Banco de Construção se tornarem independentes. Actualmente, o BPC está apenas encarregue da regulação da política monetária e de manter a estabilidade do Yuan. Entrementes surgiram no país instituições financeiras não-bancárias, como a Companhia de Seguros Popular da China e o China International Trust and Investment Corporation.

De forma a superar a maior deficiência da economia chinesa, a falta de capital financeiro, Deng Xiaoping abriu o país ao investimento estrangeiro e iniciou logo no final de 1978, uma série de visitas diplomáticas, começando pelos países que albergavam comunidades chinesas prósperas. Para manter controlo sobre o fluxo e a direcção dos investimentos, o governo chinês restringi-os a áreas específicas, designadas por Zonas Económicas Especiais. Em 1980, as primeiras quatro ZEEs foram estabelecidas nas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Estas gozavam de uma vasta liberdade face ao resto do país, tanto a nível económico como político. Os governos e congressos locais passaram a dispor de autonomia legislativa, os planos económicos para estas zonas foram separados dos do resto da China e as suas políticas económicas adquiriram grande liberdade em relação ao poder central. Para atrair rapidamente capital estrangeiro foi permitido às ZEEs concederem grandes incentivos fiscais aos investidores. Em Abril de 1984, observando o crescimento das quatro Zonas, o Comité Central do PCC decidiu expandir um estatuto semelhante a 14 cidades costeiras espalhadas de Norte a Sul do país. No ano seguinte, o mesmo aconteceu aos deltas dos rios Yangtze, Pérola e Min. Em 1988, foi a vez das Penínsulas de Jiaodong e Liaodong e uma nova ZEE foi estabelecida em Hainan.

O objectivo primordial de todas estas reformas era atingir um desenvolvimento semelhante ao do Japão e dos “Dragões Asiáticos”³¹, baseado num crescimento económico assente em exportações e abertura ao capital estrangeiro de modo a aumentar rapidamente o tamanho da economia e melhorar o nível de vida da população.

Contudo, de acordo com a liderança do PCC, nenhuma destas medidas condicionava a doutrina comunista pois, segundo o seu discurso oficial, a China teria passado directamente de uma sociedade feudal para uma sociedade socialista, ignorando

³¹ Termo utilizado para definir as economias de Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan.

o materialismo histórico e dialético de Marx. Assim era necessário, controladamente, fazer recuar o processo histórico até à primeira fase do capitalismo, para retirar dele os benefícios históricos conhecidos, mas sem risco de se perder a revolução socialista (Lara, 2002). De forma a manter a coesão o 13º Comité Central aprovou em 1987 os “Quatros Princípios Cardinais”, classificando (1) o caminho para o Socialismo, (2) a Ditadura do Proletariado, (3) a liderança do PCC e (4) o pensamento Marxista-leninista-maoista como indiscutíveis e inquestionáveis. Contudo, a definição de cada um dos Princípios foi propositadamente deixada vaga, permitindo a adopção formal do “Socialismo com Características Chinesas” de Deng Xiaoping³². De um ponto de vista simbólico o governo chinês continuou a dirigir a economia com base em Planos Quinquenais, embora estes tivessem cada vez menos parecenças com planos de economias comunistas. Como o 13º Comité Central enunciou em 87, tratava-se agora de deixar “o Estado regular o mercado, e o mercado guiar as empresas” (Li & Fumin, 2010, p.34).

Os resultados do “retrocesso histórico” falam por si. Em 1979 o PIB *per capita* chinês crescia já a 7% ao ano, enquanto as exportações representavam 15 mil milhões de dólares e as importações eram ligeiramente superiores. Nas áreas rurais 800 milhões de chineses viram os seus rendimentos aumentarem cerca de 70%, entre 1979 e 1983, com a sua ração calórica a atingir o mesmo nível da dos brasileiros. Em 1985 a produção de cereais cresceu 100 milhões de toneladas em relação à década anterior. Em 1988 o PIB chinês atingiu os 1.5 biliões de yuans (aproximadamente \$237 mil milhões), tendo duplicado em 4 anos e triplicado desde 1981. Um crescimento semelhante ocorreu a nível das trocas comerciais, com as importações e exportações chinesas a representarem 102.8 mil milhões de yuans em 1988. O capital estrangeiro investido no país atingiu os \$10.2 mil milhões e passou a representar 0.8% do PIB chinês no mesmo ano. Em média, entre 1978 e 1991, a economia chinesa tinha crescido 9% ao ano. Como Paul Kennedy escreveu à altura, o “período da liderança de Deng Xiaoping pode vir a ser considerado um dia do mesmo modo que os historiadores vêem a França de Colbert, ou os primeiros estágios do reinado de Frederico, *o Grande*, ou o Japão nas décadas posteriores à Restauração Meiji” (Kennedy, 1997, p.508).

³² Na mesma reunião do Comité Central do PCC, Deng fez também aprovar as “Quatro Modernizações” do falecido Zhou Enlai.

2.4 Jiang, Hu e a (re)emergência

No seguimento dos protestos em Tiananmen no final da Primavera de 1989, Deng Xiaoping perdeu influência dentro do partido comunista, vendo-se forçado a apressar a sua reforma. Em Novembro desse mesmo ano abandonou o cargo de Presidente da Comissão Militar Central do PCC e em Março seguinte retirou-se do seu último posto oficial, Presidente da Comissão Militar Central da RPC. Em ambos os casos o lugar foi ocupado por Jiang Zemin, à altura já Secretário-geral do Comité Central do PCC.

Apesar do contínuo crescimento da economia chinesa, ao assumir o poder Jiang confrontou-se com uma das mais complexas crises da história do país. Internamente o governo tinha que lidar com a agitação que surgiu em resposta ao incidentes de Tiananmen e com os movimentos de contestação no Tibete³³ e em Xinjiang. Enquanto externamente a China estava isolada, sendo alvo de sanções económicas pelos estados ocidentais, ao mesmo tempo que via o mundo comunista desmoronar-se juntamente com o Muro de Berlim. Para a ala mais conservadora do PCC a razão de todos estes problemas era a “política evolucionista” de Deng³⁴ e tentaram pressionar Jiang a regressar aos tradicionais valores maoistas (Kissinger, 2011, p.440). Simultaneamente avançaram com medidas para voltar a colocar o partido no centro da economia, tentando reforçar o poder dos comités partidários sobre as empresas.

Para contrariar um possível retorno à rígida ideologia maoista do passado, no início de 1992, aos 87 anos de idade e já sem qualquer título oficial, Deng Xiaoping realizou uma viagem pelo Sul do país³⁵. O antigo líder do PCC visitou cidades que haviam sido transformadas pelas reformas económicas e fez uma série de discursos atacando a ideologia conservadora do partido pós-Tiananmen e o pensamento polarizado em termos de socialismo contra capitalismo. Deng defendeu a continuação das reformas, sem as quais a China ficaria “num beco sem saída”, pedindo mesmo que os esforços fossem redobrados e apelando ao sentimento nacionalista dos chineses para que igualassem as taxas de crescimento dos seus países vizinhos (Kissinger, 2011, p.442). O regresso ao activo do arquitecto das reformas foi o suficiente para que Jiang

³³ O Dalai Lama ganhou o Prémio Nobel da Paz em 1989, aumentando significativamente os protestos internos e a sua visibilidade internacional.

³⁴ Para os conservadores chineses esta era uma versão chinesa da Perestroika e da Glasnot, guiando a China para um fim igual ao da URSS.

³⁵ Popularmente conhecida como Nanxun ou “Excursão do Sul”.

retomasse o controlo sobre o partido e, logo em 1992, fizesse aprovar no 14º Congresso Nacional do PCC o objectivo de criar uma Economia de Mercado Socialista. Uma nova série de reformas foi posta em prática visando os sistemas fiscal, financeiro, bancário e cambial, o comércio externo e os sectores de investimento e planeamento. Além disso foi decidido abrir as capitais das províncias do interior e das regiões autónomas e diversas cidades fronteiriças ao novo sistema económico, entre elas Xangai. Assim, um possível retrocesso foi transformado numa alavanca para o aprofundamento das reformas económicas. No mesmo ano em que foram postas em prática, estas novas reformas começaram a gerar o maior crescimento económico da história da RPC, com cinco anos consecutivos de crescimento nos dois dígitos³⁶. Para tal muito contribuíram os investimentos estrangeiros, dinamizados pelas reformas pós-Nanxun. A título de exemplo, os investimentos americanos na China desde o início das reformas dos finais dos anos 70 até ao fim do milénio rondaram os \$306 mil milhões, com 92% deste valor a surgir depois da aceitação da Economia Socialista de Mercado.

Em 1994, o governo chinês decide desvalorizar o yuan 50% face ao dólar de forma a estimular as suas exportações e o investimento estrangeiro no país, ao mesmo tempo que realiza uma importante reforma fiscal, aumentando significativamente as transferências realizadas pelo governo central. Em 1995 foram promulgadas novas leis para o Banco Central da China e para os bancos comerciais, baseadas no modelo norte-americano. No ano seguinte, foi iniciada uma nova política de corporatização das empresas estatais e diminuição do papel do Estado na economia sobre o *slogan* “Apreender o grande, deixar de parte o pequeno”³⁷. Isto foi primeiramente realizado através da transferência de autoridade sobre as empresas do governo central para os governos locais, tendo estes a opção de as reestruturar, privatizar ou encerrar.

No Verão de 1997, poucos meses depois da morte de Deng Xiaoping, a Ásia foi abalada por uma grave crise financeira, mas a China conseguiu sair relativamente intocada. O investimento no país diminuiu significativamente devido à menor confiança internacional no crescimento da região e à falta de capital nos países mais afectados. Simultaneamente a diminuição do poder de compra destes países provocou uma quebra nas exportações chinesas a nível regional. A 31 de Julho de 1997, o Reino Unido devolve Hong Kong à China, uma questão de hora na perspectiva chinesa, e dois meses

³⁶ Ver Anexo 1

³⁷ O governo deveria manter sobre o seu controlo as grandes empresas estatais e com interesses estratégicos e ceder o controlo sobre as empresas mais pequenas. A doutrina comunista tradicional defendia que toda a economia estivesse sobre o controlo do Estado.

depois é aí que se realizam as reuniões de Outono do FMI. Para ajudar a conter a crise, a China aceita manter o valor do yuan e assim perder competitividade nas exportações face aos seus vizinhos. O resultado foi uma desaceleração do crescimento chinês entre 1997 e 1999, embora tenha sempre mantido um desempenho acima do normal. Foram ainda concedidos empréstimos ao FMI (que revertiam para a Tailândia), à Indonésia e à Coreia do Sul, num valor superior a \$4 mil milhões. A boa vontade chinesa não é, contudo, sem razão estratégica. À data Pequim negociava a sua entrada na OMC e este sacrifício aparente permite-lhe comprar “por bom preço uma patente de honorabilidade” a nível internacional (Lenglet, 2011, p.70). Patente essa que é reforçada pela institucionalização das cimeiras “ASEAN Mais 3”³⁸ em 1999.

O novo milénio trouxe à China todo um novo estatuto internacional. Em 2001 o país detinha um PIB que rondava os \$1534 mil milhões (representando 3,81% da riqueza mundial) e um PIB *per capita* de \$1.208. Em Junho desse ano foi criada a Organização de Cooperação de Xangai e no mês seguinte Pequim foi escolhida para organizar os Jogos Olímpicos de 2008, derrotando para isso as candidaturas de Toronto, Paris, Istambul e, com maior significado para os chineses, Osaka. O mundo estava a mudar. Em Setembro, dir-se-ia que era o terrorismo islâmico a causa da mudança, para logo de seguida Jim O’Neal defender que seriam os BRIC³⁹ a marcar o novo século. Em Dezembro, após 15 anos de negociações, a China torna-se membro da OMC⁴⁰ e pode assim, finalmente, exportar sem entraves para a Europa e a América do Norte, ao mesmo tempo que evita sanções unilaterais por parte dos membros da organização e reforça a sua nova imagem de país moderno e responsável. Um ano depois, enquanto o país é classificado como destino mais atractivo para o investimento estrangeiro, foi a vez de Xangai ser agraciada com um evento à escala mundial ao ganhar a candidatura à realização da Expo 2010.

O final de 2002 e o início de 2003 ficaram marcados pela transição de poder da terceira para a quarta geração de líderes chineses. Pela primeira vez a passagem de poder no PCC foi feita sem quais queres problemas e de acordo com o limite de mandatos. Começando em Novembro e muito faseadamente, Jiang Zemin foi

³⁸ Trata-se de um fórum de coordenação entre os membros da ASEAN e as três maiores economias do Este da Ásia, a China, o Japão e a Coreia do Sul. A primeira reunião entre estes actores decorreu em 1997, tendo sido formalmente instituídas dois anos depois.

³⁹ O Brasil, a Rússia, a Índia e a China foram identificados pelo britânico como os principais mercados emergentes e futuras potências económicas no relatório “The World Needs Better Economic BRICs”, emitido como estímulo para os mercados no pós-11 de Setembro.

⁴⁰ Uma tarefa que bem pode ser adjectivada de titânica. A título de exemplo, só entre 1999 e 2005 a China adoptou, reviu ou aboliu mais de 2 mil leis para poder atingir os padrões estabelecidos pela OMC.

entregando o controlo do partido e do país a Hu Jintao. Ao contrário de todos os seus antecessores, Hu (bem como os restantes governantes desta nova geração) ascendeu ao poder sem qualquer passado revolucionário, tendo nascido durante a Segunda Guerra Mundial e encontrando-se na universidade a quando da Revolução Cultural. A isto soma-se o pouco tempo passado no estrangeiro, por oposição às experiências de Jiang, Deng ou Zhou Enlai (na então URSS, na França e no Japão). Tratava-se de uma liderança diferente, para um país diferente. Agora, o debate dentro do partido “não era mais sobre se estavam no caminho correcto, mas antes sobre o impacto que uma China emergente e dinâmica teria na ordem mundial e na economia global” (Kissinger, 2011, p.446).

Em Outubro de 2003 a China lançou a sua primeira missão espacial tripulada e entrou assim num tradicional território das superpotências. O *taikonauta* Yang Liwei, piloto do *Shenzhou 5*, ultrapassou a última fronteira e tornou-se num símbolo do nacionalismo chinês e do triunfo da ciência e da tecnologia da RPC. Curiosamente, muito pouca gente prestou atenção ao acontecimento. Como Henrique Raposo bem notou, “no auge do histerismo provocado pelo 9/11 e pela guerra do Iraque, os velhos ocidentais nem repararam que a China havia colocado um homem no espaço”⁴¹ (Raposo, 2010). E a perspectiva desde o hemisfério ocidental devia ser mais do que esclarecedora. Nesse ano a China teve um crescimento económico de 10% (representando agora 4,36% da riqueza global), enquanto a Rússia, os EUA e a UE (as potências espaciais) se ficaram, respectivamente, pelos 7,30%, 2,54% e 1,3%. As vendas a retalho no gigante asiático cresceram em simetria com a economia e o IDE aumentou 57%, atingindo os \$13 mil milhões. O PIB *per capita* cresceu 9,43%, alcançando os \$1.434. E não era só no espaço que o poderio económico chinês se transfigurava em algo de visível e ameaçava sobrepor-se aos demais. Em Novembro de 2004 é assinado no Laos o Acordo sobre Comércio de Bens, visando a criação entre a China e os 10 membros da ASEAN da maior zona de comércio livre do mundo, através da redução gradual de tarifas. Simultaneamente, o país continuava a sua penetração no mercado africano, tendo em 2005 ultrapassado os EUA como principal cliente de África e exportando para lá tanto como todo os outros estados asiáticos juntos. Nesta relação os termos são simples: a China recebe matérias-primas (principalmente minerais e

⁴¹ Ironicamente, o povo chinês que esperava ansiosamente pelo grande acontecimento acabou por ter direito a tanta informação como os ocidentais desinteressados. Com medo de um eventual problema com a missão, o governo de Pequim impediu a transmissão de imagens televisivas e restringiu o acesso às áreas circundantes da zona de lançamento no deserto de Gobi.

combustíveis) e envia maquinaria pesada e bens de consumo, para não falar no armamento chinês que vai sustentando diversos regimes ditatoriais por todo o continente.

É uma espécie de regresso ao passado (embora muito mais virado para o futuro próximo). Tal como durante as expedições de Zheng He, a nova China expande-se pelo Sudeste asiático e por África, sendo a imagem do almirante imperial usada pelos comunistas para despertar o sentimento nacionalista do povo chinês. Curiosamente a figura do eunuco serve ao mesmo tempo para um propósito quase oposto, legitimar a ascensão da China perante os estrangeiros. “Zheng He voltou a estar na moda porque os chineses adoram apresentar as suas viagens como uma forma precoce de emergência pacífica” (Lenglet, 2011, p.81). O enviado da dinastia Ming é representado como um explorador benigno, ao contrário dos seus congéneres europeus; um viajante que deu a conhecer as maravilhas da China a povos mais desfavorecidos e depois regressou a casa, sem conquistas ou pilhagens. Trata-se de um discurso fundamental para a liderança chinesa, pois necessita de toda a estabilidade externa que conseguir obter enquanto tenta solucionar os problemas internos que o crescimento económico cria.

Durante a 4ª Sessão Plenária do 16º Congresso Nacional do PCC em 2004 foi aprovada a máxima da “Sociedade Harmoniosa” (*hexie shijie*), baseada no “Conceito de Desenvolvimento Científico” criado por Hu Jintao. O foco principal das políticas do governo, particularmente a nível local, devia transferir-se gradualmente do crescimento do PIB para o desenvolvimento social, de forma a combater a crescente desigualdade na sociedade chinesa (entre ricos e pobres, cidades e zonas rurais). Isto seria conseguido através do desenvolvimento “da democracia e do Estado de Direito, da equidade e da Justiça, da credibilidade e da fraternidade, da paz e da ordem e da coexistência harmoniosa entre humanos e natureza” (Li & Fumin, 2010, p.42).

Em Julho de 2005, na mesma semana que dados oficiais demonstraram um crescimento de 9,5% no primeiro semestre desse ano, o governo chinês terminou com o câmbio fixo entre o Yuan e o dólar, tendo valorizado a sua moeda em 2,1%⁴². Esta não foi tanto uma medida nascida de necessidade económica, mas mais política. Hu Jintao preparava-se para uma deslocação aos EUA e a visita ameaçava ficar marcada por diversas propostas do Senado americano para aplicar tarifas punitivas à China. Tudo isto devido ao cada vez maior défice comercial entre os dois países, que já ultrapassava

⁴² Passando de 8.28 para 8.11 yuans.

os \$162 mil milhões. Só no segundo trimestre desse ano, as exportações aumentaram 31%, quase o dobro das importações (Watts, 2005). E, a China, sabe bem como demonstrar esta sua nova força. Em Outubro, passados dois anos sobre a primeira viagem espacial tripulada, a RPC repete o feito, desta vez com dois tripulantes. Para a agência de notícias *Xinhua* o significado de tal missão era claro: “Neste momento a História está a devolver a dignidade e a santidade à nação chinesa” (Watts, 2005).

2.5 Superpotência?

A China é hoje a segunda economia mundial, depois dos EUA. Em 2005 ultrapassou o Reino Unido (uma meta simbólica como já vimos anteriormente), em 2009, a Alemanha (“o motor da Europa”) e dois anos depois o Japão (a meta simbólica). É o primeiro exportador, fabricante⁴³ e poluidor mundial⁴⁴ e o segundo maior importador, atrás dos EUA⁴⁵. Em termos de consumo tornou-se no maior mercado energético⁴⁶ e automóvel (14 milhões de vendas anuais), de forma a poder “alimentar” os seus 20% da população mundial. Detém as maiores reservas de dívida soberana do mundo, \$2.3 biliões. A pergunta que se coloca é: o que se segue para a China?

Se as tendências de crescimento se mantiverem, mesmo contando com uma grande desaceleração, a economia chinesa ultrapassará a norte-americana por volta de 2030⁴⁷. Será então considerada uma economia desenvolvida, embora o PIB *per capita* continue a ser inferior aos das restantes economias desse nível. Mas, este cenário parte do pressuposto que tudo continuará exactamente como se encontra hoje. E, nas palavras de Heráclito, nada é permanente, salvo a mudança. Transcrevendo o que Paul Kennedy argumentou para o Japão no final dos anos 80 e que se enquadra perfeitamente na China dos nossos dias: o facto de vivermos num “mundo anárquico”, em “rápida mudança das dinâmicas tecnológicas e comerciais”, torna mais que provável que os elementos positivos que levaram à ascensão económica “diminuem ou desapareçam por completo” (Kennedy, 1997, p.520).

⁴³ Passou para a frente dos EUA em 2010.

⁴⁴ Ultrapassou os norte-americanos em emissões de CO2 três anos antes de o fazer em produção.

⁴⁵ Terceiro, se contarmos a UE em bloco.

⁴⁶ De acordo com a Agência de Energia Internacional em 2035 a China consumirá um quinto da energia mundial. Um aumento de 75% em relação a 2008.

⁴⁷ Isto em produto total. Em termos de paridade de compra o FMI aponta a alteração no pódio para 2017. Todas estas estimativas podem ainda ser provadas erradas se a economia americana se afundar ainda mais ou, embora menos provável, conseguir uma nova era de crescimento.

A economia pode estar a crescer, mas não é a única. A população chinesa já ultrapassou largamente os 1.3 mil milhões de habitantes e prevê-se que cresça 0,39% durante a próxima década. Felizmente para a China não há falta de espaço no país, apesar das imagens dos maiores centros urbanos mostrarem o contrário, tendo uma densidade populacional de apenas 140 hab/Km²⁴⁸. No entanto, quando questionado sobre qual é o maior problema doméstico da China, o antigo líder da RPC Jiang Zemin responde sem hesitação: “Demasiados chineses” (Brzezinski, 2012, p.180). Isto porque a demografia chinesa apresenta graves problemas a médio/longo prazo, criados pelas próprias políticas governamentais, sendo a mais importante e conhecida delas a Política do Filho Único. Introduzida em 1978 para conter o crescimento exponencial da população chinesa, esta política acabou por criar uma sociedade demograficamente desequilibrada. Nos últimos 30 anos a taxa de fertilidade⁴⁹ chinesa caiu dos 2.6% para os 1.56% (em Xangai atingiu mesmo os 0.6%). E como, por diversos motivos, várias famílias preferem ter crianças do sexo masculino, o ratio de género passou de 108 rapazes para cada 100 raparigas em 1982 para 117/100 nas áreas urbanas e 130/100 nas zonas rurais em 2000. Como consequência, não só a China tem uma população cada vez mais envelhecida⁵⁰, como é cada vez mais difícil inverter o ciclo, estimando-se que em 2020 o país tenha cerca de 40 milhões de homens solteiros. Se tudo se mantiver igual, em 2050, 26% da população chinesa terá mais de 64 anos e a população no activo representará apenas 61%, fazendo o ratio de dependência da terceira idade atingir os 42 idosos por cada 100 trabalhadores. Isto colocará uma enorme pressão financeira e social sobre os governantes chineses, que se verão a braços com uma gigantesca quantidade de reformados antes de terem desenvolvido os meios para os proteger. Ao contrário de todas as economias desenvolvidas até hoje, a China arrisca-se a envelhecer antes de enriquecer (The Economist, 2012).

Ao mesmo tempo que aumenta a disparidade geracional, aumenta igualmente a disparidade social. O crescimento económico trouxe uma enorme prosperidade à China, mas não o fez de forma igualitária. Entre a explosão económica de Xangai e a pobreza de regiões como Ningxia, os governantes chineses “têm que lidar com situações típicas tanto de países de rendimento médio do século XXI como de países em vias de desenvolvimento do século XX.” Prova disto é o coeficiente de Gini chinês que se situa

⁴⁸ Ocupa apenas a 80ª posição no ranking mundial de densidade populacional.

⁴⁹ Estimativa do número médio de crianças que uma mulher poderá ter.

⁵⁰ Em 1978 a média de idades era 22. As últimas estimativas apontam para 34.5

nos 0.48, sendo o segundo pior da Ásia⁵¹ e estando ao nível dos países da América Latina. Este elevado valor resulta de três realidades interligadas. Primeiro surgem-nos as disparidades entre zonas rurais e centros urbanos, tendo em 2009 a média dos rendimentos nas cidades sido 3.3 vezes superior ao do resto do país, para não falar da diferença a nível de desenvolvimento. Num segundo patamar, as disparidades surgem a nível regional, com as zonas costeiras a apresentarem valores mais elevados de rendimentos e, conseqüentemente, de desenvolvimento. À medida que nos deslocamos para o interior o nível de desenvolvimento das províncias vai diminuindo, até atingirmos o Tibete, a região mais pobre da China. As principais razões para este fenómeno são fáceis de explicar: as regiões autónomas e as primeiras ZEEs surgiram no litoral, como já referimos anteriormente, e foram depois expandindo-se pelas zonas ribeirinhas dos principais rios e pelas maiores zonas urbanas do interior. Assim, estas áreas encontram-se há mais tempo sobre influência das reformas e, no caso de Hong Kong e Macau, regem-se mesmo por leis e políticas próprias. Em terceiro lugar, é ainda necessário somar as desigualdades entre as classes mais ricas e as mais pobres. Como em qualquer economia de mercado, a riqueza não se encontra distribuída de forma equitativa e não é gerada na mesma proporção por toda a população, acabando por gerar vários problemas sociais. No caso da China, contudo, temos que dar especial atenção a este factor devido à sua vasta população. O facto de 13,4% desta viver abaixo do limiar da pobreza não é muito alarmante⁵², até verificarmos que esse número representa cerca de 128 milhões de pessoas, o equivalente a toda a população do vizinho Japão.

Um terceiro, e possivelmente o mais importante factor contra a ascensão da China ao estatuto de superpotência mundial é o seu próprio crescimento económico. De uma maneira simplificada, a questão fundamental sobre o futuro da China é a forma como a economia irá abrandar durante os próximos anos, pois abrandar irá de certeza. Como já referimos anteriormente, o crescimento da China baseou-se nas exportações, auxiliadas por um rígido controlo sobre a moeda, e investimentos, subsidiarizados por crédito barato. Com a economia mundial em recessão e os maiores clientes da China a enfrentarem sérios problemas económicos as exportações sofreram fortemente⁵³ e o crédito deixou de ser tão acessível. Conseqüentemente, após um crescimento acima dos 14% em 2007, a economia chinesa abrandou para os 9,6% em 2008 e 9,2% no ano

⁵¹ A Tailândia detém um coeficiente de 0.54

⁵² É um valor inferior à da maioria dos países em desenvolvimento, incluindo a Índia e o Brasil, e encontra-se ao nível de países como a Rússia e a Dinamarca.

⁵³ Só a UE é responsável por um 5º das exportações chinesas.

seguinte⁵⁴, com as exportações a retraírem-se em 16%. No cenário mais positivo o governo chinês conseguirá realizar o que é designado por “*soft landing*”, uma desaceleração suave, usando a margem de manobra concedida por anos de grande crescimento para aplicar estímulos económicos em áreas problemáticas e contendo as disparidades. Por oposição, há quem defenda que a China sofrerá uma desaceleração brusca, “*hard landing*”, com a economia a resvalar para valores de 5% ao ano⁵⁵, provocando excessos de produção e uma bolha imobiliária, aumentando o desemprego e o descontentamento social. Em qualquer dos casos uma coisa é certa, o modelo económico chinês está a chegar ao seu limite (Samuelson, 2012).

Para continuar a sua (re)emergência a China terá que adoptar um novo modelo. No campo demográfico as autoridades chinesas têm vindo a permitir cada vez mais excepções à Política do Filho Único e cidades com maiores recursos como Xangai concedem incentivos a quem tiver mais que uma criança. Para combater as desigualdades económicas e sociais diversas políticas foram postas em prática, incluindo o fim do imposto agrícola⁵⁶, financiamento regional para educação gratuita durante 9 anos e construção de habitações sociais. O principal problema é contudo, no mínimo a curto prazo, o crescimento económico, ou falta deste. De forma a fazer face à crise internacional o governo chinês lançou em Novembro de 2008 “um plano titânico de relançamento do crescimento” (Lenglet, 2011, p.88). No total 4 biliões de Yuans (cerca de \$600 mil milhões) foram injectados na economia chinesa ao longo de dois anos, representando perto de 7% do PIB nacional do mesmo período. Consequentemente, o investimento aumentou 35% em 2009 e a economia cresceu 10.3% no ano seguinte, mas as previsões apontam para uma nova desaceleração a partir de 2011⁵⁷. Para o longo prazo é necessário um plano mais abrangente, mais ambicioso. E a liderança chinesa já tem uma estratégia para continuar a sua ascensão. Utilizando “um resumo de estilo maoísta”, Niall Ferguson apelida esta nova grande estratégia como os “Quatro Mais”, sintetizando-os em: mais consumo, mais importações, mais investimento no estrangeiro e mais inovação (Ferguson, 2011, p.316). Aumentando o consumo o governo chinês diminuiria a dependência das exportações, criando um

⁵⁴ Ver Anexo 2

⁵⁵ Valores mais do que satisfatórios para os países ocidentais, mas in comportáveis para um país com uma população tão vasta e níveis de desigualdade tão grandes como a China. Para a segunda economia mundial 8% é o limite mínimo de crescimento que lhe permite criar cerca de 20 milhões de empregos anuais para fazer face ao seu crescimento populacional e ao êxodo rural.

⁵⁶ Em 2006 o PCC acabou com este imposto com mais de 2000 mil anos de existência e poupou aos agricultores chineses cerca de 126.5 mil milhões de yuans.

⁵⁷ Ver Anexo 2

poderoso mercado interno capaz de consumir a sua produção. Com o aumento das importações e do investimento a China estreitaria os laços com diversos países, principalmente com os seus vizinhos, diversificando os seus mercados e diminuindo a dependência actual em relação aos consumidores europeus e americanos. Por último é necessário que a China aposte na inovação de forma a torna-se mais que uma fábrica de produtos baratos, criando produtos de valor acrescentado.

Em 2012 uma nova geração de líderes assumirá o poder na China e dependerá deles o sucesso da (re)emergência do Império Milenar. Caso consigam manter a estabilidade interna e seguir o plano estabelecido pelos actuais líderes a China estará sem dúvida no caminho para se tornar numa superpotência, desafiar os EUA e, mais importante, restabelecer-se como a principal força motriz da Ásia-Pacífico.

Capítulo 3: Esfera de Influência

Ao longo da sua história a China foi sempre o poder central na Ásia, tendo o imperador o Mandato do Céu para governar o Império do Meio e receber tributo de todos os povos conhecidos. Como descreve David Kang, “os estados mais pequenos existiam sob a sombra de um poder preponderante que dispunha de potencial para conquista toda ou a maioria do sistema” (Kang, 2007, p.30). Até à chegada das potências europeias no século XVI este regime de interacção nunca havia sido posto em causa, mas o choque entre Ocidente e Oriente colocou-o em cheque. Os europeus trouxeram consigo conceitos como soberania, igualdade entre estados, integridade territorial (os princípios de Westphalia) e o próprio conceito de Ásia⁵⁸. Tal como aconteceu na vertente económica, também aqui, os líderes chineses recusaram-se a mudar o seu sistema milenar e, tal como aconteceu a nível económico, acabaram por ser subjulgados pelos poderes estrangeiros. Só no final do séc. XIX é que os novos termos se “tornaram correntes na China, juntamente com outra parafernália do moderno sistema westphaliano como o Direito Internacional e a Diplomacia” (Yahuda, 2003, p.3).

Ironicamente é a China ressurgente de hoje que se apresenta como a maior defensora destes princípios. Enquanto os estados ocidentais (ou pelo menos boa parte das suas elites governantes) defendem novos conceitos como *sociedade civil global*, *actores não-estatais* ou *fóruns supranacionais*, para a China e os restantes estados asiáticos a soberania ainda tem um carácter absoluto e estes consideram-se em constante confrontação potencial entre si⁵⁹. Como defende Kissinger, a ordem internacional nesta região “tem mais semelhanças com a Europa do século XIX do que com o Atlântico Norte do séc. XXI” (Kissinger, 2003, p.101). E sendo a principal potência da região e um poder em ascensão a prioridade política da China “não é a mudança do sistema internacional, mas a sua estabilidade” (Ross, 2002, p.18), de forma a usá-lo de acordo com as *suas* necessidades e as *suas* possibilidades. Tal foi bem expresso no Novo Conceito de Segurança chinês:

“Vivemos num Mundo de diversidade, e isto é particularmente verdade na região da Ásia-Pacífico. Dado tal realidade, só a acomodação mútua, o conhecimento

⁵⁸ Trata-se de uma construção da Grécia Clássica herdada pelos estados europeus. Os chineses não se limitavam pela geografia, nem dividiam o mundo em diferentes categorias.

⁵⁹ Isto não significa que se preparem para uma guerra, apenas não excluem essa possibilidade. No pólo oposto, e apesar da sua história, os estados Ocidentais colocaram a guerra de lado quando se trata de lidar entre si e só a ela recorrem em último caso quando lidam com terceiros.

mútuo e maior cooperação servirão para atingirmos progresso e desenvolvimento para todas as nações”.

A verdade é que a China nunca dispôs de condições tão favoráveis como hoje para aplicar a sua vontade sobre a sua vizinhança. A Norte e a Oeste a fronteira com a Rússia está segura e, desde a queda da URSS, a China tornou-se na influência dominante na Mongólia e nos estados da Ásia Central⁶⁰. Na fronteira meridional apesar da rivalidade com a Índia, os problemas internos desta⁶¹ e os Himalaias impossibilitam o escalar de tensões. Os desafios geopolíticos da China encontram-se no Pacífico. A tensão entre as duas Coreias, a relação com o Japão e o conflito com Taiwan são maioritariamente resquícios do pós-2ª Guerra Mundial e representam desafios problemáticos para a China. Já a Sudeste, as relações entre esta e os seus vizinhos serão melhor classificadas como oportunidades, em vez de problemas. Esta é vista pela liderança chinesa como parte da sua “esfera de influência tradicional e uma entrada estratégica pela qual um poder estrangeiro hostil pode penetrar e perturbar o desenvolvimento chinês” (Shirk, 2007, p.112). Do outro lado da equação, nenhum dos países desta zona tem grandes razões para gostar da presença da China mas, além de não disporem de poder para lhe fazer frente, as alternativas a esta presença (Japão, EUA) também não lhes surgem como sendo particularmente atractivas. Assim, depende principalmente da China a forma como se relaciona com estes países e como os (re)colocará efectivamente na sua esfera de influência.

Tradicionalmente, a China optou por dominar um território central que identifica como sendo seu por direito (actualmente o seu território nacional e o de Taiwan), exigindo tributo dos estados circundantes através de demonstrações de poder. Os conflitos violentos eram tendencialmente evitados, preferindo colocar um terceiro Estado em contenda com um adversário comum. Além de permitir à China acabar com uma ameaça utilizando menos recursos, mais rapidamente e com menos baixas humanas, esta estratégia evitava também uma eventual aliança de diversos vizinhos, que poderiam acabar por cercar a China de todos os lados. Este é, aliás, ainda hoje o maior receio da liderança política e militar chinesa. Ao contrário, por exemplo, dos EUA, a

⁶⁰ Mais importante do ponto de vista da segurança nacional, desde o fim do império soviético que a RPC não teme uma invasão do seu território. Uma situação incomum na história milenar da China, mas aproveitada ao máximo pela liderança comunista, culminando na criação da Organização de Cooperação de Xangai.

⁶¹ E o que é o Paquistão senão o maior “problema interno” da velha Joia da Coroa do Império Britânico.

geografia da RPC é um pesadelo do ponto de vista defensivo⁶² e uma aliança de países vizinhos, mesmo que mais fracos, poderia tornar-se num obstáculo insuperável para a potência emergente. Como defende Kissinger, visto de Pequim, o desafio geopolítico não é tanto a conquista de países vizinhos, mas apenas a necessidade de evitar que um conjunto deles se volte contra a China (Kissinger, 2003). E, por si só, este factor deve ser mais do que suficiente para evitar qualquer acção hostil por parte do gigante asiático a longo prazo. Existe contudo um elemento ainda mais importante nesta equação. Uma relação hostil com os seus vizinhos, mesmo não tendo um carácter violento, provocaria um impacto devastador no crescimento económico chinês, criando encargos demasiado pesados para a RPC suster. Como já vimos no capítulo anterior, o país tem demonstrado números impressionantes no que toca ao crescimento da sua economia, mas esta não é sustentável a longo prazo, tendo já começado a surgir diversos problemas sociais. Se a China se visse confrontada com um ambiente internacional desfavorável, onde os principais mercados mundiais lhe são fechados, o resultado seria inevitavelmente o aumento das tensões internas e uma eventual implosão, se não do próprio país, pelo menos do PCC. Não é por isso de estranhar que a liderança chinesa tenha avançado em diferentes períodos com conceitos como a “Diplomacia de Periferia” (*zhoubian zhengce*)⁶³ e a “Ascensão Pacífica” (*heping jueqi*), de modo a controlar o discurso internacional em relação ao país. No primeiro caso tratou-se de uma aproximação aos seus vizinhos no pós-Tiananmen⁶⁴, tentando impedir o isolamento internacional. Já o conceito mais recente prende-se com o diálogo em torno da elevação da China ao estatuto de superpotência e pode ser melhor sumariado nas palavras do Primeiro-Ministro Wen Jiabao quando afirma que a ascensão da China “não será feita às custas de qualquer outro país, não ficará no caminho de qualquer outro país, nem será uma ameaça para qualquer outro país” (Pan, 2006). Ao contrário do que aconteceu com as potências emergentes do passado, acrescentamos nós. Como David Kang argumenta, “a China quer paz com os seus vizinhos e crescimento económico em casa” (Kang, 2007, p.80). E as duas coisas estão profundamente interligadas. Cabe à China transformar a sua influência económica em vantagens geopolíticas.

⁶² Além de possuir a fronteira mais extensa do mundo (22,117 km), encontra-se “cercada” por 14 países em terra e outros 4 por mar.

⁶³ Podemos considera-la como a versão diplomática da Excursão ao Sul de Deng Xiaoping. Enquanto esta visava garantir a continuação das reformas económicas face às tentativas de retrocesso da ala conservadora do PCC, a Diplomacia de Periferia pretendia assegurar aos vizinhos da China que o país não voltaria ao isolacionismo de Mao, nem pretendia mudar a ordem existente na Ásia-Pacífico.

⁶⁴ Como veremos este incidente acabou por se revelar um excelente barómetro das relações da China com os seus vizinhos.

3.1- Coreias

De todos os vizinhos da China, nenhum terá tantas ligações a esta como a Coreia. A cultura coreana é muito similar à chinesa, com a sua língua repleta de palavras de origem chinesa, uma filosofia confucionista “importada” da China e tradições sociais semelhantes. A própria história das nações chinesa e coreana está repleta de paralelismos. Ambas estiveram divididas em diversos reinos até serem unificadas por um poder central; foram sucessivamente alvos de piratas japoneses e conquistadas pelas hordas mongóis; ao aparecimento dos impérios europeus ambas responderam com políticas isolacionistas; com a modernização do Japão foram exploradas pelo poder nipónico e eventualmente invadidas; com o final da 2ª Guerra Mundial encontraram-se divididas entre comunistas e nacionalistas. Onde a história difere é na intervenção externa no imediato pós-guerra. Enquanto a pequena dimensão da Coreia permitiu que os EUA e a URSS dividissem a península entre si sem grande esforço, a vastidão da China impossibilitou qualquer envolvimento directo estrangeiro. No final dos anos 40 a Coreia ficou dividida entre Norte e Sul, a China entre continente e um pequeno arquipélago fortificado.

Há mais de 60 anos que o Paralelo 38 divide a Coreia do Norte da Coreia do Sul, uma ditadura de uma Democracia, uma “monarquia comunista” de uma república capitalista. Ambas sustentadas por potências estrangeiras. Desde a assinatura de um Pacto de Mútua Defesa em 1953 os EUA são oficialmente o garante da segurança da Coreia do Sul⁶⁵, permitindo aos asiáticos focarem-se na criação de uma moderna economia de mercado sem terem grandes gastos na área militar. De maneira oposta, a Coreia do Norte, implantada e sustentada graças ao apoio da URSS e da RPC, apostou fortemente na vertente militar e transformou o país num dos estados mais atrasados do mundo. Embora seja um país atrasado com um vasto arsenal balístico e armamento nuclear, transformados “num dispositivo eficaz de chantagem internacional” (Kissinger, 2003, p.118). Com o fim da Guerra Fria a China tornou-se no único sustentáculo do regime norte-coreano.

O gigante asiático é o principal aliado e parceiro comercial da Coreia do Norte. Em 2009, foi responsável por metade das importações e um quarto das exportações do regime da família Kim. A economia chinesa com o seu rápido crescimento “é o fio que

⁶⁵ Na realidade já o eram desde a invasão norte-coreana em 1950. Sem a assistência americana (sob a bandeira das Nações Unidas) a Península teria sido reunificada como um regime comunista.

mantem a economia da RPCN viva” (Nanto & Manyin, 2010, p.13). Trata-se de uma relação extremamente assimétrica, uma vez que a Coreia do Norte é apenas o 82º mercado para as exportações chinesas e o 77º mercado de origem das suas importações. Isto resulta num constante défice comercial que desde 2008 já ultrapassou os mil milhões de dólares. É ainda necessário somar o investimento directo (mais de \$41 milhões em 2008) e a ajuda humanitária onde a China também é o maior parceiro dos norte-coreanos, fornecendo-lhes comida e combustível⁶⁶. Inversamente, o único interesse económico da China no país são os seus recursos naturais pouco explorados e o facto de não ter que concorrer contra terceiros. Todos estes factores juntos tornam Pequim no único poder capaz de influenciar decisivamente a Coreia do Norte. E esse é precisamente o objectivo dos líderes chineses.

A análise tradicional sugere que a China apoia sem ressalvas a Coreia do Norte e os seus ataques e provocações a Sul do Paralelo 38 e no Mar do Japão, numa espécie de solidariedade internacional comunista do século XXI, ou por mais motivo nenhum que o desejo de sustentar ditaduras. A realidade é muito mais racional. A China necessita de estabilidade tanto interna como externa, e nada é tão instável como um vizinho totalitário com capacidade nuclear em colapso. Isto não quer dizer que tenham desaparecido de dentro da liderança chinesa elementos que defendam Pyongyang incondicionalmente⁶⁷, nem que o PCC defenda a unificação coreana. A liderança política chinesa simplesmente colocou de parte a ideologia revolucionária, a favor de uma política realista, adaptável aos seus interesses. Oficialmente a política da Coreia Única foi substituída pela das Duas Coreias e não existem quais quer planos para a alterar a longo prazo. Actualmente, para Pequim não se trata tanto de sustentar o regime dos Kim, como evitar que o seu fim tenha consequências negativas para a China. A liderança chinesa estará eventualmente disposta a aceitar a reunificação da Coreia (The Guardian, 2010), desde que esta não prejudique o que considera ser os seus interesses vitais de Segurança. E estes são fáceis de identificar. Em Outubro de 2010, o vice-presidente chinês Xi Jinping assinalou o 60º aniversário do início da Guerra da Coreia apelidando-a como “uma luta gloriosa contra uma invasão iniciada pelos EUA” (Feng, 2010). Nada de estranhar uma vez que na China este conflito é oficialmente designado

⁶⁶ Algumas estimativas apontam para que 90% do fornecimento energético da Coreia do Norte, 80% dos seus bens de consumo e entre 40 a 45% da sua comida dependam da China.

⁶⁷ A ala conservadora do PCC continua a fazê-lo, seguindo a premissa que os dois países estão tão unidos como “lábios e dentes”.

por Guerra de Resistência à Agressão Americana e de Ajuda à Coreia⁶⁸. Embora um melhor termo seria agressão à esfera de influência da chinesa, pois era disso que se tratava e ainda hoje se trata. A Coreia do Norte serve hoje como uma espécie de amortecedor ao poder militar americano presente na Coreia do Sul e no Japão, tal como no passado serviu de retardador ao expansionismo nipónico e russo. Uma reunificação das coreias não é necessariamente contrária aos interesses chineses e, conseqüentemente, não é um assunto inegociável por parte de Pequim, desde que certas condições sejam asseguradas. Primeira e mais importante entre elas é a retirada dos EUA do território coreano (i.e. do “quintal” geopolítico chinês). Se a presença dos americanos na Coreia do Sul causa apreensão junto da China, a extensão desta presença até à sua fronteira é obviamente inaceitável⁶⁹. Em segundo lugar, surge a estabilidade regional. Qualquer plano de reunificação entre as duas coreias terá que assegurar a China de que a sua segurança não será comprometida por vagas de emigrantes ou refugiados norte-coreanos, e encontrar uma solução satisfatória para o armamento de Pyongyang. Desta forma podemos afirmar que para a liderança chinesa a questão sobre o futuro da península coreana faz parte “dos seus interesses vitais como garante da sua integridade territorial” (Nanto & Manyin, 2010, p.8).

Para que estas condições sejam alcançadas é necessário à China controlar o mais possível o processo negocial entre as várias partes. Como já vimos Pequim é o único aliado importante da Coreia do Norte, e é também a anfitriã das Negociações a Seis sobre Não-Proliferação. Desta forma consegue não só adquirir um maior estatuto internacional enquanto potência emergente responsável e elo de ligação entre as partes contenciosas, como restringe a acção da Coreia do Norte, evitando uma corrida regional ao armamento nuclear⁷⁰. A única incógnita que a China ainda não detém nesta equação é a Coreia do Sul.

Durante a Guerra Fria chineses e sul-coreanos não mantiveram relações oficiais, preferindo reconhecer os seus aliados ideológicos. Contudo, os laços históricos e a pura proximidade geográfica impossibilitaram o completo isolamento entre os dois países. Durante os anos 60 Seul resolveu aproximar-se da China (e da URSS) de modo a

⁶⁸ Ironicamente, apesar da atenção que os chineses dão aos norte-americanos nesta guerra, ela é apelidada nos EUA como a Guerra Esquecida ou a Guerra Desconhecida.

⁶⁹ É de lembrar que a China só entrou na Guerra da Coreia depois das forças sul-coreanas e americanas terem cruzado o Paralelo 38.

⁷⁰ Um papel que não deve ser subestimado. Compare-se esta situação com a do Médio Oriente, onde qualquer movimento por parte do Irão (para dar um exemplo actual) é recebido com muita mais apreensão regional e mundial, tendo só recentemente a Turquia tentado assumir o papel de poder estabilizador.

diminuir a tensão na região, evitando uma segunda guerra peninsular, e deu início a uma série de pequenas trocas de missões diplomáticas, de estudantes, jornalistas, etc. Na década seguinte as percepções entre os dois países continuaram a melhorar com a aproximação da China ao Ocidente e as reformas de Deng Xiaoping, que via o modelo económico da Coreia como um exemplo a seguir. As pequenas alterações no comportamento e na diplomacia de ambos os estados tornaram-se apenas visíveis aquando dos incidentes de Tiananmen, com a RCS a distanciar-se do bloco Ocidental e a classificar toda a situação como “um incidente lamentável” (Shambaugh, 2005, p.67). Em 1992, com o fim da política de Blocos, a ascensão da Coreia do Sul a Dragão Asiático e o reforço da abertura da China ao investimento estrangeiro, os dois países reataram relações oficiais⁷¹.

Desde então as relações sino-sul coreanas têm vindo a aprofundar-se de forma relativamente estável, tanto a nível diplomático como económico. Actualmente a China é o maior parceiro comercial dos sul-coreanos, depois de ultrapassar o Japão e os EUA em 2003. E não se trata de uma pequena vantagem. O valor do comércio com a China (aproximadamente \$207 mil milhões em 2010) é o dobro do da UE, do Japão, ou dos EUA (os três parceiros seguintes), representando mais de um quinto das trocas comerciais sul-coreanas. Inversamente, a Coreia do Sul é o terceiro parceiro comercial da RPC, atrás de nipónico e americanos. A Coreia capitalista é também a maior investidora estrangeira na China e é responsável pelo segundo maior défice comercial desta (cerca de \$69.63 mil milhões)⁷². Reconhecendo a crescente importância da relação, os líderes dos dois países institucionalizaram reuniões bilaterais anuais, às quais acrescem as reuniões trilaterais anuais com o Japão desde 2008 e, embora a um nível mais simbólico, as reuniões dentro da ASEAN Plus.

Podemos afirmar que, a China detém hoje a melhor relação com a Coreia do Sul desde que esta foi fundada e, apesar do passado e das diferenças de regimes que separam os dois países, esta está ao nível dos relacionamentos dos sul-coreanos com o Japão ou mesmo os EUA. Simultaneamente, a China continua a ser a melhor aposta da Coreia do Norte no teatro internacional, mesmo após o esfriar de relações por razões ideológicas. Assim, a RPC “é quem está possivelmente melhor colocada para oferecer aos coreanos a reunificação que tanto desejam” (Kelly, 2012). De momento o *status quo*

⁷¹ Consequentemente a Coreia do Sul cortou relações com Taiwan.

⁷² Uma parte significativa destes valores prendesse com as exportações de bens intermediários de empresas coreanas para fábricas na China, onde depois são utilizados noutros produtos e reexportados para a Europa e os EUA.

é-lhe favorável e, sendo difícil prever grandes alterações na região a curto/médio prazo, a aposta na melhoria das relações comerciais e diplomáticas com os dois lados surge inquestionavelmente como a melhor opção. Desta forma, “não só a RPC melhora a sua economia, como garante uma boa relação com ambos os governos”, independentemente da forma como uma futura unificação ocorrerá (Kata, 2011, p.30). É uma aposta em múltiplos resultados e perspectivando a longo prazo. É uma aposta de que a China dificilmente se arrependerá.

3.2- Japão

Nenhuma outra relação da China é tão complexa como a japonesa. Tratam-se sem dúvida dos dois poderes históricos da região e são hoje duas das três maiores economias do mundo, pelo que à longa e pesada herança histórica se acumula a actual rivalidade.

Embora não detenha o mesmo grau de relação que observamos anteriormente com a Coreia, as ligações entre a China e o Japão não são menos importantes. Como em todos os outros relacionamentos nesta parte do mundo este também surgia como profundamente assimétrico. A cultura, religião, filosofia, escrita e língua japonesa foram profundamente influenciadas ao longo dos séculos pela interacção com o Império do Meio, mas este pouco adquiriu com a ligação ao Estado insular. A situação inverteu-se com a reabertura forçada da sua economia pelo Comodoro Perry (1853), a Restauração Meiji (1868) e a consequente modernização do Japão. No que consideramos ser a melhor descrição do processo de transformação nipónico, Niall Ferguson comenta que “inseguro” sobre quais das suas características tinham tornado os estados ocidentais “tão mais ricos e poderosos que o resto do mundo” o Japão resolveu copiá-las a todas⁷³, incluindo o imperialismo (Ferguson, 2011, p.306). O resultado foi meio século (1895-1945) de agressões japonesas à China e expansionismo regional. Primeiro com um avanço sobre a Coreia, depois com o delinear de esferas de influência na China e ocupações efectivas, à semelhança do que os impérios europeus haviam feito, e por último com invasões por toda a Ásia-Pacífico. No auge do seu poder o Grande Estado Imperial do Japão (*Dai Nippon Teikoku*) controlava a Coreia, boa parte da China⁷⁴, todo

⁷³ A constituição e o exército seguiam os modelos da Prússia, o Padrão Ouro e a marinha foram adoptados do Reino Unido e o sistema de ensino copiou o americano. Desde a comida ao vestuário, passando pelos cortes de cabelo, os japoneses ocidentalizaram todos os aspectos da sua vida.

⁷⁴ A Manchúria, a maioria do Leste do país e da linha costeira, bem como as possessões insulares foram sendo progressivamente engolidas pelo imperialismo japonês.

o sudeste asiático e era virtualmente senhor do Pacífico⁷⁵. Foi necessária a intervenção dos EUA para colocar um ponto final no conflito e transformar o Império do Sol Nascente numa Democracia Liberal constitucionalmente pacifista. Graças ao Artigo IX da sua constituição o Japão tornou-se na primeira nação da história a renunciar à guerra como direito soberano, ilegalizando a manutenção de forças armadas. Um constrangimento auto-infligido, mas que em conjunto com o escudo militar americano permitiu aos nipónicos dedicarem-se quase que exclusivamente à economia, criando a chamada Doutrina Yoshida⁷⁶ e dando origem ao Milagre Económico Japonês⁷⁷. Um conceito bem diferente daquele que à altura Mao advogava para a China.

Nas décadas seguintes, o relacionamento entre os dois países seguiu o padrão habitual da época. Encontrando-se ideologicamente divididos entre os dois blocos da Guerra Fria, mas irremediavelmente próximos pela geografia, história e puro pragmatismo político, a China e o Japão recusavam-se a estabelecer relações oficiais, tratando todos os assuntos relevantes através de organizações não-governamentais. O Japão reconhecia formalmente Taiwan como legítimo governante de toda a China e apoiava os EUA na Coreia, enquanto o PCC se entretinha a apelidar os nipónicos de “cães dos americanos”. Ao mesmo tempo as relações comerciais entre os dois países cresciam anualmente, tendo o Japão ultrapassado em 1965 a URSS como principal parceiro comercial da China. Como Yoshida declarou logo em 1948, não interessava se a China era “vermelha ou verde”, pois tratava-se de um mercado natural que Tóquio não podia ignorar à medida que procurava desenvolver a sua economia (Lanteigne, 2009, p.111).

No entanto, só em Setembro de 1972, e apenas depois do *rapprochement* sino-americano, é que japoneses e chineses voltam a manter relações formais. De acordo com a Declaração Conjunta dos dois governos, entre outros pontos, Tóquio passava a reconhecer Pequim como representante de toda a China, enquanto esta renunciava às indenizações de guerra e ambas as partes prometiam reger-se pelos princípios da ONU, pondo um ponto final ao “estado de guerra” entre os dois países (MOFA, 1972)⁷⁸.

⁷⁵ A marinha imperial japonesa empurrou a Royal Navy para o Oeste do Índico, bombardeou a Austrália, afundou a Esquadra do Pacífico em Pearl Harbour e chegou a atacar a costa do Alasca.

⁷⁶ Baptizada em nome do então Primeiro-ministro Shigiru Yoshida.

⁷⁷ Este período de rápido crescimento durou entre 1955 e 2001 e permitiu que o Japão se tornasse na 2ª economia mundial, atrás dos EUA, entre 1968 e 2010. Simultaneamente tornou-se também no maior credor mundial.

⁷⁸ Formalmente a “guerra” só terminaria em 1978 com a assinatura do Tratado de Paz e Amizade.

E em bom tempo, uma vez que pouco depois a China lançar-se-ia no caminho reformista e o seu vizinho insular dispunha de largas quantias de capital para investir.

Em 1978, Deng visita o Japão e assina um acordo comercial entre os dois países, proclamando “O meu coração está cheio de alegria” e que “O grande povo japonês é diligente, bravo e inteligente” (Kissinger, 2011, p.358). Logo no ano seguinte o investimento japonês na China rondou os \$14 milhões. Durante a década de 80, à medida que o PCC abria cada vez mais partes do país ao estrangeiro e o Japão atingia o estatuto de superpotência económica, os nipónicos foram aumentando os seus investimentos, com as suas firmas a aproveitarem a mão-de-obra barata, alcançando os \$438 milhões em 1989. Contudo, apesar da retórica amigável e do aprofundamento dos laços económicos e culturais, nenhuma reconciliação genuína foi atingida. A contínua presença americana no Japão e o medo deste que um crescimento chinês se traduzisse num aumento de força militar, impossibilitavam que ambos os lados se vissem como “parceiros na partilha de responsabilidades económicas e de segurança regional” (Pei & Swaine, 2005, p.2). Aquando dos protestos em Tiananmen o Japão foi mesmo o único país da região a aliar-se ao Ocidente e a condenar o uso da força por parte da liderança chinesa, embora por razões económicas tenha abandonado as sanções no espaço de um ano.

Os anos 90 vieram em certa medida confirmar os piores receios do Japão. Enquanto a sua economia estagnava e tinha início A Década Perdida, a economia chinesa disparou. A nação insular continuava a ser a segunda economia mundial, mas já não fascinava ninguém⁷⁹. Ao mesmo tempo a China modernizou as suas forças armadas e foi adquirindo um novo estatuto internacional, surgindo como um elemento estabilizador durante a Crise Asiática. Infelizmente também este período nas relações sino-japonesas pode ser adjectivado como Década Perdida. Após a queda da URSS o Japão rapidamente “criou medidas de confiança mútua que têm revelado algum sucesso” (Cunha, 2012, p.314), mas nada de parecido ocorreu com a China, apesar das ligações económicas e culturais serem muito maiores do que as que detinha com a Rússia.

O padrão manteve-se com o novo século. A China passou a ser identificada como um BRIC e o Japão continuou quase imóvel. As relações económicas entre os dois continuaram a aprofundar-se, mas ao mesmo tempo surgiu uma nova onda

⁷⁹ Nos anos 80 os EUA foram assolados pelo pânico com a perspectiva do país poder vir a ser “comprado” pelo Japão.

nacionalista em ambos os lados, embora tenha partido de pontos diferentes. Na China eram o crescimento económico e os novos interesses que dele advinham que exaltavam os ânimos nacionalistas, alimentados pela vontade do PCC em trocar a obediência ao partido e à ideologia comunista pelo amor à pátria. No Japão eram a estagnação económica, símbolo de uma falha no regime, e o receio de uma reemergência chinesa que relançavam o debate sobre o pacifismo constitucional japonês. Consequentemente, as querelas entre os dois países em redor de ilhas, limites territoriais marítimos, recursos naturais e mesmo diferentes interpretações da história têm sido uma constante, resultando em vários conflitos diplomáticos.

Em 2011 a economia chinesa ultrapassou a japonesa e tornou-se na segunda maior do mundo. A China é o maior parceiro comercial dos nipónicos, sendo responsável por mais de um quinto das suas exportações e importações, tendo nas últimas o dobro do peso dos norte-americanos. Inversamente o Japão é o 4º maior cliente chinês e o seu primeiro fornecedor. O investimento entre os dois lados tem aumentado e ambos têm interesses comuns em diversos sectores, estando as suas economias cada vez mais interligadas, mas tal parece não afectar o modo como se relacionam. Na verdade as suas relações “oscilam entre o simples engajamento político e a clara competição por influência na Ásia” (Austin, 2011). Apesar de ambos terem, a nível de exemplo, uma forte dependência energética, sujeita aos mesmos constrangimentos geopolíticos⁸⁰ e, consequentemente, com soluções comuns, os dois países preferem enfrentar-se a propósito de reservas energéticas em águas disputadas. O resultado é uma rivalidade interdependente, perfeitamente definida no *slogan* “*hot economics and cold politics*” (Carrico, 2012).

Parece inevitável que pouco mude nesta relação a menos que algo profundamente dramático ocorra na região. Se partirmos do pressuposto de Kissinger de que a Ásia se assemelha à Europa do século XIX (Kissinger, 2003), somos forçados a concluir que uma mudança nos modos de relacionamento só será possível depois das diferentes ondas nacionalistas exacerbarem-se ao máximo e colidirem violentamente⁸¹. Não é um resultado animador, mas nenhum dos lados parece disposto a aprender com as experiências do passado. E não se trata de um problema de negação da realidade. O

⁸⁰ Segurança nos estreitos entre o Índico e o Pacífico, estabilidade no Médio Oriente, etc.

⁸¹ E tal como no passado europeu também aqui encontramos uma potência continental em ascensão económica e militar pronta a desafiar a potência económica insular.

relatório de investimento e comércio de 2010 da Organização de Comércio Externo do Japão era bastante explícito em relação ao futuro da região:

“No futuro as forças motrizes da economia mundial passarão para a Ásia, com o poder central na China e na Índia...em contraste, a diminuição da população do Japão, em conjunto com a espetável descida do consumo interno, levarão inevitavelmente à diminuição do crescimento económico.” (JETRO, 2010, p.9)

Seria de pensar que tal cenário levasse a uma aproximação do Japão ao seu maior vizinho. Da mesma forma que a necessidade de estabilidade interna e contínuos investimentos estrangeiros deveriam levar Pequim a aproximar-se de Tóquio. Contudo, como afirma Luís Cunha, “nenhuma das partes parece disposta a reconhecer os méritos do oponente” (Cunha, 2012, p. 318).

3.3- Taiwan

De todos os desafios que se apresentam à China no plano internacional Taiwan é aquele que, mais sentimentos desperta junto do povo chinês e da sua elite governante. Parte da China desde o século XVII, anexada pelo Japão durante o “Século de Humilhação” e devolvida no pós-2ª Grande Guerra, Taiwan acabou por se tornar no último reduto dos Nacionalistas de Chang Kai-Chek após a sua derrota na guerra civil chinesa e num espinho para o PCC. Até 1979, a República Democrática da China era reconhecida internacionalmente pelos EUA⁸² como o representante legítimo de toda a China e detinha o respectivo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, apesar de não controlar mais do que Taiwan e três minúsculos arquipélagos. O relacionamento entre Pequim e Taipé nunca foi por isso muito fácil e por duas vezes conflitos eclodiram no Estreito de Taiwan (1954 e 1958). Em ambos os casos nunca se tratou de uma guerra pronta a começar, mas antes de uma manobra do regime comunista para relembrar (1) o regime insular da desproporção de forças entre os dois lados e (2) a comunidade internacional onde se encontrava o verdadeiro poder chinês. Pois, enquanto a política da China Única⁸³ continuar a ser seguida, a liderança da RPC não tem

⁸² Como analisaremos em maior pormenor mais adiante, nesse ano Washington mudou o seu reconhecimento para Pequim, mas anos antes já os países escandinavos (1950), o Reino Unido, a Holanda (1954) e a França (1964) tinham feito o mesmo.

⁸³ Esta é defendida tanto pela RPC como pela República da China. Ambos os países só reconhecem a existência de uma China, ou seja, ambos os lados reconhecem que o território no Continente asiático e na ilha de Taiwan são um só país, mas discordam sobre quem é o seu legítimo representante. De acordo com

qualquer interesse em atacar Taiwan e provocar uma crise internacional com consequências imprevisíveis. Por outro lado, se Taipé avançasse para uma declaração de independência os líderes da China continental não teriam outra opção (política) que a intervenção militar e a anexação forçada da ilha, razão pela qual continua sistematicamente a melhorar as suas capacidades bélicas na costa do Estreito⁸⁴. Um exemplo mais recente demonstra-o bem. Em 2005 temendo a importância crescente do Partido Democrático Progressista (pró-independência e pró-ocidente), foi aprovada no 10º Congresso Popular do PCC a Lei Anti-Secessão reforçando a política da China Única e ao mesmo tempo garantindo que em caso de uma declaração de independência, ou qualquer ocorrência que eventualmente provocasse a independência, o Estado chinês está disposto a usar meios violentos para a impedir. Na sua Ascensão Pacífica esta é mesmo “a única área onde a China assume que pode vir a usar a força” (Kang, 2007, p.80). Mas, esse não é o caminho escolhido por Pequim, que prefere uma abordagem mais pragmática, embora de certa forma simultaneamente ideológica. “Pela lógica do marxismo, a infra-estrutura económica determina a super-estrutura jurídica e política” (Lara, 2004, p.29), pelo que se alterarmos as condições económicas de um Estado, a sua realidade política logo se seguirá. Assim, em vez de realizar uma investida militar, a RPC escolheu fazer uma investida económica sobre Taiwan. Trata-se dum táctica que dificilmente produz resultados (unificação) a curto ou médio prazo, mas a China está disposta a esperar o tempo que for preciso, mesmo que demore cem anos, como Mao Zedong uma vez declarou junto da administração de Nixon.

Quando Chang Kai-Chek abandonou o continente e se fortificou em Taiwan todas as ligações com o continente foram cortadas e o comércio entre os dois lados do estreito foi proibido, isolando Taipé do seu principal mercado. A economia insular foi desenvolvida através de uma série de reformas impostas por um regime autoritário⁸⁵ e, principalmente (para o curto/médio prazo), da ajuda financeira dos EUA. Graças a diversas políticas de liberalização da economia e aos baixos salários praticados Taiwan tornou-se num destino preferencial para empresas japonesas e num grande exportador mundial. Simultaneamente, desenvolveu-se uma forte praça financeira em Taipé e um

este princípio, os países que estabelecerem relações diplomáticas com um lado têm que cortar relações com o outro.

⁸⁴ E é por essa mesma razão que a China se entretém com testes de mísseis e exercícios navais ao longo da costa sempre que um partido ou o parlamento de Taiwan toma uma medida considerada como independentista.

⁸⁵ Desde a transladação da Republica da China do continente para Taiwan em 1949, o governo de Kai-Chek dirigiu a ilha com mão-de-ferro. Apenas em meados dos anos 80 é que o país sofreu uma democratização, tendo o estado de Lei Marcial sido finalmente levantado em 1987.

rigoroso sistema de ensino criou uma sociedade capaz de apostar em indústrias de ponta. Entre 1970 e 2003 a economia insular cresceu em média 7,48% ao ano, atingindo níveis económicos e de desenvolvimento idênticos aos dos países do primeiro mundo e sendo designada como um dos Tigres Asiático. Contudo, devido aos seus constrangimentos geográficos, encontra-se demasiado exposta a perturbações internacionais, como se verificou a quando das Crises do Petróleo nos anos 70 e na actual crise mundial. Neste contexto, o mercado continental chinês apresenta-se como a solução óbvia para os taiwaneses.

A amenização das relações no Estreito começou em 1987 com a permissão de viagens entre os dois países, após quase 40 anos de exclusão mútua. De modo a tratar de quaisquer problemas que adviessem destes contactos foram criadas organizações não-governamentais em ambos os países, para que os seus governos pudessem interagir sem se reconhecerem formalmente e, em 1992, foi estabelecido um Consenso⁸⁶, segundo o qual os dois lados se absteriam de abordar o estatuto político de Taiwan, possibilitando a discussão de temas mais concretos⁸⁷. E, para a China, nada é mais concreto que as relações económicas com a irredutível ilha.

Na realidade, tal como aconteceu com a Coreia do Sul, os dois lados nunca estiveram completamente isolados. Produtos chineses e taiwaneses eram trocados via Hong Kong e em 1991 já totalizavam cerca de 91 mil milhões de dólares. Alcançado o Consenso a primeira medida acordada foi a circulação entre os dois lados do Estreito, livre de entraves da parte da RPC, mas sujeita a um controlo apertado por parte da República Democrática da China. Seguiram-se o comércio e os investimentos. Como já vimos anteriormente, à altura Pequim pretendia abrir a sua economia a mais investimento estrangeiro e havia dado prioridade aos países com grandes comunidades chinesas. Taiwan dispunha de capital e empresas internacionais, a China detinha vastos factores de produção ainda por explorar, primeiro deles uma enorme força laboral de baixos salários. A regra de acção passou a ser a deslocalização da produção para o continente e a manutenção dos serviços empresariais na ilha. Com a entrada da China na

⁸⁶ O Consenso de 1992, como ficou conhecido, reconhece que os dois lados defendem a Política da China Única, ou seja, que só existe um país, mas que cada um dos governos tem a sua definição individual em relação à soberania do território.

⁸⁷ De forma a regular as relações entre os dois lados do Estreito, e sendo impossível aprovar legislação oficial devido à falta de reconhecimento mútuo, foi criado o “Act Governing Relations Between Peoples of the Taiwan Area and China Area”. Este aborda temas tão diversos como as relações comerciais, as deslocações entre os dois lados do Estreito, a criminalidade, entre outros.

OMC em 2001 foi possível a Taiwan fazer o mesmo⁸⁸ e os dois países passaram a reger-se pelos padrões da organização, levando ao fim de muitas das restrições às importações impostas por Taipé e, conseqüentemente, mais um significativo aumento das trocas comerciais e de investimento⁸⁹. Em 2005 as exportações de Taiwan para o continente valiam aproximadamente \$436 mil milhões e as importações mais de \$200 mil milhões, representando respectivamente 21 e 11% dos seus totais a nível mundial. De modo a estreitar ainda mais as relações entre os dois países e depois de impedir que Taiwan assinasse acordos de comerciais com terceiros, a China avançou com a proposta de um Acordo de Quadro de Cooperação Económica. Assinado em 2010, este acordo reduziu ou eliminou as tarifas a centenas de produtos e abriu sectores como a banca e os seguros ao investimento mútuo. No ano seguinte, só nos três primeiros trimestres, as exportações tinham aumentado para mais de \$640 mil milhões e as importações ultrapassaram os \$336 mil milhões⁹⁰, passando a representar 27 e 15% do total. Assim, a China tornou-se no maior parceiro comercial de Taiwan e mantém com ela o seu maior défice comercial. As suas economias estão de tal forma interligadas que quando as acções da Bolsa de Xangai caíram 20% em 2011 com o alastrar da crise internacional, a Bolsa de Taipé sofreu uma depreciação idêntica quase de imediato, como se em sincronia (Koike, 2012). Como Luís Cunha afirma, “a independência de facto está a dar lugar a uma dependência de facto” (Cunha, 2012, p.159).

Para além da frente económica a liderança chinesa resolveu apostar também em táticas menos visíveis, mas que vão produzindo resultados. Os laços culturais são enfatizados através de uma aposta em áreas culturais como o cinema, estatutos específicos para estudantes insulares e uma maior liberdade para a circulação de turistas⁹¹. Trata-se de “ganhar os corações do povo de Taiwan” (Goldstein, 2012). Contudo, as acções mais eficazes fazem-se mesmo a nível político, com a China a apontar os seus investimentos para as regiões de Taiwan dominadas pelo Partido Democrático Progressista e a facilitar a deslocação de emigrantes taiwaneses do

⁸⁸ Devido à questão da soberania de Taiwan e o seu reconhecimento externo o país é impedido de aderir plenamente à maioria das organizações internacionais. A própria RPC recusa-se a fazer parte da qualquer organização que reconheça Taiwan. O interesse de vários países em que a China aderisse à OMC levou a que a entrada de Taiwan fosse vetada até que a RPC completasse o seu processo de adesão. Da mesma forma, o interesse de Pequim em aproximar-se de Taipé permitiu que esta última acabasse por aderir um mês depois da RPC, embora com o nome formal de “Taipé chinesa”.

⁸⁹ Nesse ano 60% do investimento directo estrangeiro de Taiwan destinou-se à China continental.

⁹⁰ Ver Anexo 3 e 4.

⁹¹ Estas acções não são exactamente recíprocas, uma vez que Taiwan tende sempre a colocar reservas em relação à quantidade de investimentos, ao número de visitantes do continente, etc.

continente para a ilha para que possam votar, uma vez que estes serão teoricamente mais favoráveis às relações chinesas⁹². A estratégia está sem dúvida a resultar. O presidente reeleito de Taiwan e líder do Kuomintang, Ma Ying-jeou, usou o *slogan* “não à independência, não à unificação, não ao uso da força”, numa clara tentativa de evitar tensões políticas, a favor de acordos económicos e culturais (Goldstein, 2012).

3.4- ASEAN

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSA/ASEAN) foi criada em 1967 pela Malásia, Indonésia, Singapura, Tailândia e Filipinas, através da assinatura da Declaração de Banguecoque. Desde então já aderiram o Brunei, o Vietname, o Myanmar, o Laos e o Camboja. Actualmente, Timor-Leste e a Papua-Nova Guiné detêm o estatuto de membros observadores.

Desde a sua fundação, a ASEAN tem perseguido três objectivos inter-relacionados e todos eles de defesa e reforço da soberania: aligeirar as tensões inter-ASEAN, reduzir as influências regionais de actores externos e promover o desenvolvimento socioeconómico (Mendes, 2008). Tratava-se de seguir os mesmos passos da então CEE. Historicamente os seus membros haviam-se envolvido em conflitos violentos e tinham ainda diversas disputas por resolver, tendo contudo o desejo comum de afirmar a sua independência face a terceiros. Assim, a sua integração económica não só levaria ao desenvolvimento da região como criaria laços que impossibilitariam futuros conflitos. Em 1976, na primeira cimeira da organização, em Bali, foi aprovada a Declaração da ASEAN, que defendia a resolução pacífica de conflitos entre os seus membros e o respeito pela soberania e independência dos seus vizinhos (criando uma espécie de pacto de não-agressão), ao mesmo tempo que adoptava uma forte postura anti-comunista⁹³ (Narine, 2005).

Deste modo, o diálogo entre a ASEAN e a China nunca foi fácil. O primeiro problema colocava-se no campo do reconhecimento mútuo, com a própria RPC a não se

⁹² Nas eleições de Janeiro de 2012 cerca de 400 mil taiwaneses deslocaram-se a casa graças a bilhetes de avião a baixos preços fornecidos por Pequim.

⁹³ Todo o seu processo de criação foi marcado pelo clima da Guerra Fria. A sua institucionalização foi acelerada após um golpe de Estado realizado na Indonésia para evitar a ascensão do partido comunista local; os países fundadores eram todos anti-comunistas e em Julho de 1976 deu-se a reunificação do Vietname. A ASEAN servia perfeitamente os interesses dos EUA à altura, pois criava um dispositivo que impedia a aplicabilidade da “Teoria do Dominó”, pelo que os norte-americanos apoiaram a ASEAN desde o início. Até ao fim do mundo bipolar só houve uma adesão, do Brunei em 1984.

relacionar com os membros da ASEAN a quando da criação desta⁹⁴, descrevendo-a como “um cúmplice dos EUA na contenção da China” (Lijun, 2008, p.256). Ao mesmo tempo, quando olhavam para a China os países do Sudeste Asiático vislumbravam simultaneamente o tradicional e milenar poder hegemónico da região, uma potência comunista com um vasto exército e, com o início das reformas de Deng, uma gigantesca economia em ascensão. Dificilmente poderia haver pior combinação.

A alteração no relacionamento entre a China e o bloco económico deu-se em duas fases. A primeira, mais virada para a vertente diplomática, ocorreu logo a partir de 1972 com o reconhecimento da RPC como poder legítimo da China por parte dos EUA e a entrega do respectivo lugar no Conselho de Segurança da ONU. Os fundadores da ASEAN começaram gradualmente a mudar o seu reconhecimento formal de Taipé para Pequim e em 1975 a China reconheceu informalmente a organização⁹⁵. Três anos depois Deng Xiaoping procedeu a uma série de visitas oficiais à região com a intenção de melhorar relações e atrair investimentos para o que viriam a ser as ZEEs. A China tinha decidido apostar nos países com maiores comunidades chinesas, detentoras de capital suficiente para tais investimentos e bem estabelecidas nos países em que residiam. E em nenhum lugar do mundo esta realidade estava tão presente como no Sudeste Asiático. O reformador da China deslocou-se à Tailândia, à Malásia e a Singapura⁹⁶ e expressou o desejo de desenvolver relações com todos os países da ASEAN.

A segunda fase do aproximar entre a RPC e os países do Sudeste Asiático deu-se com o fim da Guerra Fria. A ASEAN decidiu reavaliar o seu papel, “tendo então apostado num empenhamento mais forte no desenvolvimento e num aprofundamento da integração económica” (Mendes, 2008, p.205). E perante a incerteza geopolítica que pairava sobre a região⁹⁷, a organização asiática decidiu “relacionar-se construtivamente com os maiores poderes regionais”, de modo a criar uma balança de poderes que lhe fosse favorável. Por sua vez a liderança chinesa temia que os EUA mudassem o foco da sua atenção da antiga URSS para o Este da Ásia, “isolando a China diplomaticamente e cercando e contendo-a militarmente” (Lijun, 2008, p.261). Estes receios foram em parte confirmados com as sanções impostas pós-Tiananmen, levando o governo de Jiang Zemin a avançar para a Diplomacia de Periferia. Consequentemente, durante os anos 90

⁹⁴ A Indonésia tinha reconhecido a RPC em 1950, mas as relações entre os dois países foram cortadas em 1967 como retaliação pela tentativa de golpe de estado do partido comunista indonésio.

⁹⁵ As relações formais eram impossíveis uma vez que Singapura continuava sem reconhecer a RPC.

⁹⁶ Com quem a China ainda não mantinha relações formais à altura.

⁹⁷ Iriam os EUA retirar-se em força da região? O que fariam os regimes comunistas sem a protecção soviética?

a China procurou melhorar as relações pela Ásia, resolver disputas fronteiriças e estabelecer-se como uma potência mais interessada na cooperação que na competição (Lanteigne, 2009). E os sinais positivos por parte dos países do Sudeste asiático fizeram-se notar de imediato, com a Tailândia e a Malásia a classificarem os protestos em Pequim como “um assunto interno” e os restantes a manterem silêncio absoluto (Shambaugh, 2005, p.67). Assim, podemos afirmar que os dois lados começaram a aproximar-se simultaneamente. Logo em 1990, o então Primeiro-ministro Li Peng embarcou numa viagem pela região, visitando a Indonésia, Singapura, Tailândia, Malásia, Filipinas e o Laos. Em resposta as relações entre a China e a Indonésia foram restabelecidas e Singapura transferiu o seu reconhecimento de Taipé para Pequim, tendo esta passado a ser considerada um Parceiro Consultivo da ASEAN no ano seguinte. Pouco tempo depois a Malásia propôs a criação de um Grupo Económico para o Sudeste Asiático, composto pelos membros da ASEAN e pelo Japão, a China e a Coreia do Sul, de modo a contrabalançar a crescente influência dos EUA na APEC e em toda a Ásia⁹⁸. Já em 1992, foi assinado em Singapura o acordo de criação de uma Zona de Comércio Livre (AFTA), que passou a ser de adesão obrigatória para todos os países que pretendessem aderir à ASEAN. Adesões essas que começaram logo em 1995 com o Vietname, seguido mais tarde pelo Laos e o Camboja, todos com relações previamente estabelecidas com a China. Consequentemente não houve nenhum problema dentro da associação quando em Julho de 1996 a RPC recebeu o estatuto de Parceiro de Diálogo pleno.

Em 1997, existiam já diversos quadros de cooperação institucional entre a China e a ASEAN (conferências ministeriais, comités de cooperação, entre outros) e no final desse ano realizou-se a primeira reunião formal entre os líderes dos membros da associação e a liderança chinesa. Uma reunião que ficou marcada pela Crise Asiática. Como já vimos anteriormente, ao não desvalorizar a sua moeda, e consequentemente não agravando a situação económica na região, a China adquiriu um novo estatuto internacional, particularmente junto dos países asiáticos, “como uma ilha de prosperidade e um parceiro credível” (Lanteigne, 2009, p.109). O resultado foi a instituição da ASEAN Plus Three⁹⁹ em 1999.

⁹⁸ Contudo, este plano enfrentou grande oposição por parte dos americanos e dos japoneses e acabou por não ser implementado.

⁹⁹ Este fórum funciona como meio de cooperação entre a ASEAN e as três maiores economias asiáticas. Entre as iniciativas saídas desta cooperação à que destacar a proposta para a criação de uma unidade

No campo económico as relações entre a China e a ASEAN têm vindo a crescer e aprofundar-se ao longo dos anos, muito à custa da estagnação económica japonesa. Entre 1990 e 2003 as trocas comerciais entre as duas cresceram em média 20.8%, atingindo nesse último ano os \$78.3 mil milhões, após um crescimento de 42.9%. A organização asiática tornou-se no 5º maior parceiro comercial da China, enquanto esta era o seu 6º. Num período semelhante (91-2000), o investimento dos países da ASEAN na China cresceu cerca de 28% ao ano, atingindo em 2001 os \$26.2 mil milhões. Já o investimento chinês na região atingiu nesse ano os \$1.1 mil milhões¹⁰⁰ (Lijun, 2008).

Estes resultados levaram a que no final de 2002 fosse assinado o Quadro de Cooperação Económica entre a China e a ASEAN, com vista à criação de uma Área de Comércio Livre até 2010. Já em 2004, como vimos anteriormente, ambas as partes subscreveram os Acordos sobre Comércio de Bens, estipulando os prazos para a redução gradual das tarifas entre os 11 países, e o Mecanismo de Resolução de Disputas. Três anos depois foi concluído o Acordo sobre Comércio de Serviços e em 2009 o Acordo de Investimento, de forma a complementar o acordo de 2004. Assim, em Janeiro de 2010¹⁰¹ entrou em vigor a maior Área de Comércio Livre do mundo em termos populacionais, com cerca de 1.9 mil milhões de habitantes, e terceira maior no que toca ao poder económico, com um PIB aproximado de \$6 biliões¹⁰². E logo no primeiro ano os resultados superaram as expectativas, com o comércio entre as partes a totalizar cerca de \$232 mil milhões, tendo a China passado a ser o primeiro parceiro comercial do bloco económico e calculando-se que o inverso venha a ocorrer até 2015. O IDE chinês na região passou para os \$2.57 mil milhões, enquanto o investimento da ASEAN na segunda economia mundial atingiu os \$6.32 mil milhões.

É ainda necessário avaliarmos esta relação a nível bilateral, ou seja, de acordo com cada Estado-Membro da ASEAN. O areópago asiático está longe de possuir a unidade política da UE e os seus desafios são muito maiores que os da NAFTA¹⁰³, pelo que os desejos e as estratégias individuais dos seus membros adquirem uma maior

monetária asiática, que funcionaria como um cabaz de moedas que garantiria estabilidade às diferentes moedas da região, impedindo que se repetissem as flutuações da crise de 1997.

¹⁰⁰ Tratavam-se, contudo, de pequenos investimentos no total de ambos os lados. De acordo com dados do Ministério do Comércio chinês apenas 6.6% do IDE na China e 7.7% dos investimentos desta, representando uma percentagem ainda menor do capital investido na ASEAN.

¹⁰¹ Seguindo o estipulado no acordo de 2004, 90% das tarifas sobre bens foram eliminadas entre a China e os seis membros mais antigos da ASEAN. Devido ao seu atraso económico, os restantes quatro só farão o mesmo em 2015.

¹⁰² Depois da UE e da NAFTA.

¹⁰³ A North America Free Trade Area criada em 1994 é um bloco comercial constituído pelos EUA, o Canadá e o México.

relevância na actuação da organização. A China é actualmente o maior parceiro comercial da Malásia, de Singapura, do Vietname e das Filipinas, o maior mercado para as exportações da Tailândia e o maior vendedor da Indonésia e de Burma. Todos eles estados de pequena dimensão quando comparados à China, apesar da Indonésia ser o 3º país mais populoso do mundo.

Tal como já vimos nos casos anteriores, esta crescente aproximação económica não é um fim em si só, mas um meio para alcançar outros objectivos. Os laços económicos geram segurança, que por sua vez criam um ambiente favorável ao desenvolvimento económico e social, voltando a reforçar a estabilidade regional. Desta forma, os tradicionais meios de interacção violentos entre estados são “restringidos em parte pela crescente interdependência entre a China e os outros estados regionais” (Yuan, 2000). No que diz respeito à ASEAN, a China pretende manter o contínuo acesso aos seus mercados e matérias-primas, a estabilidade das rotas comerciais entre o Índico e o Pacífico, impedir a criação de um poder dominante na região e garantir o reconhecimento do que considera ser o “núcleo” dos seus “interesses nacionais” (*hexin liyi*): Taiwan, o Tibete e, mais importante neste caso, o Mar do Sul da China¹⁰⁴.

Para tal, desde o início da aproximação à ASEAN a China tem vindo a desenvolver uma política de cooperação com os membros da organização nos mais diversos assuntos. Assinou uma Declaração de Conduta em relação às disputas do Mar do Sul da China e um Comunicado de cooperação contra ameaças não-tradicionais (2002); o Tratado de Amizade e Cooperação (2003), seguido pelo Plano de Acção para o colocar em prática que criou uma Parceria Estratégica (2004); apoiou a criação da Cimeira do Leste Asiático (2005); e tem vindo a estreitar laços no campo militar¹⁰⁵, cultural e do desenvolvimento, ao mesmo tempo que abandona cada vez mais a ideologia, em favor do pragmatismo político. Em 2010, realizaram-se quase 70 visitas oficiais entre a China e a ASEAN. Já 2011, foi declarado como o Ano das Trocas Amigáveis entre a China e a ASEAN e realizaram-se cerca de 30 comemorações diferentes (Yunhua & Jianrong, 2011).

Estes passos contudo não eliminaram as tensões no relacionamento entre a China e os membros da ASEAN. As disputas em torno das ilhas Spratly começaram nos anos

¹⁰⁴ Estes são todos objectivos regionais. De fora do âmbito do nosso trabalho ficam outros nos quais a China e os membros da ASEAN formam uma frente comum contra terceiros. O debate entre Direitos Humanos e Valores Asiáticos é o exemplo mais claro disso.

¹⁰⁵ A liderança militar chinesa tem realizado visitas ao mais alto nível. Tem também sido fornecido treino militar, assistência com tecnologia e realizaram-se exercícios navais conjuntos de busca e salvamento.

60, com a descoberta de vastas reservas de gás e petróleo, intensificaram-se na década de 80, após a aprovação da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (UNCLOS) e continuam até hoje, com a China, Taiwan, Brunei, Malásia, Filipinas e Vietname a reclamarem soberania sobre o território insular e, conseqüentemente, sobre as suas águas e recursos. Os conflitos têm sido recorrentes, com capturas de navios comerciais e pesqueiros, exercícios navais e a ocasional troca de tiros, para não mencionar os discursos de parte a parte. Com a exceção do Brunei todos os interessados destacaram tropas para ocupar várias das ilhas do arquipélago. Uma situação semelhante ocorre também nas ilhas Paracel, embora aqui só a China, Taiwan e Vietname façam reivindicações. A assertividade chinesa nesta zona tem sido tão forte que, além de denegrir a imagem de bom vizinho que tem tentado manter, teve mesmo a capacidade de aproximar o Vietname dos norte-americanos. Contudo, trata-se de uma questão onde a China dificilmente fará quais queres cedências de fundo, uma vez que representa simultaneamente um problema económico, de integridade territorial e de segurança. Ao seu legado histórico sobre as ilhas, que o PCC está obrigado a defender, junta-se a sua dependência de recursos naturais (principalmente energéticos) em que esta área é rica e de rotas marítimas que por ela passam transportando os recursos necessários ao desenvolvimento chinês. Igualmente importante é o espaço marítimo em si, uma porta de saída da China para o mundo, transpondo o eterno problema chinês de cerco geográfico e que, sendo (re)colocado na sua esfera de influência, diminuirá o espaço de manobra de outras potências (primeira entre elas os EUA).

Tentando equilibrar o seu interesse na região com a necessidade de estabilidade e boas relações a Sudoeste, a China tentou recentemente relançar o diálogo sobre o Mar do Sul da China. Em Julho de 2011 foi finalmente acordada a implementação da Declaração de Conduta assinada em 2002, segundo a qual as partes se comprometem a se “restringir na condução de actividades que possam complicar ou escalar tensões” (Fravel, 2012). No final do ano Pequim anunciou a criação de um fundo no valor de \$476 milhões para a cooperação marítima nos mais diversos campos com a ASEAN e no início de 2012 recebeu uma delegação da organização para colocar em prática a Declaração de Conduta. Contudo, o campo preferencial dos chineses continua a ser a negociação bilateral¹⁰⁶. Desta forma a China consegue mais facilmente explorar as fraquezas individuais dos seus vizinhos e alcançar negócios mais vantajosos. Este é

¹⁰⁶ Não só no Sudeste asiático, mas como regra geral. As relações com os membros da UE são outro bom exemplo disto.

aliás uma constante da política externa chinesa, tendo mesmo chegado a defender o fim de todas as alianças (Shambaugh, 2005). Em relação à questão do Mar do Sul da China e aos membros da ASEAN, a China tem tentado reaproximar-se primariamente do Vietname através de visitas oficiais de alto nível, a criação de um plano para aumentar o comércio entre os dois países para \$60 mil milhões até 2015, o estabelecimento de uma linha directa entre os dois ministérios dos negócios estrangeiros e a iniciação de conversações sobre a demarcação do Golfo de Tonkin (Fravel, 2012). A escolha do Vietname para alvo prioritário não é aleatória. De entre os contenciosos é o país que piores relações mantêm com a China e é também o que tem vindo a aproximar-se mais dos EUA. As Filipinas são aliadas dos americanos, enquanto a Malásia e o Brunei dificilmente colocarão em risco os benefícios económicos de um bom relacionamento com a China, a menos que seriamente provocadas. É uma das ironias da história que a RPC tenha que fazer uma aproximação ao Vietname para impedir que este passe voluntariamente a colaborar com os norte-americanos.

Por seu lado, enquanto grupo, a ASEAN continua dividida neste assunto. Além dos países directamente envolvidos não conseguem definir um rumo consensual, os restantes preferem defender os seus interesses. O Camboja e Myanmar, por exemplo, têm uma forte dependência em relação à China e poucas alternativas a esta. Isto leva a que iniciativas como a Declaração de Conduta, apesar de apresentarem directrizes úteis para a resolução de conflitos, padeçam de falta de medidas concretas como a partilha de informação, coordenação de projectos, partilha de custos ou gestão de crises (Fang, 2011).

Capítulo 4: As relações com os EUA

Desde o final da Guerra Fria que os EUA são a única superpotência mundial, o poder hegemónico global. Ou seja, os norte-americanos são o único Estado capaz de exercer influência e projectar poder de forma eficaz em todos os cantos do mundo. Contudo, tal não significa que o mesmo aconteça a nível regional. No Leste asiático os EUA não são hegemónicos pois dividem influência com a China, tendo cada um a sua esfera de autoridade própria: o Sudeste asiático continental e o Norte da península coreana “pertencem” à China, enquanto os países insulares e a Coreia do Sul respondem perante os EUA (Ross, 2002, p.12).

Este equilíbrio foi conseguido através de uma mistura de heranças históricas centenárias, divisão de esferas de influência durante a Guerra Fria e a consequente derrocada da URSS¹⁰⁷. Mas como em todos os equilíbrios, se a força de uma das partes é alterada o resultado é uma alteração do *status quo*. E a ascensão meteórica da China não é nada menos que “a mais dramática alteração na hierarquia económica e na geopolítica mundial” (Brzezinski, 2012, p.18). Torna-se assim necessário arranjar um novo equilíbrio para a região da Ásia-Pacífico e, possivelmente, para todo o sistema internacional. É aliás esta magnitude que justifica a atenção particular dada neste trabalho ao relacionamento sino-americano. Embora o âmbito do nosso trabalho se restrinja à Ásia-Pacífico, o relacionamento entre as duas maiores economias do mundo irá inevitavelmente condicionar todos os actores mundiais. Como vários analistas chineses defendem, este relacionamento é “a chave das chaves (*zhongzhong zhi zhong*)” e deve ser por isso a “prioridade máxima da diplomacia chinesa” (Shambaugh, 2011, p.14). Uma visão com que concordamos.

Tratamos pois de primeiro estabelecer um quadro histórico para as relações “transpacíficas”. O passado não é o centro da nossa investigação, mas explica sem dúvida a maioria das questões em debate presentemente e a maneira como os dois poderes se vislumbram mutuamente. Desta maneira, quando alcançarmos as questões fundamentais do relacionamento já disporemos de um quadro de análise mais abrangente e, esperamos, mais correcto.

¹⁰⁷ Até este momento eram os soviéticos que detinham influência sobre o Sudeste asiático, estando a China em competição com eles e não com os americanos.

4.1- História do relacionamento

4.1.1- O Império Milenar e o “Império da Liberdade”¹⁰⁸

Apesar da grande distância que separa os dois países, as relações entre os EUA e a China remontam até à fundação do estado norte-americano. Em Fevereiro de 1784, um mês após a ratificação do Tratado de Paris¹⁰⁹, o veleiro *Empress of China* saiu de Nova Iorque em direcção a Cantão e estabeleceu as primeiras relações comerciais entre os dois países. Este não se tratou de qualquer passo político previamente calculado, mas antes de uma profunda necessidade por parte dos americanos em encontrar novos mercados para os seus produtos, uma vez que o Reino Unido havia fechado os seus portos atlânticos, bem como os das restantes potências europeias, aos navios das suas antigas colónias. Os primeiros contactos entre os dois povos foram assim, e durante as décadas seguintes, realizados através de comerciantes, a nível esporádico e sem qualquer representação governamental. Os ideais de George Washington pareciam materializar-se.

A política comercial dos EUA não devia “nem procurar nem conceder favores ou preferências especiais... difundindo e diversificando por meios pacíficos as ligações comerciais, mas sem impor nada”, de modo a garantir a “boa-fé e justiça para com todas as nações; cultivando a paz e harmonia com todas” (Washington, 1796). E, contudo, no final da Primeira Guerra do Ópio, o Presidente John Tyler enviou uma missão diplomática à China de modo a garantir para os comerciantes americanos os mesmos direitos que haviam sido dados aos seus congéneres britânicos com a assinatura do Tratado de Nanquim. O resultado foi a assinatura do Tratado Wanghia em Julho de 1844, abrindo os portos e estabelecendo tarifas fixas sobre todos os produtos transaccionados em Xangai, Cantão, Ningbo, Fuzhou e Xiamen, e concedendo aos EUA o estatuto de Nação Mais Favorecida, bem como dando aos seus cidadãos o direito de extraterritorialidade (só podendo ser julgados pelas autoridades americanas), de aprender chinês (o que era até então proibido por lei) e de comprar terras nas cinco

¹⁰⁸ Foi assim que Thomas Jefferson adjectivou os EUA em 1780, ainda decorria a Revolução Americana. Por oposição, James Madison, o “Pai” da Constituição americana, preferia falar num “Império da Razão”.

¹⁰⁹ Assinado em Setembro de 1783 e posteriormente ratificado pelo Congresso da Confederação dos EUA, ou Congresso Continental, o Tratado de Paris terminava formalmente a Guerra da Independência dos EUA contra o Reino Unido.

idades visadas (podendo aí construir igrejas e hospitais). Dificilmente poderia haver maior ingerência na soberania chinesa e tratava-se apenas do início¹¹⁰.

Em 1846, os EUA definiram as fronteiras a Noroeste com as possessões britânicas, garantindo para si o Território do Oregon, e dois anos mais tarde, como parte das concessões mexicanas no final da Guerra Mexicano-americana, adquiriram a Alta Califórnia, passando a deter uma (vasta) frente no Pacífico. Uma posição muito mais vantajosa para realizar comércio com a Ásia, como bem enunciou o Secretário do Tesouro Robert Walker nesse ano: *“Asia has suddenly become our neighbor, with a placid intervening ocean inviting our steamships upon the trade of a commerce greater than all of Europe combined.”* (Herring, 2008). Posição que viria a ser reforçada com a contínua aplicação de “Tratados Desiguais”. O Tratado de Tientsin (1858), que colocou um fim à Segunda Guerra do Ópio, após a sua ratificação na Convenção de Pequim (1860), deu às potências ocidentais o direito de estabelecerem delegações diplomáticas na capital chinesa (até então fechada aos “bárbaros”), abriu mais dez portos aos navios estrangeiros, bem como a circulação no *Yangtzé* (incluindo navios de guerra), permitia a livre circulação de cidadãos estrangeiros pelas províncias interiores e estabeleceu a liberdade de religião.

Como já vimos anteriormente, o século XIX constituiu um rude golpe para a mentalidade chinesa. O “Centro do Mundo” tinha sido invadido por bárbaros de nações distantes e de reduzidas dimensões, que insistiam em ser tratadas como iguais do Império Celeste; os seus mercadores controlavam o comércio e os portos chineses, espalhando ópio pelo país; os seus missionários percorriam o império proclamando uma Fé desconhecida; os seus soldados haviam humilhado as tropas imperiais, apesar de uma enorme inferioridade numérica e da distância a que se encontravam dos seus países, dispondo de armamento e tácticas superiores às chinesas. Os EUA constituíam um caso ainda mais humilhante. Sendo descritos pelos chineses como “a mais remota e menos civilizada das nações ocidentais” (Herring, 2008), eram eles próprios uma antiga colónia e um país com um século de existência ainda por completar.

Ironicamente foi a menos civilizada das nações a salvaguardar a independência chinesa. Como explicamos mais detalhadamente no primeiro capítulo, a Revolta dos Boxers conduziu a uma intervenção internacional, que por sua vez só terminou com a

¹¹⁰ É contudo de assinalar o facto de, ao contrário das autoridades britânicas, os EUA não terem forçado os chineses a permitirem o comércio de ópio, tendo-se mesmo comprometido a entregar às autoridades locais quais queres transgressores.

assinatura do Protocolo Boxer e a humilhação chinesa. Contudo os termos finais acabaram por ser suavizados devido à interferência norte-americana junto das restantes potências. Tal não foi feito por puro idealismo, mas de forma a salvaguardar os seus próprios interesses. O Secretário de Estado norte-americano John Hay pediu aos vários membros da coligação ocidental para que emitissem declarações formais reconhecendo a integridade territorial chinesa, de forma a garantir o livre comércio. Com esta “Política de Porta Aberta” os EUA asseguravam os mesmos direitos que os países detentores de esferas de influência na China e impediam que o país fosse formalmente dividido¹¹¹. Nenhum dos governos emitiu as declarações pretendidas, mas individualmente todos informaram o secretário americano que não se comprometiam sem o acordo dos restantes, pelo que, em Julho de 1900, Hay anunciou ter-se atingido um acordo de princípios. Era “o início de um papel independente dos EUA na política do Sudeste Asiático” (Herring, 2008).

4.1.2- República, Anarquia, Guerra(s) e Revolução

Como vimos no primeiro capítulo, o início do século XX foi um período de grande instabilidade na China e culminou com o derrube do imperador e a instauração de uma República em 1912.

A prudência aconselharia qualquer político a esperar que a república chinesa estabilizasse e estendesse o seu poder a todo o país antes de reconhecer o novo regime, mas Woodrow Wilson não via o mundo da mesma forma que a maioria dos políticos. Tal como o pós-Primeira Guerra Mundial viria a demonstrar, Wilson era um idealista convicto, defensor da aplicabilidade dos ideais americanos a todo o mundo e de uma política intervencionista. Menos de um mês depois de tomar posse como 28º Presidente dos EUA (Março de 1913), e ignorando o caos em que o país se encontrava, Wilson reconheceu formalmente a República da China, sem consultar as potências europeias. Segundo o presidente, “a China era plasticina nas mãos de ocidentais fortes e capazes” e os Estados Unidos deveriam servir como “amigo e exemplo colocando a China no caminho do Cristianismo e da Democracia” (Herring, 2008). Contudo, a amizade

¹¹¹ Um cenário que caso se viesse a concretizar retiraria aos EUA as vantagens comerciais de que dispunha, sendo impossível de contrariar, uma vez que os norte-americanos não dispunham de poder suficiente para se opor à força conjunta do Reino Unido, Japão, Alemanha, França e Rússia.

americana terminava onde a sua carteira começava a ser prejudicada. Wilson rejeitou todos os pedidos chineses para a concessão de empréstimos.

Em 1914, com o eclodir da Primeira Grande Guerra o Japão conquistou as possessões alemãs na China e começou a pressionar o governo chinês com uma série de exigências humilhantes. Apesar dos apelos chineses junto da administração americana e do facto da iniciativa japonesa ser incompatível com a “Política de Porta Aberta”, Wilson preferiu não contrariar directamente o Japão defendendo que os EUA deveriam “ser tão activos na defesa dos direitos soberanos [da China] quanto as circunstâncias permitirem” (Herring, 2008). As circunstâncias não o permitiram em vésperas dos EUA entrarem na guerra, obviamente não o permitiriam enquanto o conflito durasse e acabaram por se transformar de forma a não o permitirem no pós-guerra. De modo a garantir a participação do Japão na Sociedade das Nações (SDN), Wilson concedeu ao governo nipónico o reconhecimento das suas reivindicações na China. “*So much for national self-determination*”, protestava um jovem assistente bibliotecário, Mao Tse-Tung (Herring, 2008).

No período entre guerras o Departamento de Estado norte-americano procurou incentivar a concessão de empréstimos à China, de modo a estimular o seu desenvolvimento económico e, assim, aumentar o comércio com o país. Contudo, os maiores bancos nacionais já detinham milhões de dólares em dívida chinesa e as divisões internas da república asiática afastavam novos investidores. Em contraste, os empréstimos americanos ao Japão continuaram a aumentar, apesar das tentativas do governo para os condicionar. O imperialismo japonês, cada vez mais presente no Sudeste asiático, era financiado pelos americanos por se tratar de um investimento mais seguro que a economia chinesa. Uma escolha fácil de fazer quando se observava a eficácia económica e militar japonesas face ao caos chinês. O Kuomintang controlava a capital e pouco mais, enquanto o país estava dividido entre senhores da guerra e movimentos nacionalistas e anti-imperialistas atacavam cidadãos e propriedade estrangeira¹¹². Em 1927 rebenta a Guerra Civil Chinesa entre comunistas e nacionalistas e quatro anos depois Tóquio decide ocupar a Manchúria. Uma acção de todo contraditória com os ideais defendidos pela SDN, os seus membros, os EUA e o Pacto

¹¹² Perante tais actos os governos eram obrigados a exigir pedidos de desculpa oficiais e reparações, acabando por piorar ainda mais as relações entre a China e os ocidentais.

Kellogg-Briand¹¹³, mas perante a qual não houve qualquer resposta internacional significativa. A SDN aprovou uma resolução que foi rejeitada pelo Japão e acabou por se limitar ao envio de uma comissão de investigação à Manchúria (proposta pelos japoneses), enquanto nos EUA o Presidente Hoover via o lado positivo da invasão nipónica, pois “com dois espinhos ao seu lado – a China e os Bolcheviques – [o Japão] teria o suficiente com o que se ocupar” (Herring, 2008).

Tal ideia não podia estar mais longe da realidade. À China seguiram-se os territórios coloniais europeus no Sudeste asiático, ricos em matérias-primas, e por último, em Dezembro de 1941, o Japão virou-se para os EUA e as suas dependências no Pacífico. Consequentemente a ajuda previamente negada à China foi prontamente concedida. A um empréstimo de \$500 milhões juntou-se ainda o envio de conselheiros militares e equipamento para o governo e o exército de Chiang Kai-shek. Este contacto directo com o General e o seu país rapidamente destroçou as expectativas dos norte-americanos sobre a república chinesa, mostrando-lhes a anarquia reinante, contrária à tradição americana. Contudo, isso não impediu o presidente Roosevelt de oferecer um lugar no Conselho de Segurança da ONU à potência asiática no final da Guerra.

Não que Kai-shek tenha tido tempo para aproveitar o seu lugar em Nova Iorque. Assim que os japoneses assinaram a rendição, e apesar das tentativas de negociação por parte dos americanos, comunistas e nacionalistas chineses voltaram às hostilidades em larga escala. Estas viriam a terminar em Outubro de 1949 com o triunfo de Mao.

4.1.3- Inimigos Ideológicos

Com a derrota dos Nacionalistas e a instauração da República Popular da China (RPC), os EUA decidiram cortar relações com os chineses do continente e reconhecer o regime de Taiwan como o único representante legítimo da China. A realidade não deixaria contudo que os dois países se esquecessem um do outro. Cerca de um ano depois de Mao chegar ao poder os EUA e a China estavam em guerra (Kissinger, 2011).

Em Junho de 1950 a Coreia do Norte invadiu o seu vizinho a Sul. Os americanos decidiram intervir em defesa do seu novo aliado e, sob a bandeira da ONU, rechaçaram

¹¹³ Tendo recebido o seu nome em honra do Secretário de Estado norte-americano Frank Kellogg e do Ministro dos Negócios Estrangeiros francês Aristide Briand, o Pacto representava a tentativa dos EUA evitarem o ressurgimento de um sistema de alianças na Europa. Foi registado na SDN em 1928 e entrou em vigor em 1929, com 46 Estados signatários, incluindo todas as grandes potências. O Pacto renunciava à guerra e ao seu uso como instrumento da política nacional.

as tropas comunistas para o seu território. Simultaneamente, a 7ª Frota foi enviada para o Estreito de Taiwan como meio de pressão junto dos dois governos chineses para que cessassem hostilidades, uma vez que os norte-americanos não poderiam lutar duas guerras ao mesmo tempo. Contudo, aos olhos de Pequim o país estava a ficar cercado e se no Estreito não tinha capacidade para competir com a marinha americana, o mesmo já não era verdade para a Coreia. Em Outubro as forças ocidentais transpuseram o Paralelo 38º e no mês seguinte chegaram ao rio Yalu (a fronteira norte-coreana com a China). Em resposta Mao ordenou que tropas chinesas entrassem no conflito. Dois meses depois o combate tinha regressado a território sul-coreano e, apesar da frente se ter deslocado para norte do Paralelo 38º, pouco mudaria até ao fim da guerra em Julho de 1953. No final a situação da península coreana ficou basicamente inalterada, mas a RPC tinha-se estabelecido como “um poder militar e o centro da revolução asiática” (Kissinger, 2011).

Pouco mais de um ano depois de se libertar dos compromissos militares a norte, a China resolveu envolver-se com os EUA noutra disputa. Em Agosto de 1954, aproveitando a deslocação do Secretário de Estado John Dulles a Manila para a criação da SEATO¹¹⁴ (e como resposta a esta), Mao ordenou o bombardeamento de diversas ilhas no Estreito de Taiwan. A resposta da administração de Eisenhower ficou-se pelo apoio a retaliações do governo insular contra o continente e a aprovação de um plano para tentar obter um cessar-fogo via ONU. Em Novembro, os governos taiwanês e norte-americano avançaram com a elaboração de um tratado de defesa, mas este evitou propositadamente quais queres referências às ilhas mais próximas da costa chinesa, de modo a não condicionar a acção americana. Os bombardeamentos continuaram até Maio de 1955, tendo-se tornado numa espécie de rotina. Na verdade nenhum dos lados desejava um escalar de tensões. Os americanos queriam defender um aliado estratégico sem serem arrastados para um conflito por “um punhado de rochas”, enquanto que, os chineses apenas queriam fazer uma demonstração de força, nunca tendo ameaçado uma invasão em larga escala. Como Mao expressou junto de Nikita Khrushchev: “Tudo o que queríamos era demonstrar potencial. Não queremos que Chiang fique muito longe de nós. Queremos que fique ao nosso alcance.” (Kissinger, 2011, p.157) Tratava-se de

¹¹⁴ A Organização do Tratado do Sudeste Asiático foi criada para conter o avanço do comunismo nessa região da Ásia, à semelhança do que a NATO fazia na Europa. Era constituída pelos EUA, a França, o Reino Unido, a Nova Zelândia, a Austrália, as Filipinas, a Tailândia e o Paquistão. Ao contrário da NATO, esta organização nunca conseguiu unir os seus membros e acabou por ser dissolvida em 1977.

impedir qualquer tentativa de aumento da autonomia de Taiwan, lembrando os seus habitantes que ainda tinham um assunto por resolver no outro lado do Estreito.

Em 1958, deu-se uma repetição de acontecimentos, com a China a bombardear novamente as possessões taiwanesas junto à sua costa. Desta vez, contudo, o destinatário da mensagem maoísta não era Taiwan mas as duas superpotências. Taiwan era o alvo dos bombardeamentos, e o seu papel na crise terminava aí. Com um novo ataque às ilhas ocupadas pelo Kuomintang, Mao pretendia trazer os EUA para a mesa das negociações e forçar a URSS a defender o seu aliado comunista, ao mesmo tempo que abria uma crise no relacionamento entre os dois poderes mundiais. Para tal o Grande Timoneiro cronometrou o ataque a Taiwan com uma visita de Khrushchev à China, conduzindo os americanos à conclusão que tudo tinha sido planeado com o conhecimento e apoio de Moscovo. Em menos de dois meses a Segunda Crise do Estreito de Taiwan terminaria *status quo ante bellum*, com as duas superpotências a trocarem acusações e ameaças entre si, o estabelecimento de reuniões a nível de embaixadores entre a China e os EUA, e Mao Tse-Tung a gabar-se de ter usado as ilhas como “uma batuta para fazer Khrushchev e Eisenhower dançarem” (Herring, 2008, p.693). No entanto, o seu contentamento durou pouco. A URSS decidiu que não podia confiar no seu aliado e retirou os seus técnicos do país, enquanto as reuniões com os americanos rapidamente chegaram a um impasse e foram canceladas. A primeira década de existência da RPC chegou assim ao fim com o país a não se relacionar com a superpotência mundial.

Os anos 60 provariam ser outra década de separação. O governo nacionalista de Ngo Dinh Diem começou a perder o controlo sobre o Vietname do Sul e o país ameaçava ser reunificado sobre a liderança do Norte comunista. Tal cenário foi tido como inaceitável pela administração Kennedy, tendo esta tomado a decisão de aumentar o envolvimento dos EUA no país. Quando JFK tomou posse em Janeiro de 1961 os norte-americanos tinham cerca de 900 “conselheiros” no terreno. No final de 1962 já eram mais de 11 mil e tinham um papel activo no combate, enquanto os apoios militares tinham duplicado (Herring, 2008, p.726). Em Agosto de 1964, depois do incidente do Golfo de Tonkin e a aprovação no Congresso americano de uma resolução com o mesmo nome, o presidente Johnson adquiriu poderes (e justificação legal) para começar uma guerra aberta no Sudeste Asiático. Em meados de 1967 os EUA tinham cerca de 500 mil soldados destacados no Vietname do Sul (Herring, 2008, p.740) e no entanto não tinham atingido mais que um impasse estratégico.

Visto a partir da China a situação era bastante complexa. A RPC tinha apoiado a RDV desde a sua fundação e considerava-a um aliado, mas simultaneamente preferia que o Vietname continuasse separado pelo Paralelo 17º, pois assim nunca constituiria uma ameaça à China¹¹⁵. Por outro lado, a presença de um vasto contingente americano no Vietname do Sul ameaçava a fronteira meridional da RPC, que já se encontrava pressionada a Norte pela Coreia do Sul e o Japão, a Sudoeste pela Índia e tinha ainda que contar com a ameaça nacionalista de Taiwan. Ao mesmo tempo, o abandono do parceiro comunista, além de a médio/longo possibilitar a unificação de todo o país sob um aliado dos EUA, conduziria certamente ao aumento da influência soviética sobre o regime de Hanói, numa altura em que as tensões entre Moscovo e Pequim já estavam bastante altas. A solução encontrada por Mao foi um apoio limitado: equipamento, apoio moral e cerca de 100 mil soldados para trabalharem em infra-estruturas e comunicações (Kissinger, 2011, p.204). A subtileza chinesa passou despercebida junto dos norte-americanos que continuaram a colocar chineses, vietnamitas e russos no mesmo saco ideológico, apesar das divergências cada vez mais evidentes entre eles.

4.1.4- O *Rapprochement*

Richard Nixon foi eleito Presidente dos EUA com a promessa de retirar as tropas americanas do pântano em que a guerra do Vietname se havia tornado, pretendendo ao mesmo tempo alcançar um clima de relativa calma (uma *Détente*) com a URSS. Devido a condicionantes externos e ao puro factor geográfico, ambos os objectivos de Washington cruzavam-se no mesmo ponto do globo: a China comunista.

A administração Johnson tinha começado a avançar para negociações sobre a destruição de armamento nuclear, mas interrompeu-as como protesto contra a intervenção soviética em Praga (1968). Nixon e Kissinger pretendiam retomar as negociações, mas para tal necessitavam de uma vantagem que forçasse a URSS a sentar-se na mesa das negociações, numa altura em que o capital diplomático americano estava enterrado no Vietname. Uma aproximação entre os EUA e China garantiria estabilidade na região e afastaria ainda mais os dois gigantes comunistas, forçando os soviéticos a negociar qualquer solução que prevenisse um confronto militar, para o qual tinham

¹¹⁵ Numa entrevista com o jornalista norte-americano Edgar Snow Mao chegou mesmo a afirmar que seria aceitável uma solução igual à da Coreia, com tropas americanas no terreno a garantir a segurança de Saigão.

sofrido uma perda considerável de recursos humanos e materiais com o afastamento da China.

Já anteriormente, durante as primárias republicanas para as eleições de 1968, Kissinger tinha esboçado uma declaração política de Nelson Rockefeller na qual se lia que este “daria início a um diálogo aberto com a China comunista” (Kissinger, 2002), criando uma relação triangular que aumentaria as opções americanas. No mesmo ano, mas já durante as eleições gerais, foi Nixon que expressou a necessidade de dialogar com a China. Este tinha sido aliás uma dos temas mais abordados pelo 37º presidente ao longo da sua carreira política. Em Maio de 1949, enquanto Mao terminava a conquista da China e nos EUA se debatia quem tinha “perdido” o país para o comunismo, o então congressista Nixon afirmava que os comunistas chineses eram diferentes dos restantes e não ficariam a dever qualquer lealdade ao bloco soviético. Mais tarde, já como vice-presidente de Eisenhower, Nixon viajou extensivamente pela Ásia e adquiriu uma nova perspectiva sobre a região (Wiegand, 2008).

Do ponto de vista de Pequim (i.e. de Mao) o diálogo com os americanos era imprescindível, pois tinha-se atingido um estado em que o isolamento já não era opção. A URSS era agora um potencial inimigo; a Índia um adversário humilhado¹¹⁶; Taipé e o Tibete tinham governos auto-proclamados; o Japão continuava a ser um oponente histórico; e os EUA, detentores de uma rede de alianças por todo o Pacífico, realizavam um massivo destacamento de tropas no Vietname (um aliado pouco confiável), com boas probabilidades de se estender a toda a Indochina (Kissinger, 2011). Quando em 1968 o Vietname do Norte deixou claro que pretendia seguir as indicações de Moscovo e não as de Pequim, Mao ordenou o regresso das tropas chinesas no território e convidou Washington a regressar às conversações de Varsóvia.

Durante 1969 os confrontos fronteiriços entre chineses e soviéticos aumentaram e, numa acção nunca antes vista, os diplomatas russos começaram a fornecer resumos dos acontecimentos aos americanos e a inquiri sobre qual seria a sua reacção a uma escalada do conflito. Como Kissinger bem comentou:

“A inaudita ansiedade soviética em consultar Washington numa questão a respeito da qual a América não tinha demonstrado nenhum interesse particular

¹¹⁶ Em 1962 tinha rebentado uma guerra entre indianos e chineses devido a disputas territoriais. O resultado foi uma rápida vitória chinesa, mas nos anos que se seguiram os conflitos entre tropas nas fronteiras continuaram.

levou-nos a interrogarmo-nos se estes resumos não seriam destinados a preparar o terreno para um ataque soviético à China” (Kissinger, 2002).

Uma eventual extensão da Doutrina Brejnev¹¹⁷ à China seria algo muito perigoso para o equilíbrio de Poder a nível mundial. Não havia quais queres garantias de que a URSS conseguisse conquistar a China, mas para Kissinger e Nixon, e de acordo com a Realpolitik, era inconcebível que os EUA permitissem a uma potência nuclear, particularmente uma como a URSS, governar o país mais populoso do mundo. Foi assim decidido realizar uma aproximação à China.

Em Julho de 1969 os EUA avançaram com uma série de medidas unilaterais que permitissem abrir o diálogo com a China. Os cidadãos americanos foram autorizados a viajar para a China, e a trazerem produtos chineses no regresso, e foram enviados carregamentos de cereais para o país. Em Agosto o Secretário de Estado, William Rogers, explicou que estas iniciativas serviam para “recordar ao povo do continente chinês a nossa amizade histórica” (Kissinger, 2002). Ao mesmo tempo, Nixon fez saber que os EUA não ficariam indiferentes a uma invasão soviética na China.

O maior problema para a administração americana foi contudo a confirmação chinesa de que era possível dialogar. Sem que os americanos se apercebessem, o governo chinês já tinha enviado alguns sinais de abertura, mas os canais usados não foram os melhores¹¹⁸. Finalmente, em Outubro de 1970, numa reunião entre Yahya Khan e Kissinger, o presidente paquistanês ofereceu-se para servir de canal de informação entre chineses e norte-americanos.¹¹⁹ A 27 de Abril de 1971 o embaixador paquistanês confirmou ao governo americano que os responsáveis chineses estavam interessados numa visita de Nixon.

Assim, em Julho de 1971, Kissinger deslocou-se ao Paquistão para uma visita oficial. Contudo, o destino do Conselheiro acabou por ser ligeiramente diferente. Com o nome de código Marco Pólo, foi posta em prática uma operação que levaria Kissinger em segredo até à China para se reunir com o primeiro-ministro chinês, Chu En-Lai, e preparar uma futura visita de Nixon. A deslocação de avião foi feita a meio da noite,

¹¹⁷ Esta doutrina defendia o direito da URSS intervir militarmente nos seus Estados satélites caso eles se desviassem da ideologia comunista. Assim foi justificado o envio de tropas para Praga em 68.

¹¹⁸ Primeiro um discurso no 9º Congresso do PCC, que colocava a URSS no mesmo nível que os EUA, e depois através de uma entrevista de Mao ao americano Edgar Snow, um conhecido admirador do comunismo chinês. Contudo, talvez o meio mais caricato da abordagem chinesa tenha sido o convite feito à selecção americana de ping-pong para que se deslocasse ao país para participar no campeonato mundial.

¹¹⁹ Apesar de ter aceiteado, Kissinger continuou a tentar outros canais, como o governo Romeno.

sem que a imprensa, os membros da embaixada americana ou o resto do Gabinete de Nixon soubesse o que se passava, tendo sido alegado um motivo de doença para a ausência de Kissinger nas 48 horas seguintes. As negociações foram rápidas e correram sem grandes problemas, como relembra Kissinger, “não podia ter encontrado um grupo de interlocutores mais receptivos ao estilo da diplomacia de Nixon que os dirigentes chineses” (Kissinger, 2002). Os americanos acordaram em abster-se na questão de Taiwan e garantiam que não deixariam a Doutrina Brejnev ser posta em prática, por seu lado os chineses mostraram-se dispostos a cooperar com os EUA no combate à expansão geopolítica soviética. O único ponto de discórdia verificou-se em relação ao Vietname, com os chineses a rejeitarem qualquer tipo de ajuda aos americanos para negociarem um acordo e exigindo que estes se retirassem sem condições.

A 15 de Julho, Nixon revelou publicamente a missão de Kissinger e que havia recebido um convite para uma visita à China, o qual tinha aceiteado¹²⁰. As reacções nacionais e internacionais não se fizeram esperar. Internamente, alguns dos maiores anti-comunistas criticaram a decisão, mas a própria reputação de Nixon como anti-comunista era sólida e a opinião pública apoiou a medida, fazendo a taxa de aprovação do presidente subir. A nível externo as opiniões divergiam, os líderes europeus apoiavam a medida, enquanto o Japão criticava o facto de não ter sido avisado com antecedência e a Coreia e o Vietname do Sul mostravam preocupação por esta aproximação à China poder significar uma diminuição da assistência americana.

A 17 de Fevereiro de 1972, Nixon saiu de Washington afirmando que era necessário encontrar pontos em comum com os chineses, e que era possível existirem diferenças entre os dois países sem que fossem inimigos. A visita decorreu entre 21 e 27 de Fevereiro de 1972, com deslocações por Pequim, Hangchow, Xangai e visitas guiadas à Muralha da China e a diversas instalações industriais e agrícolas. A acompanhar Nixon seguiram, além de diversos funcionários, a sua mulher, o Secretário de Estado, William Rogers, e Kissinger, o “arquitecto” da viagem.

Logo no primeiro dia, o Presidente e Kissinger encontraram-se com Mao, uma reunião que embora fosse uma possibilidade não estava marcada. No final um comunicado chinês informava que tinham decorrido “discussões sérias e francas”, um eufemismo para discussões onde não se chega a qualquer resultado.

¹²⁰ Simultaneamente o governo chinês fez a mesma divulgação.

No final da sua semana em território chinês, Nixon assinou o Comunicado de Xangai, que vinha sendo preparado por Kissinger e Chu En-Lai. O Comunicado pretendia servir como um guia para as relações sino-americanas nos anos seguintes e tinha a particularidade de enunciar tanto os pontos de acordo como os de desacordo entre as partes. Cada um dos lados enunciou os problemas internacionais que lhe parecia mais relevantes e no final concordaram que:

(1) “O progresso no sentido da normalização das relações entre a China e os EUA é do interesse de todos os países; (2) Ambos pretendem reduzir o perigo de confrontos militares internacionais; (3) Nenhum deve procurar a hegemonia sobre a região da Ásia-Pacífico e ambos devem opor-se aos esforços de qualquer outro país ou grupo de países para estabelecer tal hegemonia; (4) Nenhum está preparado para negociar em nome de terceiros ou para participar com o outro em acordos ou entendimentos dirigidos contra outros Estados.” (Taiwan Documents Project, 1972)

O Comunicado também discutia o problema de Taiwan, apelidando-o claramente como “o principal obstáculo à normalização das relações entre a China e os EUA” (Taiwan Documents Project, 1972). A China opunha-se a qualquer solução de “Duas Chinas” ou “Uma China, Dois Governos”, e os EUA reconheciam a existência de apenas uma China, apelando à resolução pacífica do conflito. Um exemplo claro daquilo que Kissinger apelidou por “ambiguidade construtiva”.

A reaproximação entre os dois países mostrou ser um sucesso. Nixon foi aclamado por 15 mil pessoas no seu regresso a Washington, em Novembro consegue uma reeleição histórica e em 1973 é escolhido pela revista Time como o homem do ano (Lenglet, 2011)¹²¹. Em Janeiro desse ano são assinados os Acordos de Paz de Paris, colocando um fim à Guerra do Vietname¹²², e pelos quais Henry Kissinger e Lec Duc Tho seriam galardoados com o Prémio Nobel da Paz. Em Maio foi estabelecido o Gabinete de Ligação dos EUA em Pequim, liderado por George H. W. Bush, de forma a normalizar as relações diplomáticas e preparar o caminho para o estabelecimento de uma embaixada. No que diz respeito à pressão que Nixon e Kissinger pretendiam colocar sobre os soviéticos os resultados foram ainda mais rápidos. Antes da deslocação

¹²¹ O jornalista Max Frankel do The New York Times ganhou o Prémio Pulitzer pela cobertura da visita do presidente à China.

¹²² Pelo menos para os americanos. Em Dezembro de 1974 o Vietname do Norte lançou uma nova ofensiva a Sul e, sem a intervenção dos EUA, rapidamente conseguiu colocar um ponto final ao conflito e à República do Vietname.

do conselheiro à China, Moscovo andava a adiar uma cimeira entre Brejnev e Nixon há mais de um ano, depois da viagem o convite chegou a Washington em menos de um mês. Em Maio de 1972, os dois líderes assinaram o Tratado sobre Mísseis Balísticos em Moscovo.

Para a China o *rapprochement* teve duas consequências imediatas. Primeiro, tinha conseguido reintegrar a sociedade internacional, donde havia estado isolada desde a revolução comunista. Depois de Nixon, foi a vez de diversos líderes dos países ocidentais e do Japão rumarem à China. Em segundo, havia adquirido uma nova capacidade negocial com a URSS, que a partir de então não poderia mais pressionar os chineses devido à sua falta de alternativas. Como o Comité Central do PCC veio a descrever, a visita de Nixon tinha sido útil à China para “utilizar as contradições [inerentes ao sistema mundial], dividir os inimigos e melhorar a [sua] posição” (Kissinger, 2011, p.274).

4.1.5- De Deng à Chimerica

Apenas quatro anos depois do estabelecimento de relações entre a RPC e os EUA, Mao Tse-Tung morre e o poder passa para Deng Xiaoping. Como já vimos anteriormente, Deng colocou em prática uma série de reformas que transformaram profundamente a China e, conseqüentemente, a sua relação com o mundo.

A política chinesa tratava agora de abrir o país ao mundo, de modo a captar investimentos e aprender com as economias mais desenvolvidas. O modelo seguido era quase idêntico ao que tinha sido usado pelas economias emergentes da Ásia, e foi a elas que Deng primeiro se dirigiu, mas o alvo prioritário eram obviamente os EUA, primeiro poder económico mundial. Do outro lado, Deng encontrou uma administração Carter pronta a continuar o processo iniciado por Nixon, muito graças às ideias do novo Conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski¹²³. A 1 de Janeiro de 1979, a China e os EUA estabelecem relações diplomáticas oficiais através de um novo Comunicado e, conseqüentemente, os norte-americanos cortam relações formais com Taiwan. A medida foi aceite com entusiasmo nos dois lados do Pacífico e com amplos protestos no reduto insular nacionalista. Aliados de Taiwan no Congresso americano tentaram impedir a passagem de reconhecimento da ilha para o continente, mas não

¹²³ O Secretário de Estado Cyrus Vance era favorável a uma relação mais estável com a URSS, pelo que preferia uma relação pouco definida com a China.

conseguiram mais que a adopção em Abril de uma lei que garantia a contínua venda de armamento a Taipé e a sua defesa em caso de ataque. Embora tal tenha sido o suficiente para embaraçar Carter e enfurecer os chineses (Herring, 2008, p.840).

Deng tinha visitado os EUA a propósito do reconhecimento da RPC e a pequena vitória nacionalista foi visto como uma nódoa no início do relacionamento. Isto apesar do líder chinês ter aproveitado a viagem para suavizar uma eminente invasão do Vietname. Tal como Mao havia usado Moscovo na questão de Taiwan, era agora a vez de Deng usar Washington para demonstrar à URSS os limites do seu poder na esfera de influência chinesa. A administração Carter limitou a sua acção à coordenação diplomática e à partilha de informação, aconselhando mesmo restrição, mas do ponto de vista de Brezhnev qualquer acção no Sudeste Asiático teria agora que ser repensada (Kissinger, 2011). Ironicamente este alinhamento entre interesses americanos e chineses causou a peculiar situação de uma administração reconhecida pela sua defesa dos Direitos Humanos fornecer apoio indirecto aos Khmer Vermelho, aliados da RPC contra o Vietname¹²⁴. Não que tal tenha tido grande influência sobre o destino da presidência de Jimmy Carter, pois o Médio Oriente já se tinha encarregado de a enterrar.

No final de 1980 os americanos elegeram Ronald Reagan como o seu 40º presidente. O antigo actor e governador da Califórnia era um conhecido defensor de Taiwan e “atacava o comunismo como um mal que devia ser erradicado num período finito de tempo, e não como uma ameaça que deveria ser contida durante gerações” (Kissinger, 2011, p.379). Para tranquilizar Pequim, durante a sua campanha presidencial, Reagan pediu ao seu candidato a vice-presidente, George Bush, e a Henry Kissinger que intercedessem junto das autoridades chinesas, reafirmando o seu empenho no relacionamento que vinha a ser construído entre os dois países. Contudo, uma vez eleito, as relações rapidamente se deterioraram. Em 1981, os EUA concordam em vender armas a Taiwan e embora o negócio seja cancelado no ano seguinte, a retórica de Reagan é o suficiente para os chineses ameaçarem pôr o relacionamento em causa. A administração tenta acalmar os ânimos com a elaboração de um novo Comunicado¹²⁵, mas este era de tal forma vago que permitiu aos EUA negociarem com Taiwan uma série de garantias em como não seria implementado. A crise acabaria por

¹²⁴ Em Dezembro de 1978 o Vietname tinha invadido o Camboja. De forma a impedir uma unificação de toda a Indochina sobre um mesmo poder a China decidiu invadir o Vietname. O ataque iniciado em Fevereiro de 1979 não tinha como objectivo a conquista de território, mas apenas o condicionamento da acção vietnamita, obrigando Hanói e Moscovo a desviarem preciosos (e escassos) recursos do Camboja para a fronteira com a China.

¹²⁵ Conhecido como 3º Comunicado ou Comunicado de 17 de Agosto.

ser resolvida, ou pelo menos posta temporariamente de parte, graças a condicionalismos externos. A atenção dos dois países foi desviada para a URSS, que começava a dar sinais de fraqueza no Afeganistão e na Europa de Leste. Ao mesmo tempo, Deng tinha colocado o crescimento económico como principal prioridade do PCC e não estava disposto a arriscar os benefícios de um bom relacionamento com os americanos por causa de Taiwan. Um sentimento que era em parte partilhado do outro lado do Pacífico, onde o mercado chinês era visto pelos empresários como uma oportunidade única. Consequentemente, Reagan teve direito à sua visita à China em 1984, mesmo a tempo da sua reeleição. Esta foi facilmente conseguida e durante o seu segundo mandato o Presidente mais “anti-comunista e pró-Taiwan desde Nixon” conseguiu manter “um relacionamento normal com a RPC sem nenhuma crise grave” (Kissinger, 2011, p.386).

O momento mais crítico na relação sino-americana deu-se pouco depois da saída de Reagan da Casa Branca. George H. W. Bush havia tomado posse há menos de cinco meses quando os protestos em Tiananmen e a resposta do governo chinês a estes alteraram a dinâmica do relacionamento entre os dois países. O Congresso americano pressiona o presidente a cortar relações com a China e a impor-lhe pesadas sanções económicas, enquanto o ex-presidente Nixon aconselha-lhe prudência e pede-lhe que “veja as coisas a longo prazo” (Lenglet, 2011, p.60). A solução encontrada pelo presidente foi um meio-termo: os contactos ao mais alto nível foram suspensos, bem como, a venda de armas e equipamento para as forças militares e de segurança; os EUA iriam opor-se a todos os empréstimos financeiros de organizações internacionais à China; diversas sanções propostas pelo Congresso foram aprovadas, mas com retoques por parte do presidente. Logo de seguida, Bush faz uma aproximação aos chineses de modo a preservar o relacionamento. Envia uma carta pessoal a Deng Xiaoping explicando-lhe a razão para a resposta a Tiananmen, e dias depois, encarrega o seu Conselheiro de Segurança Nacional, Brent Scowcroft, de fazer o mesmo em pessoa numa missão secreta à China. Nenhuma destas medidas resolveu a crise, mas conseguiram impedir um escalar de tensões. No final do ano o assunto ficou efectivamente congelado quando a URSS começou a implodir. Quase de um momento para o outro a China havia perdido o seu rival continental e ganhou todo um novo conjunto de oportunidades na sua periferia, enquanto os EUA se preparavam para desenhar a nova ordem mundial, como Superpotência hegemónica.

Com o fim da União Soviética, tanto os EUA como a China puderam redireccionar a sua atenção para o crescimento económico. Foi com essa premissa que,

em 1992, Bill Clinton foi eleito presidente e foi seguindo a mesma ideia que Deng Xiaoping realizou no mesmo ano a sua Excursão do Sul. Contudo, esta era mesmo a única área onde os dois lados iriam colaborar. Durante a sua campanha eleitoral Clinton tinha prometido que “não apertaria a mão aos carneiros de Pequim” (Lenglet, 2011, p.65) e conseguiu cumprir a promessa durante o primeiro mandato. Em 1993, as relações voltam a piorar aquando da inspeção forçada por parte da marinha americana de um navio chinês no Golfo Pérsico. A acusação de transporte de material químico para o Irão comprova ser errada e os chineses mostram-se claramente irritados com o desplane americano. No ano seguinte, a situação volta a piorar quando as sanções sobre a venda de armas são repostas. Neste caso a decisão provou ser premonitória e evitou um possível embaraço quando logo de seguida, em Maio 1995, eclodiu a Terceira Crise do Estreito de Taiwan. Desta vez não houve troca de tiros ou baixas, tendo a China contendo-se com exercícios navais e teste de mísseis e os EUA e Taiwan respondido na mesma moeda. Após a reeleição Clinton muda de estratégia. São realizados encontros aos mais altos níveis para discutir diversos assuntos e Clinton recebe Jiang Zemin em 1997, retribuindo a visita no ano seguinte. Este novo ponto alto nas relações viria só a ser interrompido com o bombardeamento accidental da embaixada chinesa em Belgrado, em Maio de 1999, durante a Guerra do Kosovo. Os americanos rapidamente se apresaram a pedir desculpas pelo incidente, publica e oficialmente, mas os chineses saem à rua para se manifestar em gigantes protestos. A resposta de Jiang seguiu um “padrão semelhante ao dos presidentes americanos na questão dos Direitos Humanos” (Kissinger, 2011, p.478). A pressão popular teve que ser respondida com indignação por parte do seu líder, ao mesmo tempo que tentou acalmar os ânimos a bem da relação.

Com a entrada em cena da administração de George W. Bush o relacionamento transpacífico parecia condenado a um novo esfriamento. Desde do Departamento de Estado, até ao Pentágono e à ONU, quase todos os cargos de importância tinham sido entregues a Neoconservadores, prontos a combater regimes ditatoriais e proteger a Liberdade. Em Abril de 2001, uma colisão entre um avião de espionagem americano e um caça chinês sobre território do último causa uma nova crise. A China prende os pilotos americanos e recolhe a tecnologia que havia caído do céu, Washington pede desculpa para poder recuperar os seus homens, mas de seguida responde com a venda de navios e aviões a Taiwan. O escalar de tensões é contudo interrompido de forma brutal pelo 11 de Setembro. Os EUA concentram todos os seus esforços na invasão do Afeganistão e, dois anos depois, do Iraque. Já a China aproveita a oportunidade para

demonstrar todo o seu apoio aos americanos na sua luta contra o terrorismo, com o qual também tinha problemas nas suas províncias mais a Este. Desta forma, Pequim não só conseguia retirar a atenção da superpotência do Sudeste Asiático, como ainda fazia desta sua protectora na Ásia Central. O resultado foi quase uma década de crescimento chinês, invisível aos olhos americanos.

A fraca atenção dada pelos norte-americanos à ascensão da China não deixa de ser irónica, tendo em conta que era a relação entre os dois países o motor do crescimento económico chinês e global. A nova ordem económica mundial é o resultado do desenvolvimento assente nas exportações da China combinado com o excesso de consumo dos EUA¹²⁶ ou, para usar a imagem de Niall Ferguson e de Moritz Schularick, uma “Chimerica” (Ferguson & Schularick, 2009). Em 1979, quando Deng estava a iniciar as suas reformas e Carter tinha normalizado a relação com a China, as trocas comerciais eram diminutas e favoráveis aos americanos: exportavam cerca de 4 mil milhões de dólares e importavam apenas mil milhões (Lenglet, 2011, p.49). Atraídos pela mão-de-obra barata e por um país gigante ainda por desenvolver os empresários americanos acorreram à China. Vislumbrando os baixos preços do *Made in China* os americanos começaram a consumir mais e poupar menos. Entre 2000 e 2008, os EUA gastaram 45% mais que aquilo que produziram, com um terço dos gastos a ser feito com a compra de bens à China (Ferguson & Schularick, 2009, p.2). Para financiar o seu consumo os EUA são obrigados a contrair dívida junto de países com dinheiro para investir, primeiro entre eles a China. Desde Setembro de 2008, depois de ultrapassar o Japão, a RPC tornou-se no maior banqueiro dos norte-americanos com cerca de 10% de toda a sua dívida (Zakaria, 2008). Ao comprar títulos americanos a China não só recebe os lucros futuros do seu investimento, como garante que as suas fábricas continuam a ter um mercado para onde exportar. É um verdadeiro círculo vicioso. Mas é um vício que parece dar resultados. Como vimos anteriormente, a China conseguiu transformar-se numa superpotência económica, ao mesmo tempo que os EUA puderam continuar a consumir sem se preocuparem com o futuro. A nível mundial os resultados também foram positivos com o comércio mundial a florescer à medida que a economia chinesa se desenvolvia.

¹²⁶ Um padrão que é replicado em menor escala pelas restantes economias em desenvolvimento e a maioria dos países ocidentais.

Contudo, como o próprio neologismo indica, a “Chimerica” baseia-se num relacionamento disfuncional¹²⁷. O comércio total entre os dois países atingiu os \$503 mil milhões em 2011, mas o défice comercial americano com o gigante asiático atingiu os \$295 mil milhões e cerca de 2.8 milhões de empregos foram transferidos da primeira para a segunda economia mundial (Palmer, 2012). E se era possível disfarçar os problemas enquanto as economias desenvolvidas cresciam e a atenção dos decisores políticos estava concentrada no Médio Oriente, é impossível fazer o mesmo depois da crise mundial de 2008. Os americanos vêm o seu país numa grave crise económica e um poder emergente cada vez mais poderoso, com dimensão suficiente para desafiar os EUA e, pelo menos no papel, uma ideologia que vai contra tudo aquilo em que acreditam. Já os chineses vislumbram um poder em declínio, mas ao qual estão profundamente interligados e contra o qual não dispõem (ainda) de poder para impor a sua vontade (Perlez, 2012).

4.2 – Pontos de Tensão

O maior problema para a expansão da China naquela que considera ser a sua esfera de influência tradicional, é o facto dela já se encontrar (parcialmente) ocupada por outra potência. Mais de vinte anos após o fim da Guerra Fria, os norte-americanos “continuam a ser o garante de ordem na região” (Yahuda, 2003, p.16), não só entre regimes democráticos e autoritários, mas também entre os seus aliados, mantendo a estabilidade regional. Mesmo que a China consiga fazer a sua ascensão ao patamar de superpotência mundial “não poderá realisticamente esperar por nada que se classifique como supremacia, ou mesmo mestria regional” (Nathan, 2011), uma vez que terá que lidar com a presença dos EUA. Já estes são, nas palavras do Secretário da Defesa Robert Gates, “uma potência residente na Ásia” e devem por isso, de acordo com Brahma Chellaney, “transmitir uma mensagem clara à China: uma Ascensão Pacífica e o redesenhar unilateral de fronteiras não combinam” (Chellaney, 2010).

Na sua obra mais conhecida Fareed Zakaria observou sobre a China que “nenhum dos [seus] problemas potenciais tem qualquer importância a não ser que leve ao envolvimento dos EUA” (Zakaria, 2008, p.121). Tal não é estritamente verdade, contudo quando comparamos os problemas que abrangem a China e os EUA com aqueles onde os americanos não estão envolvidos, não podemos deixar de notar uma

¹²⁷ Ferguson e Schularick basearam o nome na mitológica Quimera: parte leão, parte serpente, parte cabra.

clara desproporção entre eles. O Vietname e a Índia apresentam-se como desafios militares muito mais complicados que Taiwan ou o Japão, mas nenhum dos poderes continentais se encontra protegido pelos norte-americanos. Tal como no Sudeste Asiático, também na Ásia Central a China compete economicamente com um gigante, mas neste caso trata-se “apenas” da Rússia¹²⁸. Os problemas domésticos que a China enfrenta são substanciais e, como referimos anteriormente, necessitam da atenção máxima da liderança do PCC. Um confronto com a superpotência mundial poderia revelar-se catastrófico, mesmo que não se tornasse violento.

De seguida analisamos as questões que consideramos mais sensíveis entre a China e os EUA na região da Ásia-Pacífico.

4.2.1 – Coreias

Como observamos no capítulo 3, a China é desde o fim da Guerra Fria o único aliado fidedigno da Coreia do Norte, enquanto a Coreia do Sul depende desde 1945 dos EUA para a sua protecção. Desde então, o regime norte-coreano tem desenvolvido uma poderosa força militar, ao contrário do seu vizinho a Sul, na qual aposta a sua legitimidade e com a qual preocupa, não só os seus vizinhos, como todo o mundo.

Os problemas que surgem deste cenário são, principalmente, (1) como responder a uma alteração do *status quo*, quer por via de um conflito ou de uma aproximação, e (2) como lidar com o aparelho militar de Pyongyang, nomeadamente com o seu programa de proliferação nuclear. Em ambos os casos parece-nos que a China e os EUA têm, se não objectivos comuns, pelo menos pontos de contacto nas suas estratégias.

Tal como vimos anteriormente, a China prefere manter a política das Duas Coreias, mas não é completamente oposta à unificação. Esta poderia ser apoiada por Pequim desde que fossem garantidas (1) uma transição pacífica de regimes, que não colocasse pressão sobre a fronteira chinesa e o equilíbrio regional, e (2) a retirada das tropas americanas da península coreana. No primeiro ponto não vemos qualquer factor de tensão entre a China e os EUA, ou com as coreias¹²⁹. É verdade que Pequim é o principal aliado de Pyongyang, mas está longe de incentivar qualquer aventura militar

¹²⁸ O mesmo pode ser aplicado ao continente africano onde os chineses competem com indianos e europeus.

¹²⁹ Partimos claro do princípio que uma unificação pacífica é impossível sem a anuência de Pyongyang e das suas forças armadas.

por parte do regime dos Kim¹³⁰. A única solução aceitável seria uma reunificação pacífica, sem incidentes que pudessem prejudicar domesticamente a China. Já o segundo ponto gera mais controvérsia. Por imperativos estratégicos Pequim nunca aceitará a presença norte-americana junto à sua fronteira, tendo-o já demonstrado no passado. Trata-se a nosso ver de um ponto inegociável por parte dos chineses¹³¹. A questão será saber se a Coreia do Sul e os EUA estarão dispostos a alterar o seu arranjo actual.

Quando Seul assinou o Pacto de Mútua Defesa em 1953, tinha acabado de ser salva pelos americanos na Guerra da Coreia e via-os como único garante da sua segurança contra três regimes comunistas. Desde então a situação alterou-se significativamente. A Rússia e a China não representam o mesmo perigo do passado e a Coreia do Sul tornou-se num dos países mais desenvolvidos do mundo. É verdade que continua a depender dos EUA para a sua defesa, mas uma eventual reunificação traria consigo (quase) todo o armamento norte-coreano e o fim da presença americana no seu território aliviaria significativamente as tensões com a China. Washington gosta de se ver como o garante de estabilidade na península coreana (Kissinger, 2003), o que, sendo correcto do ponto de vista militar, ignora o simples facto de que a maioria dos sul-coreanos não gosta da presença americana e não teme a China. Para eles, o Japão é a verdadeira ameaça, e até os EUA são mais perigosos que a RPC (Kelly, 2012). Em caso de uma reunificação ser possível não é difícil de imaginar que Seul decida redefinir a sua aliança com Washington.

Para os norte-americanos, a presença na Coreia do Sul é mais que uma relíquia da Guerra Fria, como os chineses gostam de a adjectivar. Trata-se de defender uma Democracia Liberal aliada contra um dos últimos bastiões do comunismo. É um objectivo que está mais no plano ideológico que estratégico. No imediato pós-guerra, antes da intervenção na Coreia, vários decisores políticos mostraram-se relutantes com o envolvimento no país, argumentando que este se encontrava fora da sua esfera de influência (Kissinger, 2011, p.124). No entanto, uma vez “perdida” a China tornou-se politicamente impossível deixar cair a Coreia do Sul. O resto, como se diz, é história. Desde 1950, a existência da Coreia do Norte justifica a presença americana no Paralelo

¹³⁰ Na verdade também o próprio regime norte-coreano parece não querer escalar as confrontações a partir de um certo ponto. Um conflito armado levaria inevitavelmente a uma nova intervenção americana. O objectivo norte-coreano parece ser o desmoralizar do seu vizinho a Sul, minando a sua relação com Washington, de forma a discutir directamente com os americanos o futuro da Península Coreana (Kissinger, 2003).

¹³¹ E muito possivelmente por parte da Coreia do Norte.

38°. Em caso de reunificação será contudo difícil continuar com a mesma situação. Além das pressões de países terceiros, a opinião pública americana e a existência de outras bases americanas na região levarão inevitavelmente à saída das forças armadas americanas da Coreia do Sul. Esta é aliás uma solução já defendida presentemente, apesar das tensões entre as duas coreias. Os custos da presença americana no país, a necessidade de adaptar os seus recursos a uma nova realidade, e a clara percepção de que Seul coloca deliberadamente o fardo da sua defesa nos EUA, fazem muitos norte-americanos repensar a relação. Desde que, a aliança em si, seja mantida e seja feita uma clara demonstração em como os EUA continuarão a defender a Coreia do Sul de qualquer ataque vindo do Norte, não existem quais queres razões de maior para manter a situação actual (Betts, 2012).

O outro ponto de tensão entre americanos e chineses na Coreia é a proliferação nuclear. Além de desenvolver mísseis de curta distância e artilharia de longo alcance, o regime de Pyongyang apostou na construção de armamento nuclear, de forma a deter qualquer acção dos EUA. Foi aliás esta argumentação que levou a China a distanciar-se de início da questão da Coreia nuclear. Para Pequim, se a Coreia do Norte queria poder atómico para se proteger dos americanos, eram estes que deveriam dar garantias de segurança aos norte-coreanos (Kissinger, 2011, p.496). O erro por trás deste raciocínio rapidamente se tornou evidente para os chineses: se a Coreia do Norte adquirisse capacidade nuclear, o que fariam os países que previamente já se sentiam ameaçados por ela? O cenário mais provável é que a Coreia do Sul e o Japão¹³² decidissem fazer a mesma coisa, passando a China a estar cercada por potências nucleares por todos os lados. Tal como Henry Kissinger observa, a longo prazo, a China tem mais a temer com a proliferação nuclear que os EUA (Kissinger, 2011). Ao mesmo tempo, uma oposição violenta ao programa nuclear de Pyongyang serviria apenas para afastá-la de Pequim e criar ainda mais instabilidade no país. A solução encontrada pela liderança chinesa foi um delicado balanço diplomático representado desde 2003 nas Negociações a Seis sobre Não-Proliferação. Parece-nos pois que, a única diferença entre os EUA e a China nesta questão é a ordem das suas prioridades. Os americanos preferem debater a proliferação nuclear de forma a garantir a estabilidade regional, enquanto os chineses enfatizam a estabilidade como meio de impedir a proliferação (Snyder, 2011, p.19). Esta diferença é bastante lógica e fácil de compreender. Os EUA são o poder hegemónico mundial e têm

¹³² Numa segunda fase talvez a Indonésia e o Vietname também.

por isso um sentido de responsabilidade na questão, além das alianças regionais. Já a China está directamente em contacto com os países envolvidos e seria muito mais afectada por uma crise regional que os americanos, muito mais protegidos pela distância geográfica e pela qualidade das suas forças armadas.

Desta forma o essencial na resolução deste problema é a maneira como os dois poderes se relacionam e evitam o escalar de tensões, uma vez que os seus interesses acabam por ser coincidentes. É de salientar que “a Coreia tem sido o ponto nevrálgico das crises asiáticas nos últimos cem anos” (Kissinger, 2003, p.117)¹³³ e numa altura em que a ordem internacional parece estar a sofrer alterações significativas, com particular incidência nesta região, é da maior importância que a China e os EUA se empenhem num diálogo que permita “minimizar o potencial para um conflito acidental em caso de instabilidade” (Snyder, 2011, p.23).

4.2.2 – Taiwan

No que diz respeito ao relacionamento China-Taiwan-EUA já abordamos os pontos fundamentais da sua história (capítulo 4.1), bem como, a situação actual das relações no Estreito (capítulo 3.3). Faltará apenas referir que, do lado de lá do Pacífico a principal preocupação é garantir um *status quo* plácido, que não venha a ser alterado pela força. “Washington vê-se como um estabilizador, encorajando o diálogo no estreito e avisando ambos os lados que se oporá a qualquer acção que ameace a paz” (Swaine, 2011). E se no plano político e militar continua a ser o alicerce fundamental de Taipé, o mesmo já não acontece a nível económico. Como também já referimos em capítulos anteriores, existe hoje em Taiwan uma forte dependência em relação ao continente. O PCC espera apenas que a ilha nacionalista “lhe caia no colo como uma ameixa madura” (Shirk, 2007, p.194).

Actualmente o relacionamento entre os três países entrou numa rotina previsível e da qual dificilmente resultarão graves crises. Taipé observa o crescimento económico chinês e a sua modernização militar com alguma apreensão e decide comprar armamento aos EUA. Estes, de acordo com o Comunicado de 1979 e por imperativos políticos, aceitam vender-lhes material cada vez mais moderno. Pequim protesta

¹³³ A Guerra Russo-Japonesa de 1904-05 visava determinar quem controlaria a Coreia. Em 1908 o Japão iniciaria outra crise ao invadir a península, para a partir daí lançar uma invasão à China décadas depois. Desde 1945 tem servido de área de tensão entre dois regimes completamente opostos, tendo em 1950 levado a superpotência mundial a realizar uma intervenção militar.

argumentando que se trata de interferência num assunto interno e o relacionamento bilateral com os americanos sofre alguma perturbação, sem consequências de maior (Swaine, 2011). Da mesma forma que a interdependência económica condiciona a acção de Taiwan, também diminui as opções da China e dos EUA. Nenhum dos lados está disposto a escalar tensões para lá do ponto em que prejudicaria os seus interesses económicos. Em 2010, a quando de outra venda de armas americanas a Taiwan, alguns oficiais militares insistiram com o governo chinês para que retaliasse com a venda de obrigações do Tesouro americano. A resposta governamental foi que os investimentos junto da Tesouraria americana seguem as regras do mercado e não deveriam ser politizados (Nye, 2010, p.148). Na verdade, Pequim não pretendia entrar numa guerra financeira por causa de Taiwan. E o mesmo pode ser dito sobre os EUA. Na sua Estratégia de Defesa Nacional de 2010, a primeira da administração Obama, os americanos identificam somente o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, as Filipinas e a Tailândia como seus aliados e “pilares da segurança na Ásia e fundações da prosperidade na Ásia-Pacífico”. Taiwan é apenas referida uma vez, no contexto da prevenção do escalar de tensões com a China (United States Government, 2010).

A menos que um cenário pouco provável ocorra (como a subida ao poder em Taiwan de um partido pró-independência, ou uma crise interna na China), é difícil de prever outro fim para esta prolongada “Guerra Civil Chinesa” que não seja a unificação de Taipé com o continente de forma pacífica. Cabe aos EUA escolherem quais são as suas prioridades para a região. Se a principal delas for a manutenção da paz então terá que reconhecer o direito da RPC a resolver esta questão. Pelo contrário, se a prioridade americana for a manutenção da sua influência na região, terá que reformular o seu compromisso com Taiwan e enviar um sinal claro à China que não deixe dúvidas sobre a possibilidade de envolvimento americano na região (Betts, 2012, p.40). Os princípios estabelecidos pelo Presidente Obama e pela Secretária de Estado Hillary Clinton para o “Pivot Asiático” dos EUA abrangem toda a região da Ásia-Pacífico¹³⁴, nas mais diversas áreas, e alguns deles são claros avisos à China (Clinton, 2011). Contudo, não existe entre eles qualquer sinal sobre Taiwan.

4.2.3 – Liberdade de Navegação

¹³⁴ No contexto desta política norte-americana o conceito geográfico é maior do que usamos no nosso trabalho. Abrange todo o Pacífico até à Austrália e à Nova Zelândia e estende-se até à Índia.

Entre os séculos XVIII e XIX, o Reino Unido construiu e sustentou um império à escala mundial a partir da ideia da livre navegação dos mares, nos quais a sua marinha mercante se dedicava ao comércio livre, protegida pela Royal Navy. No séc. XX, à medida que o seu poder e necessidades aumentavam, os EUA seguiram o exemplo da sua ex-metrópole e construíram uma marinha capaz de actuar em qualquer parte do mundo. Esta revelou ser tão eficiente na resolução das duas Grandes Guerras, como na contenção do Bloco Comunista durante a Guerra Fria. No início do séc. XXI é a vez de a China estender a sua influência pelo mar adentro, provando que esta é sem dúvida “condição indispensável à projecção de poder” (Cunha, 2012, p.132).

Na perspectiva chinesa este é um passo que faz todo o sentido. De forma a assegurar o seu contínuo crescimento económico, as rotas marítimas chinesas têm que ser protegidas para o país continuar a receber carregamentos de matérias-primas e recursos energéticos, ao mesmo tempo que, exporta toneladas de produtos todos os dias. Se a China perdesse o acesso destas rotas o resultado seria um elevado nível de desemprego, instabilidade social e um desafio ao controlo do PCC (Ross, 2002). Por outro lado, a expansão do seu poder naval é necessária para a defesa dos seus interesses regionais (controlo da sua ZEE, reivindicações territoriais, exploração de recursos marítimos). Enquanto as suas forças terrestres são capazes de lidar com qualquer ameaça continental, as forças navais deparam-se com diversos poderes capazes, se não de competirem em pé de igualdade, pelo menos de lhes causarem sérios problemas. O Japão, a Coreia do Sul e Taiwan dispõem de frotas relativamente pequenas, mas extremamente bem equipadas. A capacidade naval dos membros da ASEAN é reduzida, contudo são eles que controlam os principais pontos estratégicos da região e as rotas comerciais. Para não mencionar que no Índico existe uma outra potência emergente – a Índia - a realizar uma rápida modernização da sua marinha, ameaçando contornar a milenar barreira defensiva que são os Himalaias. Apesar disto, é a confrontação com a potência não-asiática que mais ameaça destabilizar a região.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA são senhores inquestionáveis do Pacífico, presentes do Japão à Austrália e da Califórnia à Indonésia. Esta presença foi construída em simultâneo e de modo a proteger as alianças americanas na região, para garantir a segurança dos seus interesses e conter a URSS. Assim, durante mais de 60 anos a marinha norte-americana não encontrou qualquer impedimento às suas movimentações. A ascensão da China veio mudar este cenário. Pequim não está disposta a que os americanos usem as suas águas territoriais sem permissão e tem vindo

a aumentar o patrulhamento nestas. Washington argumenta que nada na Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar lhe obriga a notificar o governo comunista das suas actividades na ZEE chinesa, e este responde que o que está em causa não é só o Direito internacional como o Direito interno da RPC (Glaser, 2012). Embora os EUA possam ter razão do ponto de vista jurídico, é fácil de compreender o porquê da China não querer as forças armadas de um país aliado de vários dos seus rivais regionais a uma curta distância do seu território. Por outro lado, a questão de Taiwan, as reivindicações chinesas sobre diversas ilhas desde do Japão à Malásia e as respectivas ZEEs tornam difícil definir o que são as águas territoriais da China.

A maioria dos conflitos que eclodem na região devem-se à delimitação territorial e não envolvem directamente os EUA. Contudo, em caso de um escalar de tensões estes seriam forçados a intervir. O direito da China a patrulhar as suas águas e desenvolver capacidades marítimas não é posto em causa por Washington e, apesar de serem vistos com séria apreensão, são também recebidos como sinais de que os chineses estão prontos a carregar parte do fardo da responsabilidade pela estabilidade regional¹³⁵. O que causa preocupação é a possibilidade de Pequim usar este novo poder para condicionar os seus adversários. O Japão, por exemplo, encontra-se extremamente exposto às importações de petróleo do Médio Oriente e, em caso de perturbações nas rotas que passam pelo Mar da China, não teria reservas para mais que alguns dias. Caso algo de semelhante ocorresse, os EUA acabariam por ser arrastados para o conflito. E o mesmo poderia acontecer sem que um aliado americano estivesse envolvido. Se um conjunto de países do Sudeste Asiático se sentisse ameaçado por Pequim, os EUA poderiam ver-se forçados a agir resolutamente para garantir a paz e a estabilidade regionais (Glaser, 2012). Para Washington a defesa da liberdade de navegação é tão importante para a região como a questão da proliferação nuclear da Coreia do Norte ou a transparência nas actividades militares (Clinton, 2011).

O problema não se encontra pois na existência de interesses opostos, mas na possibilidade de surgirem tensões que conduzam a más decisões. O objectivo da China não é travar uma guerra, mas tornar a balança de poderes mais favorável, de forma a retirar credibilidade aos EUA e adquirir protagonismo regional (Krepinevich, 2011). Como Robert Ross observa, “o nacionalismo naval chinês não desafia a segurança marítima dos EUA, mas será um desafio para a cooperação diplomática sino-americana”

¹³⁵ Os casos mais claros são a participação de navios chineses em missões de prevenção da pirataria e ajuda humanitária.

(Evans, 2011, p.101). Não é por isso de estranhar que o Presidente Hu Jintao tenha avançado com a ideia de um “diálogo estratégico”. Uma ideia bem recebida do outro lado do Pacífico e que, na nossa opinião, serviria para aliviar de forma decisiva as tensões na região. Os EUA devem continuar a dialogar com a China à procura de pontos comuns, ao mesmo tempo que incentivam os actores regionais a resolver as disputas territoriais, preferencialmente de forma multilateral, para que não seja arrastado para um conflito (Patrick, 2011).

4.2.4 – Disputas comerciais

As relações comerciais entre a China e os EUA e destes com terceiros não serão certamente os maiores pontos de fricção no seu relacionamento e muito dificilmente conduziram por si só a um sério conflito. Têm, contudo, a capacidade de influenciar a visão que cada uma das partes tem da outra e podem por isso criar percepções negativas que condicionam a acção de ambos os países quando abordam temas mais fracturantes¹³⁶.

No que diz respeito ao relacionamento bilateral, a interdependência económica está a gerar cada vez mais controvérsia, à medida que a crise mundial tem exposto as incongruências da relação. A política monetária chinesa, os casos apresentados junto da OMC e a violação dos Direitos de Propriedade Intelectual tornaram-se em armas de arremesso contra a China, particularmente em ano de eleições nos EUA. Tal como na venda de armamento a Taiwan, também aqui o relacionamento evoluiu para uma rotina bastante previsível. Os políticos norte-americanos ameaçam a China com medidas proteccionistas e os políticos chineses defendem-se com a instabilidade económica e social que isso criaria no país, o que nas palavras do Primeiro-ministro Wen Jiabao “seria um desastre para o mundo” (Ferguson, 2011, p.315).

No relacionamento multilateral existe uma verdadeira corrida para definir as zonas de influência nesta nova ordem regional¹³⁷, onde a China quer voltar a ter uma palavra decisiva. Em Taiwan, como já vimos, os EUA foram largamente suplantados pela China, que espera usar a sua nova influência económica para conseguir a tão

¹³⁶ E se do lado dos EUA isto é exacerbado aquando das eleições, no que já é apelidado como a “China Card”, também na China se observa uma crescente utilização deste temas para mobilizar o sentimento nacionalista chinês a favor das políticas governamentais.

¹³⁷ O duelo entre os dois poderes estende-se a todos os pontos do globo, mas no âmbito do nosso trabalho interessa-nos apenas focar a região da Ásia-Pacífico.

desejada unificação política. Nos restantes países da região, desde o Japão até à Indochina a RPC tem vindo a expandir os laços económicos e, como também já referimos no capítulo anterior, já ultrapassou os americanos em alguns deles. O culminar desta estratégia deu-se, em Janeiro de 2010, com a entrada em vigor de uma zona de comércio livre entre a China e a ASEAN, cujos resultados abordamos no Capítulo 3. A resposta americana não se fez esperar. Em Novembro de 2011, o Presidente Obama anunciou na reunião anual da APEC o seu apoio à criação da Parceria Trans-Pacífica e, uma semana depois, levou pela primeira vez a América a uma reunião da Cimeira do Leste Asiático¹³⁸. Este último trata-se mais de um passo simbólico para reafirmar os EUA como uma “Nação do Pacífico”, uma vez que, este fórum não tem a mesma importância que as reuniões da APEC ou da ASEAN Plus. Já a PTP mostra ter muito mais potencial para alterar a face da região. Actualmente onze países¹³⁹ estão a terminar negociações para colocar em prática este acordo de comércio livre e a Coreia do Sul, o Japão, Taiwan e as Filipinas já demonstraram interesse em aderir no futuro. Benefícios económicos à parte, o acordo foi claramente desenhado como parte de um plano de contenção à China (Bhagwati, 2011). Além de matérias relacionadas directamente com o comércio, a PTP pretende definir assuntos como a propriedade intelectual e normas laborais, nos quais Pequim utiliza padrões considerados inferiores mas que usa para conseguir vantagens nos custos de produção e nas exportações. Não que isso exclua necessariamente a China do acordo. A administração Obama fez saber que está aberta à entrada da China na PTP, se esta elevar a sua economia para as normas e padrões internacionais, acabando entre outras coisas com a manipulação monetária, os subsídios às empresas estatais e os roubos de propriedade intelectual. É um sistema aberto a todos, desde que “joguem pelas regras” (Patrick, 2011).

Num mundo com recursos finitos e numa região em rápida expansão económica, a tentação para construir um bloco contra uma possível ameaça é sem dúvida grande, mas deve ser evitada, sobre ameaça de reeditar uma nova Guerra Fria. Do ponto de vista económico tal não beneficiaria nenhuma das partes e poderia, por via de pontos de tensão como a Coreia ou Taiwan, conduzir a algo pior que uma guerra comercial (o que por si só já seria bastante devastador). Os países da região tem tentado evitar a

¹³⁸ Tradicionalmente a cimeira era composta por 16 países do Sul e Este da Ásia mais a Austrália e a Nova Zelândia. Desde 2011 os EUA e a Rússia juntaram-se à reunião. As ausências mais importantes são sem dúvida a Coreia do Norte e Taiwan

¹³⁹ Brunei, Chile, Singapura e Nova Zelândia foram os signatários originais do acordo, aos quais se juntaram os EUA, Austrália, Perú, Vietname, Malásia, México e Canadá.

polarização através da construção de diversas instituições e hábitos de cooperação que incluem todos os actores com interesses na área, mas a sua capacidade para influenciar as principais potências parece limitada (Rudd, 2012). Para estes o problema parece ser político e não económico, apesar das claras repercussões que uma relação conflitual teria nas suas economias. É por isso necessário que um conceito de benefícios mútuos e não de recriminações emerja entre os EUA e a China (Kissinger, 2011). Vivemos sem dúvida num sistema internacional de regras, é preciso é que as superpotências que o dirigem e moldam decidam quais as regras a seguirem.

Conclusão

Quando escreveu a sua obra-prima, Adam Smith criticou quem defendia que o progresso era impossível sem a existência de “perfeita liberdade e justiça”, pois se tal fosse verdade não existiria “uma nação no mundo que alguma vez tivesse prosperado” (Smith, 2007, p. 436). Isso tinha sido sem dúvida verdade no caso do império britânico, a que o escocês pertencia, mas provaria estar igualmente correcto nos maiores casos de desenvolvimento bem-sucedido que se seguiram. Os EUA arrancaram industrialmente por volta de 1870, menos de uma década depois do fim da escravatura, meio século antes de darem o direito de voto às mulheres e quase um século antes do fim da segregação racial (1965). No Japão o sufrágio universal masculino só foi posto em prática em 1925, bem depois da Restauração Meiji (1868). Foi contudo a China, ironicamente auto-proclamada comunista, que melhor viria a comprovar a tese do pai do capitalismo.

Deng Xiaoping usou o sistema burocrático, autoritário e “razoavelmente competente” (Fukuyama, 2012, p. 475) herdado do império milenar e dos anos de Mao para transformar a China numa potência moderna. A partir de 1978 e através de reformas económicas em diversas áreas, Deng conseguiu desenvolver o país sem nunca pôr seriamente em causa a liderança do PCC. Tal foi possível ao colocar a reforma do sistema político de parte, a bem da estabilidade. Uma opção que ainda hoje gera muita controvérsia a nível internacional, mas que provou ser acertada quando em 1989 a URSS implodiu com as reformas de Gorbachev¹⁴⁰. E enquanto os regimes comunistas no Ocidente caíam uns atrás dos outros, a RPC conseguiu manter-se intacta e sobreviver a um massacre civil na sua capital. No final (ou melhor, até ao momento) após três décadas de abertura ao mundo a China tornou-se na segunda economia mundial e conseguiu resistir melhor que a vasta maioria dos países à maior crise mundial dos últimos 80 anos. O desafio que agora se coloca à RPC é fazer a transição de uma economia assente nas exportações para uma economia desenvolvida, capaz de sustentar a maior parte do seu crescimento por si só.

Paralelamente, à medida que o país retoma o seu lugar como um gigante económico também o faz a nível político. O isolamento deu lugar a um novo período de

¹⁴⁰ Os comunistas chineses parecem ter compreendido melhor do que os seus congéneres russos o significado da “infra-estrutura económica” de Marx.

assertividade chinesa na região. Por um lado, trata-se de recuperar o estatuto que a China sempre deteve na Ásia, particularmente na orla do Pacífico, por outro é um resultado das crescentes necessidades da economia chinesa. A RPC precisa de novos mercados onde possa adquirir matérias-primas e exportar os seus produtos, proteger os mercados que já detém e garantir a segurança das suas rotas comerciais. Acima de tudo, a China precisa de estabilidade na região. O caminho para assegurar tais objectivos tem sido feito com uma mistura de *hard* e *soft power*. As suas forças armadas estão em rápida expansão e modernização, enquanto a sua diplomacia e os seus agentes económicos fazem uma incursão menos ameaçadora, mas muito mais incisiva em diversos países.

Na Península Coreana trata-se de controlar o mais possível as relações entre as duas coreias, de forma a prevenir um conflito na fronteira norte da China que levasse ao uso de armas nucleares e/ou ao envolvimento dos EUA. Pequim é o único poder com alguma influência sobre Pyongyang, visto ser o seu maior parceiro comercial e principal fornecedor de ajuda humanitária. Já Seul, apesar da histórica aliança com os EUA, tem vindo a aproximar-se da China, de modo a diversificar as suas opções políticas e garantir o acesso ao enorme mercado chinês. Caso as coreias se consigam entender e caminhar para a unificação que os dois lados desejam, é a RPC que surge como actor melhor posicionado para (e mais interessado em) facilitar uma transição.

O Japão continua a ser o principal rival regional da China. Como com os restantes estados da região, os laços económicos entre os dois países têm sido aprofundados ao longo dos anos, mas a sua rivalidade parece não ser restringida por este facto. Na verdade o relacionamento tem vindo a piorar à medida que a balança de poderes regional é alterada pela ascensão da China. Uma das principais razões para tal, e a mais perigosa, é o regresso do nacionalismo chinês, usado pelo PCC para colmatar o *gap* ideológico causado pela transformação da sociedade comunista numa sociedade capitalista. O resultado é a peculiar situação actual em que a 2ª e 3ª economias mundiais estão empenhadas numa confrontação por um punhado de ilhas que, apesar do seu valor estratégico e recursos potenciais, são uma pequena gota no geral dos interesses dos dois países. Sem um diálogo construtivo entre ambos, com concessões mútuas, é difícil imaginar um cenário que leve à estabilidade na região.

Taiwan é outra face do crescente nacionalismo chinês, mas uma que está muito mais controlada que as disputas territoriais com o Japão. O conflito entre a ilha e o continente tem razões muito mais profundas que os restantes conflitos nos mares

asiáticos e é, à primeira vista, aquele que mais ameaça arrastar os EUA para um confronto com a China. Contudo, foi criada uma acomodação estratégica que, a nosso ver, torna o fim da Guerra Civil Chinesa muito mais previsível. Taiwan deixou de estar dependente dos EUA para a sua sobrevivência económica, para passar a estar profundamente interligada com a China. Esta, por seu lado, está mais do que disposta a esperar o tempo que for necessário para recuperar a ilha nacionalista, e a opção da integração económica não só evita uma acção americana, como garante que sangue chinês não será derramado e uma das economias mais desenvolvidas do mundo não será arrasada. Tudo o que é necessário para este cenário é que, Taiwan não declare a sua independência. Se termos em conta os últimos resultados eleitorais na ilha, tal não parece muito provável. Os taiwaneses não temem o crescimento económico chinês, nem o seu sistema político¹⁴¹, e como o aparelho militar só será utilizado em caso de uma declaração de independência ser aprovada por Taipé (uma formalidade sem qualquer consequência significativa para a vida dos insulares), parece-nos fácil antever o futuro deste conflito: unificação pacífica, a longo prazo.

Por último, a ASEAN surge como a única associação regional com alguma importância e influência. Para a China trata-se de um aliado crucial, detentor de uma grande população, vastos recursos naturais e estrategicamente posicionado entre o Pacífico e o Índico, pelo que os seus estados-membros controlam a maioria das rotas comerciais vitais ao crescimento chinês. Sem dúvida por esta razão, e apesar do elevado número de actores envolvidos, a China aceitou colocar em prática uma série de mecanismos de diálogo e gestão de conflitos que não vemos noutros locais onde a RPC tem disputas territoriais activas. Contudo, estes mecanismos não impediram que a China e os países com interesses territoriais na área escalassem as tensões com a ocupação de ilhas e a contínua apreensão de navios. A situação não está ao nível dos problemas com o Japão, mas pode vir a degenerar rapidamente. Nesse caso, mais do que um desafio à China, este será um desafio à estabilidade da ASEAN. O cenário mais provável seria uma divisão dos seus membros e o surgimento de novos blocos, separados entre zonas de influência chinesa e influência ocidental (EUA, Austrália, Japão). Confrontados entre escolher desafiar ou alinhar-se com a China, muitos dos países do Sudeste Asiático não

¹⁴¹ Embora no Ocidente seja fácil fazer a distinção entre um regime democrático e um regime autoritário, na Ásia o sistema de valores torna a diferenciação um pouco mais difícil. Neste caso específico há também que somar o facto de Taiwan não ter sido desde 1949 o que consideramos como um regime democrático, e que a “oferta” de unificação de Pequim não prevê uma integração plena com o continente, mas um estatuto especial como o de Macau e Hong Kong.

terão dúvidas na forma como fazem a sua escolha: historicamente uma China fraca levou ao caos na Ásia. Uma China forte e estável preserva a ordem (Kang, 2003).

É nesta confluência de relações e interesses que se desenrola o mais importante relacionamento do séc. XXI. A China quer regressar ao centro da política mundial e, particularmente, à liderança da Ásia-Pacífico, mas para tal, terá que ganhar espaço face aos EUA, a superpotência mundial.

Para os realistas clássicos este é o cenário básico para um conflito: uma potência emergente a tentar afirmar-se face a um poder instalado que a vê como adversário. A China faz o seu percurso no caminho da modernização, necessitando de cada vez mais recursos e, por isso, de cada vez mais influência junto de outros países. Os EUA detêm um vasto conjunto de alianças e interesses na região e não vêem com bons olhos a emergência chinesa. É uma receita que desde que Tucídides registou a Guerra do Peloponeso¹⁴² no séc. V a.C. tem produzido o mesmo resultado: guerra¹⁴³. E, no entanto, esse não nos parece o cenário mais provável.

Como o historiado Eric Hobsbawm lembrava, “a típica forma de guerra do séc. XX – a que é travada entre Estados – tem conhecido um claro declínio” (Hobsbawm, 2008, p. 44). Na verdade, desde o final da Segunda Guerra Mundial que não existe um confronto armado directo entre dois grandes poderes. Isto é resultado, sem dúvida alguma, da existência de armamento nuclear, que desde do último conflito à escala global faz os decisores políticos pensarem duas vezes antes de agirem agressivamente, mas é também resultado da crescente interdependência entre estados nos mais diversos níveis. As armas nucleares tornam o escalar das guerras virtualmente impossível, mas a Globalização torna o deflagrar duma guerra num cenário quase que igualmente improvável. Alguns autores apontam que esta ideia é um erro e que um cenário semelhante já ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial. É contudo necessário compreender que a natureza das relações económicas, financeiras e culturais de hoje são muito diferentes das do início do séc. XX. As potências europeias da altura estavam interligadas a um nível nunca antes visto, mas muito longe do de hoje e de uma maneira muito diferente. Exemplo disso é o comércio mundial. As cadeias de produção de um só

¹⁴² O “Pai” da História e uma das principais influências do Realismo atribuiu a Guerra do Peloponeso ao crescente poder de Atenas e à preocupação que tal causou em Esparta.

¹⁴³ É academicamente aceite que a única transição de poder que não resultou de um conflito foi a que no séc. XX terminou com a hegemonia mundial do império britânico e a ascensão dos EUA. No entanto esta só foi possível depois da Guerra Civil Americana (que possibilitou a rápida industrialização dos EUA) e das duas Guerras Mundiais (que destruíram o império britânico e a Europa), elas próprias um desafio da Alemanha ao poder vigente.

produto podem estender-se hoje por vários países e os negócios podem estar separados por continentes e decorrer em simultâneo. A China e os EUA são muito maiores e mais poderosos que os estados europeus que criaram a guerra de 1914-18, mas estão também muito mais dependentes um do outro. Em 2011, a China tinha uma dependência em relação ao comércio externo de 50,1%, muito superior à média mundial (China Daily, 2012), tendo só nesse ano, a dependência em relação aos EUA aumentado 175,6%, gerando um excedente comercial aproximado de \$300 mil milhões (Chang, 2012). E como já vimos, apesar de alguns problemas gerados pelo seu défice com a China, os EUA também estão profundamente empenhados nesta relação. Os governantes americanos podem aproveitar a questão para fazer campanha e angariar votos entre os descontentes, mas a que outro país é que os EUA recorreriam para vender os seus títulos de dívida? Que outro país lhes pode oferecer quantidades tão grandes de produtos a tão baixo preço? A doutrina MAD¹⁴⁴ de John von Neumann garantiu a paz entre potências durante a Guerra Fria. A ideia de Mutually Assured Financial Destruction de Lawrence Summers¹⁴⁵ (Ferguson, 2011, p. 315) pode vir a provar-se fundamental para a paz e estabilidade da Ásia-Pacífico (e do mundo).

A possibilidade de uma confrontação entre as duas maiores economias mundiais vir a causar uma devastação económica servirá inevitavelmente para diminuir as tensões entre os dois poderes, forçando-lhes a realizar compromissos. Na Coreia e em Taiwan os EUA têm mais interesses ideológicos e políticos do que estratégicos. O destacamento militar na Península Coreana é impopular junto da opinião pública local e americana e prova ser quase que estrategicamente irrelevante, uma vez que, serve apenas para dissuadir a Coreia do Norte e a pouca distância encontra-se o Japão (um verdadeiro porta-aviões geográfico). Taiwan serve apenas como um tampão temporário à expansão naval da RPC, sendo completamente inconcebível conseguir defender a ilha em caso de um ataque em larga escala do continente. Não queremos com isto afirmar que, os americanos devem colocar de lado as suas alianças e abandonar ambos os países à sua sorte, mas consideramos necessária uma reavaliação destas relações. O exemplo mais claro disto é o problema coreano. Seul quer uma reunificação pacífica, mas os seus dois vizinhos comunistas nunca aceitaram que tal ocorra enquanto a presença militar

¹⁴⁴ Mutually Assured Destruction. Baseada na simples ideia de que o uso de armas de destruição massiva por um dos blocos da Guerra Fria levaria a uma resposta igual por parte do outro e os dois lados seriam completamente aniquilados.

¹⁴⁵ Ex-presidente da Universidade de Harvard e ex-secretário do Tesouro dos EUA durante a administração Clinton.

americana continuar. Uma retirada estratégica para o Japão e/ou para os restantes aliados no Pacífico serviria perfeitamente para manter a presença regional, ao mesmo tempo que permitiria a resolução do conflito coreano. Tal não implicaria o fim da aliança entre coreanos e americanos. É difícil conceber um cenário em que a Coreia do Sul troque directamente a influência americana pela chinesa. O mais provável, e que já podemos observar hoje até um certo ponto, é que Seul adopte a estratégia dos países do Sudeste Asiático e tente fazer da China “um suplemento e não uma alternativa ao nexo de segurança sólido providenciado pelos EUA” (Yahuda, 2003, p.17).

Já as tensões a nível da liberdade de navegação e das disputas comerciais são as áreas mais prováveis de despontar uma confrontação. A dependência de ambos os países em relação ao comércio externo leva a que procurem de forma assertiva novos mercados e a segurança das suas rotas marítimas. É contudo esta mesma dependência que os deve levar a um maior diálogo, de forma a evitar um resultado que os prejudique significativamente.

Para avançar com este diálogo o antigo Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger desenvolveu a ideia de uma “Comunidade do Pacífico”, onde a China, os EUA e países com maior relevância regional (Índia, Indonésia, Austrália, Japão e Vietname) pudessem colaborar na construção de uma nova ordem para a Ásia-Pacífico, evitando a já tradicional dicotomia entre expansionismo chinês (que resultaria na retirada dos EUA) e contenção à China (Kissinger, 2011, p. 528). Esta parece-nos ser a melhor solução possível para os dois lados e para a região. Como qualquer outro país a China tem o direito de continuar a sua procura pela prosperidade e, como todas as outras potências que a antecederam, também tem o direito de moldar a sociedade internacional de acordo com os seus ideais. O papel dos EUA como poder hegemónico mundial deve ser o de manter a estabilidade neste momento de mudança e defender o sistema que criou e permitiu o maior período de paz de que há memória. A nível regional os norte-americanos são o primeiro poder, mas não hegemónicos; são um poder “Pacífico” e não “Asiático”, devendo por isso escolher com cuidado quais “as mesas em que se deve sentar e em quais devem ficar de fora” (Feigenbaum & Manning, 2009).

Como vimos, estes objectivos não são necessariamente contrários. A China quer continuar a realizar a sua ascensão económica, priorizando a estabilidade sobre a conquista de poder. Uma aposta bem-sucedida até ao momento e que tem devolvido à China o estatuto correspondente à sua história e à sua importância na região.

Bibliografia

- Austin, M., 2011. *The Bleak Future of Sino-Japanese Relations*. [Online] Available at: <http://nationalinterest.org/commentary/the-bleak-future-sino-japanese-relations-5944?page=show> [Accessed 14 Novembro 2011].
- Banco Mundial, 2012. *China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative High-Income Society*. Washington: International Bank for Reconstruction and Development/ International Development Association or The World Bank.
- Betts, R.K., 2012. American Strategy: Grand Vs. Grandiose. In R. Fontaine & K.M. Lord, eds. *America's Path: Grand Strategy for the Next Administration*. Washington: Center for a New American Security. pp.29-42.
- Bhagwati, J., 2011. *America's Threat to Trans-Pacific Trade by Jagdish Bhagwati*. [Online] Available at: <http://www.project-syndicate.org/commentary/america-s-threat-to-trans-pacific-trade> [Accessed 31 Dezembro 2011].
- Brzezinski, Z., 1998. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- Brzezinski, Z., 2009. *BC Journal - Volume 12 - The Global Political Awakening*. [Online] Available at: <http://bcjournal.org/volume-12/the-global-political-awakening.html> [Accessed 24 Outubro 2012].
- Brzezinski, Z., 2012. *Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power*. Nova Iorque: Basic Books.
- Cariço, A., 2012. Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China (1998-2010). *IDN Cadernos*, Maio.
- Chang, G.G., 2012. *China Is 175.6% Dependent on the U.S.* [Online] Available at: <http://www.forbes.com/sites/gordonchang/2012/01/22/china-is-175-6-dependent-on-the-u-s/> [Accessed 30 Outubro 2012].
- Chellaney, B., 2010. *Opinion articles and commentaries from the world's top economists and geopolitical strategists- Project Syndicate*. [Online] Available at: <http://www.project-syndicate.org/commentary/a-new-asian-security-constellation> [Accessed 26 Junho 2012].
- China Daily, 2012. *China's dependence on foreign trade drops to 50.1% | Economy*. [Online] Available at: http://www.chinadaily.com.cn/business/2012-02/16/content_14623275.htm [Accessed 30 Outubro 2012].
- Clinton, H., 2011. *America's Pacific Century*. [Online] Available at: http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century [Accessed 25 Outubro 2011].

- Cohen, W.I., 2000. *East Asia at the Center: Four Thousand Years of Engagement with the World*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Cunha, L., 2012. *A Hora do Dragão*. 1st ed. Lisboa: Zebra Publicações.
- Deng, Z. & Zheng, Y., 2008. China Reshapes the World Economy. In G. Wang & Y. Zheng, eds. *China and the New International Order*. New York: Routledge. pp.127-48.
- Evans, M., 2011. Power and Paradox: Asian Geopolitics and Sino-American Relations in the 21st Century. *Orbis*, Winter. pp.85-113.
- Fang, Y., 2011. *South China Sea dispute: Why China takes a pragmatic stance / East Asia Forum*. [Online] Available at: <http://www.eastasiaforum.org/2011/08/26/south-china-sea-dispute-why-china-takes-a-pragmatic-stance/#more-21132> [Accessed 2012 Agosto 26].
- Feigenbaum, E.A. & Manning, R.A., 2009. *The United States in the New Asia*. Council Special Report N°50. New York: Council on Foreign Relations.
- Feng, Z., 2010. *Op-ed articles and commentaries from world's top economists - Project Syndicate*. [Online] Available at: <http://www.project-syndicate.org/commentary/china-s-north-korean-contradictions> [Accessed 11 Novembro 2011].
- Ferguson, N., 2008. *The Ascent of Money: A Financial History of the World*. New York: The Penguin Press.
- Ferguson, N., 2011. *Civilization – The West and the Rest*. Londres: The Penguin Press.
- Ferguson, N. & Schularick, M., 2009. *The End of Chimerica*. Working Paper. Boston: Harvard Business School.
- Fravel, M.T., 2012. *All Quiet in the South China Sea / Foreign Affairs*. [Online] Available at: <http://www.foreignaffairs.com/articles/137346/m-taylor-fravel/all-quiet-in-the-south-china-sea?page=show> [Accessed 12 Abril 2012].
- Fukuyama, F., 2012. *The Origins of Political Order*. London: Profile Books.
- Glaser, B.S., 2012. *Armed Clash in the South China Sea*. Contingency Planning Memorandum. New York: Council on Foreign Relations.
- Goldstein, S., 2012. *Cross-Strait Relations on the Eve of Ma Ying-jeou's Second Term*. [Online] Available at: <http://www.nbr.org/research/activity.aspx?id=252> [Accessed 30 Maio 2012].
- Herring, G.C., 2008. *From Colony to Superpower: U.S. Foreign Relations since 1776*. New York: Oxford University Press.

- Hobsbawm, E., 2008. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. 1st ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Ikenberry, J. & Mastanduno, M., 2003. International Relations Theory and the Search for Regional Stability. In J. Ikenberry & M. Mastanduno, eds. *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press. pp.1-21.
- JETRO, 2010. *2010 JETRO Global Trade and Investment Report - A Global Strategy for Japanese Companies to Open New Frontiers in Overseas Markets*. Policy Report. Tóquio: JETRO Overseas Research Department - Japan External Trade Organization (JETRO).
- Kang, D.C., 2003. Getting Asia Wrong: The Need For New Analytical Frameworks. *International Security*, pp.57-85.
- Kang, D.C., 2007. *China Rising: Peace, Power and Order in East Asia*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Kata, J., 2011. China and the Two Koreas: The Changing Tides of a Relationship. *Bridges*, 5(2), pp.24-33.
- Kelly, R.E., 2012. *Asian Security Blog*. [Online] (1) Available at: <http://asiansecurityblog.wordpress.com/2012/03/31/chinas-counter-to-the-asian-pivot-1-korea-india/> [Accessed 03 Abril 2012].
- Kennedy, P., 1997. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. 2nd ed. Mem Martins: Publicações Europa América.
- Kissinger, H., 2002. *Diplomacia*. 2nd ed. Lisboa: gradiva.
- Kissinger, H., 2003. *Precisará a América de uma Política Externa?* Lisboa: gradiva.
- Kissinger, H., 2011. *Henry A. Kissinger - Avoiding a U.S.-China cold war*. [Online] Available at: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2011/01/13/AR2011011304832.html> [Accessed 20 Outubro 2012].
- Kissinger, H., 2011. *On China*. Nova Iorque: The Penguin Press.
- Koike, Y., 2012. *Opinion articles and commentaries from the world's top economists and geopolitical strategists - Project Syndicate*. [Online] Available at: <http://beta.project-syndicate.org/commentary/china-s-soft-power-offensive-in-taiwan> [Accessed 01 Março 2012].
- Krepinevich, A.F., 2011. *The U.S., China and peace and stability in the Western Pacific*. [Online] Available at: <http://articles.latimes.com/2011/nov/09/opinion/la-oe-krepinevich-pacific-20111109> [Accessed 14 Novembro 2011].

- Lanteigne, M., 2009. *Chinese Foreign Policy: An Introduction*. Nova Iorque: Routledge.
- Lara, A.d.S., 2002. *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*. Lisboa: ISCSP.
- Lara, A.d.S., 2004. *A Grande Mentira: Ensaio sobre a Ideologia e o Estado*. Lisboa: Hugin Editores.
- Lenglet, F., 2011. *A Guerra dos Impérios – A China contra os Estados Unidos da América*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Li, Rex., 2009 *A Rising China and Security in East Asia*. Nova Iorque: Routledge
- Li, W. & Fumin, S., 2010. *China's Economy*. Translated by D. Gu. Singapura: China Intercontinental Press.
- Lijun, S., 2008. China and ASEAN in Asian regional integration. In W. Gungwu & Z. Yongnian, eds. *China and the New International Order*. New York: Routledge: Taylor & Francis Group. pp.256-78.
- Maddison, A., 2006. *The World Economy*. Paris: OECD Publishing.
- Mendes, N.C., 2008. *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOFA, 1972. *Joint Communique of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China*. [Online] Available at: <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html> [Accessed 12 Julho 2012].
- Morrison, W.M., 2009. *China's Economic Conditions*. Report for Congress. Washington: Congressional Research Service.
- Nanto, D.K. & Manyin, M.E., 2010. *China - North Korea Relations*. Relatório. Washington: Congressional Research Service United States Congress.
- Narine, S., 2005. *State Sovereignty and Regional Institutionalism in the Asia Pacific*. Working Paper. Vancouver: University of British Columbia Center of International Relations.
- Nathan, A.J., 2011. *What China Wants*. [Online] Available at: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67926/andrew-j-nathan/what-china-wants> [Accessed 26 Janeiro 2012].
- Nye, J.S., 2010. American and Chinese Power after the Financial Crisis. *The Washington Quarterly*, pp.143-53.

- Palmer, D., 2012. *U.S. trade gap with China costs 2.7 million jobs: study*/ Reuters. [Online] Available at: <http://www.reuters.com/article/2012/08/23/us-usa-china-trade-idUSBRE87M0T420120823> [Accessed 15 Outubro 2012].
- Pan, E., 2006. *Council on Foreign Relations*. [Online] Available at: <http://www.cfr.org/china/promise-pitfalls-chinas-peaceful-rise/p10446> [Accessed 15 June 2012].
- Patrick, S.M., 2011. *The Internationalist » Obama's Message: An "Atlantic Charter" for a Pacific Century*. [Online] Available at: http://blogs.cfr.org/patrick/2011/11/21/obama%E2%80%99s-message-an-%E2%80%9CAtlantic-charter%E2%80%9D-for-a-pacific-century/?cid=oth_partner_site-atlantic [Accessed 25 Novembro 2011].
- Pei, M. & Swaine, M., 2005. *Simmering Fire in Asia: Averting Sino-Japanese Strategic Conflict*. Policy Brief. Washington: Carnegie Endowment.
- Peou, S., 2010. *Peace and Security in the Asia-Pacific: theory and practice*. Santa Barbara, California, USA: ABC-CLIO, LLC.
- Perlez, J., 2012. *Chinese Insider Offers Rare Glimpse of U.S.- China Friction*. [Online] Available at: http://www.nytimes.com/2012/04/03/world/asia/chinese-insider-offers-rare-glimpse-of-us-china-frictions.html?_r=1&hp [Accessed 2 Abril 2012].
- Raposo, H., 2010. *Um Mundo sem Europeus – Barack Obama entre o fim do Eurocentrismo e o Novo Ocidente*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Ross, R.S., 2002. China's Place in the world and U.S. policy toward China. In *Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*. Lisboa: Instituto do Oriente/ISCSP. pp.11-27.
- Rudd, K., 2012. *Tomorrow's Pax Pacifica*. [Online] Available at: <http://www.project-syndicate.org/commentary/tomorrow-s-pax-pacifica> [Accessed 7 Fevereiro 2012].
- Samuelson, R.J., 2012. *The Washington Post*. [Online] Available at: http://www.washingtonpost.com/opinions/is-a-chinese-economic-slump-on-the-horizon/2012/01/06/gIQAfPL9jP_story.html [Accessed 21 Maio 2012].
- Shambaugh, D., 2005. China Engages Asia: Reshaping the Regional Order. *International Security*, pp.64-99.
- Shambaugh, D., 2011. Coping with a Conflicted China. *The Washington Quarterly*, Inverno, pp.7-27.
- Shirk, S.L., 2007. *China: Fragile Superpower*. 1st ed. New York: Oxford University Press.

- Smith, A., 2007. *An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*. Hampshire: Harriman House.
- Snyder, S.A., 2011. Instability in North Korea and Its Impact on U.S.-China Relations. In *Managing Instability on China's Periphery*. New York: Council on Foreign Relations. pp.11-24.
- Swaine, M.D., 2011. *Commentary: China, Taiwan, U.S.: Status Quo Challenged*. [Online] Available at: <http://nationalinterest.org/commentary/us-provoking-china-over-taiwan-5996?page=show> [Accessed 14 Novembro 2011].
- Taiwan Documents Project, 1972. *Shanghai Communiqué (First Joint Communiqué of the United States of America and the People's Republic of China)*. [Online] Available at: <http://www.taiwandocuments.org/communiqu01.htm> [Accessed 9 Outubro 2012].
- The Economist, 2012. *Demography: China's Achilles Heel/ The Economist*. [Online] Available at: <http://www.economist.com/node/21553056> [Accessed 19 Abril 2012].
- The Guardian, 2010. *US Embassy Cables: China "would accept" Korean reunification / World News*. [Online] Available at: <http://www.guardian.co.uk/world/us-embassy-cables-documents/249870> [Accessed 30 Outubro 2012].
- United States Government, 2010. *National Security Strategy 2010*. [Online] Washington Available at: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf [Accessed 22 Outubro 2012].
- Washington, G., 1796. *Washington's Farewell Address*. [Online] Available at: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/washing.asp [Accessed 29 Outubro 2012].
- Watts, J., 2005. *China plans first space walk in 2007 / Science / The Guardian*. [Online] Available at: <http://www.guardian.co.uk/science/2005/oct/18/spaceexploration.china> [Accessed 15 Outubro 2012].
- Watts, J., 2005. *Chinese relent and revalue the yuan/ Business/ The Guardian*. [Online] Available at: <http://www.guardian.co.uk/business/2005/jul/22/china.usnews2> [Accessed 15 Outubro 2012].
- Wiegand, N.A., 2008. *Richard Nixon: Befriending the Red Dragon, China*. Working Paper. Northfield: Norwich University.
- Xiaoping, D., 1984. *Building a Socialism With a Specifically Chinese Character*. [Online] Available at:

<http://english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol3/text/c1220.html> [Accessed 11 Outubro 2012].

Yahuda, M., 2003. China's Attempts to Woo Asia. In *Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*. Lisboa: Instituto do Oriente/ISCSP. pp.3-17.

Yuan, J.-d., 2000. *Asia-Pacific Security: China's Conditional Multilateralism and Great Power Entente*. Carlisle: Strategic Studies Institute: United States Army War College.

Yunhua, C. & Jianrong, C., 2011. *Changing Southeast Asia: The Role of China, the United States, Japan and ASEAN*. Working Paper. Stockholm: Institute for Security and Development Policy.

Zakaria, F., 2008. *O Mundo Pós-Americano*. 1st ed. Lisboa: gradiva.

Zakaria, F., 2008. *Zakaria: Why America and China Must Hang Together - Newsweek and The Daily Beast*. [Online] Available at:
<http://www.thedailybeast.com/newsweek/2008/11/21/a-path-out-of-the-woods.html> [Accessed 24 Janeiro 2012].

Zhang, Y., 2008. Understanding Chinese views of the emerging global order. In W. Gungwu & Z. Yongnian, eds. *China and the New International Order*. New York: Routledge. pp.149-67.

Anexos

Anexo 1 – Média do Crescimento Anual do PIB Chinês: 1960-2008

Time Period	Average Annual Growth (%)
1960-1978 (pre-reform)	5.3
1979-2008 (post-reform)	9.9
1990	3.8
1991	9.3
1992	14.2
1993	14.0
1994	13.1
1995	10.9
1996	10.0
1997	9.3
1998	7.8
1999	7.6
2000	8.4
2001	8.3
2002	9.1
2003	10.0
2004	10.1
2005	9.9
2006	11.1
2007	13.0
2008	9.0

Source: Official Chinese government data and the Economist Intelligence Unit.

Fonte: Morison, 2009.

Anexo 2 – Crescimento Anual do PIB Chinês: 2007-2013 (*previsões)

	Varição Anual do Crescimento (%)
2007	14,2
2008	9,6
2009	9,2
2010	10,3
2011*	9,1
2012*	8,5
2013*	8,86

Fonte: Tabela realizada pelo autor segundo dados do United States Department of Agriculture (USDA)
Dados disponíveis em <http://www.ers.usda.gov/data-products/international-macroeconomic-data-set.aspx>

Anexo 3 – Importações de Taiwan dos seus principais parceiros: 2005-2011

Unit: US\$ 100 Million							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Jan.-Sep.)
Total	1 826.1	2 027.0	2 192.5	2 404.5	1 743.7	2 512.4	2 148.2
NAFTA	228.5	244.7	288.0	287.1	196.4	275.0	217.6
U.S.A.	211.7	226.6	265.1	263.3	181.5	253.8	197.2
Canada	13.2	13.7	17.0	17.9	11.5	15.3	15.9
Mexico	3.6	4.3	5.9	5.9	3.4	5.9	4.5
Asia	1 061.4	1 160.2	1 210.7	1 250.2	984.7	1 429.3	1 211.9
Japan	460.5	462.8	459.4	465.1	362.2	519.2	399.1
H.K.	21.1	18.8	18.2	14.9	11.2	16.3	12.5
China	200.9	247.8	280.1	313.9	244.2	359.5	336.2
Korea	132.4	150.0	151.6	131.7	105.1	160.6	138.5
India	8.6	12.5	25.4	23.3	16.2	28.4	25.0
ASEAN(6)	211.0	233.0	236.9	255.8	197.6	287.8	247.0
Vietnam	7.0	8.5	10.4	12.1	9.2	12.8	13.3
Singapore	49.6	51.1	47.9	48.3	48.1	76.4	61.0
Thailand	28.9	33.2	36.1	32.5	26.8	38.3	35.4
Malaysia	52.2	60.5	61.9	67.6	45.5	77.0	63.3
Indonesia	45.4	52.0	57.8	72.9	51.8	60.2	55.3
Philippines	27.9	27.8	22.8	22.4	16.1	23.2	18.8
Europe	219.0	214.5	235.7	244.5	194.6	260.0	222.7
E.U.(27)	175.5	177.8	199.4	196.3	156.9	213.3	182.7
Germany	61.8	61.4	70.7	74.7	56.7	82.6	72.7
U.K.	17.1	17.8	19.2	19.2	12.3	16.7	14.3
Netherlands	20.7	23.4	27.8	23.5	18.6	32.0	23.6
France	25.4	22.2	23.8	22.9	17.8	22.5	18.9
Italy	14.5	15.5	14.8	16.4	18.3	19.5	17.8
Other EUR. Co	43.5	36.7	36.3	48.2	37.7	46.7	40.0
New Zealand	5.1	5.0	5.7	5.7	4.6	6.1	5.7
Australia	47.3	53.5	61.2	82.7	59.7	89.2	84.0
Others	264.9	349.1	391.3	534.3	303.7	452.7	406.3
APEC	1 343.4	1 455.4	1 542.6	1 610.3	1 219.7	1 761.5	1 478.7

Fonte: Departamento de Estatísticas do Ministério das Finanças da República da China

Anexo 4- Exportações de Taiwan para os seus principais parceiros

Unit: US\$ 100 Million

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Jan.-Sep.)
Total	1 984.3	2 240.2	2 466.8	2 556.3	2 036.7	2 746.0	2 326.6
NAFTA	316.9	352.0	354.3	345.0	261.1	349.3	305.5
U.S.A.	291.1	323.6	320.8	307.9	235.5	314.7	275.4
Canada	16.9	17.7	18.5	18.5	14.6	19.5	18.9
Mexico	8.8	10.7	15.0	18.6	11.0	15.1	11.3
Asia	1 290.5	1 467.6	1 643.5	1 695.2	1 401.1	1 907.9	1 606.8
Japan	151.1	163.0	159.3	175.6	145.0	180.1	137.0
H.K.	340.4	373.8	379.8	326.9	294.5	378.1	304.0
China	436.4	518.1	624.2	668.8	542.5	769.4	640.4
South Korea	58.8	71.5	77.9	87.1	73.0	106.8	94.0
India	15.8	14.7	23.4	30.1	25.3	36.3	34.6
ASEAN(6)	269.3	306.5	357.8	383.9	301.5	413.6	374.6
Vietnam	41.0	48.7	68.6	79.5	59.9	75.3	68.4
Singapore	80.4	92.8	105.0	116.8	86.1	121.0	119.9
Thailand	38.2	45.8	52.0	49.1	38.3	52.9	48.0
Malaysia	42.8	49.4	53.9	55.1	40.6	59.5	51.4
Indonesia	23.6	25.0	29.1	35.7	32.3	45.1	36.0
Philippines	43.2	44.8	49.2	47.8	44.3	59.8	50.8
Europe	236.3	261.1	286.3	299.5	225.8	293.7	236.6
E.U.(27)	223.3	246.1	269.9	280.6	213.2	273.0	216.8
Germany	44.6	50.1	51.7	57.3	47.0	65.1	53.3
U.K.	32.6	35.1	36.2	36.3	29.8	36.2	34.0
Netherlands	44.0	44.1	44.1	45.7	42.3	52.6	34.2
France	14.5	15.7	17.1	17.3	13.7	17.0	13.3
Italy	18.0	21.9	24.1	24.5	17.9	24.5	19.6
Other EUR. Countries	13.0	15.0	16.4	18.9	12.6	20.7	19.8
New Zealand	4.6	3.8	5.5	6.4	3.0	4.7	3.4
Australia	23.9	27.2	32.3	34.9	23.5	31.3	26.7
Others	112.1	128.4	144.8	175.4	122.3	159.1	147.5
APEC	1 610.8	1 826.7	2 004.4	2 044.0	1 655.3	2 251.1	1 903.4

Fonte: Departamento de Estatísticas do Ministério das Finanças da República da China